

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GIOVANA VIEIRA FRIOLI

O QUE É DO POVO NÃO SE VENDE

**Um livro-reportagem sobre memória de trabalhadores dos Correios, a maior
empresa pública do País**

CURITIBA
2023

GIOVANA VIEIRA FRIOLI

O QUE É DO POVO NÃO SE VENDE

Um livro-reportagem sobre memória de trabalhadores dos Correios, a maior empresa pública do País

Projeto de produto e documento teórico apresentado como requisito parcial à obtenção de bacharel no curso de Comunicação Social – habilitação Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design, da Universidade Federal do Paraná (Sacod UFPR).

Orientadora: Prof. Dra. Myrian Del Vecchio de Lima

CURITIBA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
COORDENAÇÃO DO CURSO DE JORNALISMO

**AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM JORNALISMO II**

ALUNA:
GIOVANA VIEIRA FRIOLI - GRR20184672

TÍTULO DO TRABALHO: "O que é do povo não se vende": um livro reportagem sobre a memória de trabalhadores dos Correios, a maior empresa pública do País.

DATA E HORÁRIO DA DEFESA: 03/03/2023, às 14:30h

BANCA EXAMINADORA	ASSINATURA	NOTA
Hendryo Anderson André	<i>Hendryo A. André</i>	100
Myrian Regina Del Vecchio de Lima	<i>Myrian R. Del Vecchio</i>	100
Maíra Rossin Gioia de Britto	<i>Maíra Rossin Gioia de Britto</i>	100
MÉDIA FINAL:		100

Curitiba, 03 de março de 2023.

Assinatura:

Myrian R. Del Vecchio

Myrian Regina Del Vecchio de Lima
Orientadora

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos serão dedicados a minha mãe, Juliana, e ao meu pai, Roberto, por apoiarem meus sonhos, me amarem e acreditarem que eu poderia ser aquilo que escolhesse, seja na universidade, na carreira, mudando de cidade ou de país e com as minhas opiniões. Também lembro dos meus amigos e do meu namorado, Leonardo, por ouvirem os pensamentos mais confusos, ajudarem a diminuir a ansiedade sobre a minha capacidade de produzir esse trabalho e serem minha família em todos os anos da graduação.

Um agradecimento especial à Professora Myrian Regina Del Vecchio de Lima por incentivar que esta pesquisa fosse colocada no papel, respeitar meu tempo e minhas escolhas e por me guiar em toda a produção. Também agradeço aos demais professores que, durante a formação, contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional e influenciaram positivamente na construção desse trabalho.

Aos que deram seus relatos e a chance de contar suas histórias, minha gratidão pela gentileza e pela confiança.

Pertencer a uma universidade pública, gratuita e de qualidade que resiste e permanece construindo oportunidades é um dos meus orgulhos e das minhas lutas. Universidade Federal do Paraná, obrigada por ter sido parte da minha vida e por me tornar uma jornalista.

Vamo acordar, vamo acordar
Cabeça erguida, olhar sincero
Tá com medo de quê? Nunca foi fácil
Junta os seus pedaços e desce pra arena
Mas lembre-se: aconteça o que aconteça
Nada como um dia após o outro dia.
Sou mais você, Racionais MCs, 2002

RESUMO

O documento teórico deste Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo permitiu a base para a produção do livro-reportagem sobre a memória de trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A investigação jornalística foi motivada por uma conjuntura que sinalizava a privatização do serviço postal brasileiro e que encontrou resistência de especialistas, políticos e funcionários da estatal. A grande reportagem é utilizada a fim de construir um produto jornalístico que tenha a habilidade de atingir diferentes aspectos sobre o tema e que, em suma, evidencie as condições de trabalho e a função social dos Correios no Brasil. Neste memorial-teórico tivemos como objetivo assinalar marcos históricos da empresa, com a intenção de compreender as mudanças técnicas e os objetivos do serviço postal nacional ao longo dos anos, assim como, contextualizamos a modernização e o crescimento deste setor. O projeto de privatização de empresas estatais entra em cena, a partir das bases neoliberais, a fim de entender os interesses e as possíveis consequências em torno do PL nº 591/2021, que autoriza a exploração dos serviços postais pela iniciativa privada. A proposta do livro-reportagem é solidificada, a partir dos conceitos da grande reportagem e do jornalismo literário, com a perspectiva de que o produto seja uma ampliação e um aprofundamento jornalístico da discussão sobre a importância dos Correios, a memória e a vivência de carteiros e empregados da maior empresa pública do Brasil.

Palavras-chave: Correios; privatização; livro-reportagem; trabalhadores; memória; serviço postal; grande reportagem.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Lista de fontes.....	45
---------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - “Dentre as opções de grau de desestatização, excluímos a opção de venda minoritária: resumo da fase 1 dos estudos”	30
---	----

LISTA DE SIGLAS

Aiea	Agência Internacional de Energia Atômica
Iata	Associação Internacional de Transporte Aéreo
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CPF	Cadastro de Pessoas Física
CEP	Código de Endereço Postal
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CVRD	Companhia do Vale do Rio Doce
Chesf	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNA	Companhia Nacional de Álcalis
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CAN I	Correio Aéreo Nacional
DCT	Departamento de Correios e Telégrafos
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações
Esap	Escola Superior de Administração Postal
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FedEx	Federal Express
FAC	Franqueamento Autorizado de Cartas
IRS	Instituto de Resseguros do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e
OMS	Cultura
OMC	Organização Mundial da Saúde
PND	Organização Mundial do Comércio
Sest	Programa Nacional de Desestatização
SNSP	Secretaria de Controle das Empresas Estatais
UIT	Sistema Nacional de Serviços Postais
UPU	União Internacional de Telecomunicações
UPS	United Parcel Service

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. OS 360 ANOS DOS CORREIOS NO BRASIL	19
1.1 CINCO PERÍODOS: DO CORREIO-MOR A CRIAÇÃO DO SEDEX	20
1.2 O CORREIO BRASILEIRO NA ESTEIRA DA PRIVATIZAÇÃO	27
1.2.1 O Projeto de Lei nº 591/2021	31
2. A GRANDE REPORTAGEM COMO UM NOVO OLHAR	34
2.1 LIVRO-REPORTAGEM: CONSTRUÍDO PELA MEMÓRIA E REVELADO PELO JORNALISMO LITERÁRIO	37
2.1.1 A memória no trabalho jornalístico	40
3. METODOLOGIA E PLANEJAMENTO DE UM PRODUTO JORNALÍSTICO	43
3.1 O JORNALISMO COMO MÉTODO	43
3.2 A METODOLOGIA DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA E DO LIVRO	44
3.2.1 A produção do livro-reportagem	46
3.2.2 Materiais que inspiram	49
3.2.3 Relato da experiência	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

Seja de perua, bicicleta ou de canoa, os Correios levam suas encomendas até seu endereço. Mesmo sendo conhecida pelo “leva e traz” de pacotes e cartas, a função da estatal extrapola o toque na campainha pelos carteiros. Além das operações básicas de recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) oferece uma gama de serviços em suas agências que atendem pessoas físicas e jurídicas.

Os serviços se diferenciam entre os chamados “postais”, por meio de postagens de cartas e encomendas para o Brasil e o exterior, e os “financeiros”, já que os Correios também atuam como correspondentes bancários (CORREIOS, 2021). Os trabalhos ainda se ampliam para os de promoção da cidadania com a emissão, alteração e regularização de um dos documentos mais importantes para os cidadãos, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). A empresa brasileira ainda atua em vertentes sociais, ambientais, culturais e educacionais, com a promoção de campanhas de saúde, entrega de vacinas, ações sociais, distribuição de livros didáticos e urnas eletrônicas pelo país e investimento em patrocínios culturais e esportivos, entre outros. Todas as ações têm como objetivo promover o desenvolvimento territorial, social e econômico do país, atuando como agente de integração nacional e suporte para execução de políticas públicas pelo Governo Federal (CORREIOS, 2021).

O compromisso da Empresa tem duas palavras de ordem – conexão e comunicação. A meta é garantir que pessoas e instituições se mantenham conectadas a partir de soluções postais e logísticas, atuando com valores de integridade, respeito às pessoas, responsabilidade social, entre outros (CORREIOS, 2021).

Em 13 de novembro de 2015, o Ministério das Comunicações, por meio da portaria nº 6.202, estabeleceu metas para a universalização dos serviços postais. A partir de então, a ECT passou a ser responsável por garantir o acesso aos serviços postais básicos à toda a população, sem discriminação de localização, de classe social, ofertados permanentemente, seja por suas unidades próprias ou por meio de parcerias com órgãos e entidades públicas e privadas (BRASIL, 2015). Assim, o

serviço postal atua ainda mais fortemente como um elo entre territórios e pessoas, principalmente, em cidades pequenas, no interior do país (MEDEIROS, 2014).

Isso é possível pelo fato de a Empresa estar presente “nos quatro cantos” do Brasil com uma estrutura que cobre os 5.570 municípios, dividida em uma rede operacional composta por 5.155 unidades e uma rede de atendimento formada por 21.629 pontos – entre eles 6.317 Agências Próprias e 5.404 Agências Terceirizadas, incluindo as Agências Comunitárias (CORREIOS, 2021). Além da função social, a estatal garante o emprego de 88,5 mil empregados, tornando-se a empresa pública com mais funcionários do país.

Apesar dos 360 anos de história de serviços e das garantias sociais para a população, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) se tornou um dos alvos de privatização do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022). A discussão sobre a venda da mais antiga estatal do país retornou à pauta do governo federal em 2019, após ter sido considerada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e incentivada pelo ex-presidente Michel Temer (2016-2018). No governo bolsonarista, a privatização foi anunciada pelo ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, que afirmou a urgência da separação dos Correios do controle do Estado. Em 2021, a desestatização da ECT se encontrou mais próxima de sua conclusão, com o Projeto de Lei 591/2021, apresentado pelo Executivo.

A proposta enviada ao Congresso Nacional autoriza que todos os serviços postais, ou seja, quaisquer tipos de correspondências e encomendas, sejam explorados pela iniciativa privada e que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos seja vendida por meio de um leilão. O PL foi aprovado na Câmara dos Deputados, com 286 votos a favor e 173 contra, em agosto de 2021. A proposta, no entanto, seguiu para o Senado Federal e ficou engavetada por lá, com a discordância entre grupos políticos da casa. Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2022, a desestatização da ECT foi descartada e o novo governo assinou um decreto, no segundo dia de mandato, revogando a privatização de oito empresas públicas, incluindo os Correios.

Parte da vontade do governo Bolsonaro em vender uma das maiores empresas públicas do Brasil é decorrente da política neoliberal da gestão e a justificativa de se afastar dos escândalos e prejuízos bilionários dos Correios no passado. Em 2005, foi divulgada uma gravação do então Chefe do Departamento de Contratação e Administração dos Correios, Maurício Marinho, recebendo propina

de empresários que gostariam de participar de uma licitação da empresa. O vídeo ainda mostra Marinho confirmando que tinha autorização do ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB) para o mencionado desvio de dinheiro. A gravação detalha o esquema de corrupção que viria a se tornar o "Escândalo do Mensalão".

Após o caso, a imagem dos Correios como uma instituição de confiança e qualidade teve uma drástica mudança. Nos anos seguintes, problemas na política de represamentos e reajustes contra a inflação somaram-se à visão negativa da estatal. Com isso, entre 2014 e 2016, a empresa acumulou rombos bilionários que somam mais de R\$ 5 bilhões e fechou o período com saldo negativo de R\$ 1,48 bilhão. Contudo, a partir de 2018, a ECT passou a registrar um crescimento consecutivo e, no ano de 2021, alcançou o lucro recorde de R\$ 3,7 bilhões, segundo dados divulgados pelo governo federal. A partir dos resultados, a iniciativa da desestatização da maior empresa de logística da América Latina passou a convergir com os números positivos apresentados pelos Correios nos últimos quatro anos.

Apesar do tema dividir opiniões entre especialistas, um dos maiores entraves para abertura do serviço postal à iniciativa privada é o interesse das empresas no interior do país. Atualmente, apenas 324 cidades do Brasil dão lucro à estatal, porém, o atendimento é mantido em outros municípios, graças a uma política de subsídio cruzado, quando o lucro dos centros é utilizado no atendimento a pequenas cidades. Há ainda a preocupação com o papel social prestado pela ECT, que atua como um braço do Estado para a implantação de políticas públicas em todas as regiões do país.

A garantia de direitos dos 90 mil trabalhadores no modelo privado também é um ponto de disputa. A estatal é a empresa pública com maior número de empregados do país e, além dos funcionários efetivos, contrata empresas terceirizadas nas áreas de limpeza, motoristas, operadores de triagem e carteiros temporários. Os profissionais nesta condição não estão contemplados no Acordo Coletivo de Trabalho dos Correios e recebem salários mais baixos pelas mesmas funções.

De acordo com as doutoras em sociologia do trabalho, Maria da Graça Druck e Isabela Fadul de Oliveira, a terceirização de serviços é uma ferramenta utilizada como potencializadora para um projeto de privatização e desresponsabilização pelos direitos do trabalho: "O uso da terceirização pelas empresas tem como um dos principais objetivos a redução dos custos trabalhistas. O modelo é uma forma

de organização do trabalho que atende de forma exemplar aos objetivos do capitalismo neoliberal.” (OLIVEIRA; DRUCK, 2021, p.6). O uso deste tipo de contratação tende a ser uma das modalidades preferenciais com a venda da estatal, de forma a atender interesses exclusivamente financeiros do setor empresarial.

Nas mãos de empresas privadas, a proposta é que a ECT mantenha apenas 40 mil funcionários, ou seja, cerca de 56% a menos do que o contingente atual. Na privatização os trabalhadores terão 18 meses de estabilidade ou poderão aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), com indenização e plano de saúde por 12 meses. Aos terceirizados, por sua vez, não há nenhuma garantia de manutenção dos contratos. A tendência do processo de privatização é de que os atuais empregados sejam substituídos por outros, com salários mais baixos e benefícios reduzidos. O movimento de terceirização ainda desorganiza a categoria e enfraquece a defesa dos seus direitos (OLIVEIRA; DRUCK, 2021, p.13).

Com 36 sindicatos espalhados pelo Brasil, os trabalhadores dos Correios protagonizam greves com pautas sobre o sucateamento da empresa e as condições de trabalho. Por meio de atos e discussões com deputados e senadores, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) denuncia a política privatista que aprofunda os problemas e desestrutura os serviços da ECT. A reclamação se reforça com a falta de concurso público para admissão de funcionários nos Correios há doze anos e a precariedade de materiais, equipamentos e estruturas nas unidades. Os problemas acumularam, ao longo do tempo, escassez de empregados, sobrecarga e consequências físicas e psicológicas nos trabalhadores, além da queda na qualidade e na satisfação da população com o serviço postal.

Diante deste cenário-tema, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Jornalismo tem como *premissa jornalística* que a tentativa de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos desassiste o direito ao serviço postal universal, garantido na Constituição Federal, a todo cidadão brasileiro, ameaça a implantação de políticas públicas em todo o território nacional e sucateia as condições de trabalho de funcionários efetivos e terceirizados da estatal. A partir de práticas jornalísticas, este TCC teve a intenção de investigar esse contexto político e social e ampliar a representação de vozes nessa discussão, buscando responder à seguinte questão norteadora: *A grande reportagem tem potencial para ser um espaço de narrativas ignoradas na discussão sobre o trabalho, privatização e*

importância do serviço dos Correios no Brasil? Como a memória é uma aliada do trabalho jornalístico que amplia as visões sobre o assunto?

“O que é do povo não se vende”: a frase que encabeça a greve dos trabalhadores contra a desestatização dos Correios tem a intenção de evidenciar o impacto social e a importância dos serviços da empresa para a população brasileira e representar a luta de empregados por melhores condições de trabalho.

Todavia, a perspectiva social, trabalhista e econômica não é o único motivador da produção deste TCC. A presença dos Correios está ligada a uma memória pessoal desta autora, com origem em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Em municípios pequenos, o carteiro e o correio fazem parte do cenário cotidiano por sua relação próxima com os moradores: o trabalhador fardado de amarelo e azul é chamado pelo apelido e conhecido em todo o bairro; é provável que ele conheça tão intimamente os vizinhos que saiba o que cada um espera. É por meio do serviço postal que essa autora via, além de encomendas domésticas, a chegada de materiais didáticos e de saúde.

Apesar de ter uma família com pouco costume de escrever e enviar cartas – talvez pela baixa escolaridade da maioria – muitas histórias chegaram até a autora por amigos e seus pais que trabalhavam nos Correios. Eles contavam sobre o andar de perua, os cães que dificultavam o trabalho, a entrega de objetos bizarros, os que visitavam as agências todos os dias e que encontravam no correio uma ligação com alguém ou algo distante, os problemas físicos gerados pela rotina exaustiva ou a ação de Natal para as crianças nos bairros. Hoje, com a comunicação digital, a presença dos trabalhadores dos correios pode não ser percebida da mesma maneira como antigamente – sem a ansiedade das cartas – e, por essa nova configuração, propomos aqui uma revisita ao universo dos correios e, em particular, da ECT.

Por ser um serviço essencial, garantido como direito constitucional, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é o *objeto* deste trabalho de conclusão. O *objetivo geral* é desvendar, a partir da grande reportagem, a importância do serviço postal para o exercício da cidadania em todos o território nacional e alertar sobre as precárias condições de trabalho de funcionários efetivos e terceirizados na esteira da privatização. A intenção é que, por meio da memória, os Correios possam ser compreendidos como uma instituição social, importante aos empregados e clientes, superando a visão neoliberal sobre o retorno lucrativo da estatal.

Os *objetivos específicos*, que aqui funcionam como pontos de uma pauta jornalística, se concentram em: 1) resgatar marcos históricos sobre as mudanças e permanências do serviço postal no Brasil; 2) reviver a memória atrelada à entrega de correspondências e encomendas; 3) compreender a importância e o funcionamento dos serviços prestados pelos Correios no país; 4) resgatar histórias, preocupações e mobilizações dos trabalhadores da ECT por meio da elaboração de uma grande reportagem, tendo como suporte o livro.

A proposta do trabalho é que a situação factual da ameaça da privatização seja o ponto de partida para a abordagem de outros aspectos dos Correios. Por intermédio de um livro-reportagem (LIMA, 2004; BELO, 2006; ROCHA; XAVIER, 2013), escolhido como o suporte para um produto de fôlego e como modalidade jornalística, compreenderemos a esfera mercadológica, logística, econômica, emocional e social em torno de alguns marcos dos 360 anos de existência da empresa (BOVO, 1997; ROSÁRIO, 2013; VENCESLAU, 2017).

Pretende-se que o livro-reportagem se aventure para além da discussão tradicional da imprensa hegemônica sobre lucros e as perdas de dinheiro da estatal. Sua proposta também é a de acessar as memórias da mudança de hábitos da sociedade brasileira a partir do envio e recebimento de objetos como encomendas, cartas, remédios, materiais ou ações sociais – seja pela lente de carteiros ou de cidadãos. Apesar da mudança no cenário político e o engavetamento temporário da proposta de privatização vinda com a eleição do novo governo, a intenção do livro é trazer à tona pontos que precisam ser melhorados e lacunas que necessitam de discussão nos Correios.

De forma ampla, **o primeiro capítulo** deste trabalho de conclusão de curso, relembra a memória dos Correios no Brasil, ao situar a estratégia logística da empresa e localizar o sistema no país (VENCESLAU, 2017; ROSÁRIO, 1993; UPU, 2022). A função social da estatal, assim como a responsabilidade de comunicação, integração e conexão entre os territórios brasileiros também é ponto de abordagem no trabalho. As novas tecnologias e o *boom* dos negócios *online* fazem parte da investigação, por ser um fenômeno social e cultural que impacta as novas necessidades dos Correios e de seus trabalhadores, assim como a importância da empresa em aspectos comerciais e econômicos do país (BOVO, 1997; TEIXEIRA, 2016). O documento também discute a política neoliberal que avançou nos últimos anos no país com a privatização e sucateamento de empresas estatais (SAURIN;

PEREIRA, 1998; ALMEIDA, 1999; SIQUEIRA, 2008; DIEESE, 2021; CORREIOS, 2021; UPU, 2022). A discussão sobre aspectos trabalhistas é abordada no âmbito da temática (OLIVEIRA; DRUCK, 2021), a fim de compreender o impacto do movimento de desestatização na vida e nos direitos trabalhistas de funcionários efetivos e do aumento e implicações do sistema de empregados terceirizados.

A partir do **segundo capítulo**, algumas reflexões são abordadas a fim de compreender como a grande reportagem é uma oportunidade para a ampliação de investigações jornalísticas, com novos olhares e mais profundidade na temática (SANTOS, 2004; MEDINA, 2003; LIMA, 2004; CONCEIÇÃO, 2020). O capítulo ainda traz uma discussão teórica sobre a reportagem cristalizada no livro-reportagem, com a apresentação de conceitos como o jornalismo literário e o *new journalism* (LIMA, 2010; PENA, 2008; BELO, 2013). A memória entra em cena a partir de um estudo sobre como esse elemento contribui para a atividade jornalística na descrição de personagens e na reconstrução do passado (HALBWACHS, 2006; OLIVEIRA; BERND, 2021; SOARES, 2019).

O rigor jornalístico como método de investigação é abordado pela perspectiva de Ricardo Gandour (2020) no **terceiro capítulo**. A partir da prática de percepção da notícia, apuração, cruzamento de dados, seleção de entrevistas e fontes, o trabalho de conclusão de curso em Jornalismo se apoia na tese produzida pelo pesquisador, de que o jornalismo exige método, a ser aplicada no desenvolvimento do livro-reportagem. Nesta etapa também são abordados os passos teóricos e metodológicos para a produção do documento de conclusão de curso e do produto deste trabalho. Ainda são explicadas as etapas de apuração, entrevista e redação, assim como são apontados os materiais que inspiraram esse trabalho e o relato sobre a experiência realizada.

Nas **considerações finais** do documento teórico-metodológico, são destacados aspectos sobre como a imersão na rotina de trabalhadores e na investigação sobre informações e dados dos Correios funcionam como uma forma de ampliação da discussão sobre a relevância social e comercial da empresa pública, evidenciando novas vozes e representações.

O trabalho deságua no livro-reportagem *O que é do povo não se vende*, em que trabalhadores e trabalhadoras brasileiras são foco de um produto jornalístico sobre a memória e a luta por melhores condições de trabalho na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A partir destas pessoas como centro da narrativa, a

grande reportagem é construída com os perfis e depoimentos dos funcionários efetivos, terceirizados e aposentados, José Antônio da Cruz, Danielly Passaglia Leal, Fábio Chaves, Marcos Inocencio, Ana, Luiz, Luciano.

O livro também estabelece marcos históricos dos 360 anos do serviço postal brasileiro e esclarece a importância dos Correios para o exercício da cidadania, sobretudo nos municípios do interior do País. A discussão sobre a privatização da estatal é abordada com a visão de sindicalistas, especialistas e trabalhadores, enquanto o cotidiano na empresa pública é revelado por dados e relatos de funcionários, que convivem com excesso de trabalho e falta de valorização da categoria. Ao fim de *O que é do povo não se vende*, a memória dos colecionadores de selos é trazida na reportagem como um elemento pessoal e familiar do serviço postal.

1. OS 360 ANOS DOS CORREIOS NO BRASIL

O resgate da memória atrelada aos Correios, a situação trabalhista da empresa e a função social desempenhada no território brasileiro são decorrentes de uma história de 360 anos da existência deste serviço no país. Nesta proposta de investigação jornalística estabelecemos marcos históricos, a partir da definição de períodos, a fim de entender quais dinâmicas e condições permitiram a criação e o desenvolvimento da estatal no país, assim como, compreendermos o funcionamento e a situação da empresa. O memorial teórico dedicado à historiografia da estatal nos orienta para uma pesquisa jornalística que quer entender quais os interesses envolvidos nas tentativas de privatização da estatal, no sucateamento da sua estrutura e nas condições trabalhistas que pratica.

A divisão proposta pelo autor Igor Venceslau (2017) define cinco períodos de história dos Correios no Brasil e atualiza os referenciais teóricos anteriores que iam até meados dos anos 1990 e 2000¹. O *primeiro período* se dedica à instituição do Correio-Mor, em 1663 e se estende até 1842. O *segundo*, até 1930, assinala o surgimento do selo postal e a conexão entre as cidades mais importantes do país. O *terceiro período* é dedicado ao projeto político-militar de integração territorial com o apoio do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) e se estende até a criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em 1969, evento que marca o *quarto período* da história postal e integra o serviço prestado às áreas mais afastadas do país. Com a criação do Sedex, em 1982, e a consolidação da integração territorial pelos correios, se iniciou o *quinto período*.

A partir daí nos concentramos nos eventos políticos e econômicos que colocaram a empresa pública na esteira da privatização em um projeto de Estado que também visava a abertura de mercado de outras estatais brasileiras. O documento ainda dá foco à última tentativa de privatização dos Correios elaborada pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o Projeto de Lei nº 591/2021, de fevereiro de 2020, que foi aprovada na Câmara dos Deputados e enviada ao Senado Federal.

¹ Os autores Irari Rosário (2003) e João Barros Neto (2004) haviam proposto divisões para a História dos Correios no Brasil.

1.1 CINCO PERÍODOS: DO CORREIO-MOR A CRIAÇÃO DO SEDEX

Antes da chegada dos portugueses no Brasil, não havia registros de atividades como entrega de mensagens ou correspondências entre nações que habitavam as terras brasileiras. Portanto, o início da história dos correios no país só pode ser assinalada a partir do estabelecimento colonial no continente americano. A Carta de Caminha, um documento enviado ao rei de Portugal, por Pedro Vaz de Caminha, membro da esquadra portuguesa, é considerada a primeira correspondência do Brasil. A carta anunciava a chegada dos portugueses na Bahia, em abril de 1500, e continha anotações sobre as terras desconhecidas, os indígenas, a fauna e a flora, o relevo e descrições sobre a primeira missa do país. Ela é considerada no registro institucional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) como o marco dos serviços postais no Brasil.

Apesar de ter sido designada como “carta”, o documento que foi para Lisboa não utilizou serviço postal para ser enviada. Portanto, Venceslau (2017) e Rosário (2003) assinalam o início da história com a criação do cargo de Correio-Mor ou Correio da Capitania do Rio de Janeiro, ocupado pelo alferes João Cavalheiro Cardoso, em 25 de janeiro de 1663². Os correios-mores eram cargos hereditários e tinham a função de organizar e gerir os serviços postais. Seu papel era exclusivamente estabelecer uma ligação entre a colônia e a metrópole, com o envio de ordens e a chegada de informações do mundo colonial. No fim do século XVIII, foi estabelecida uma ligação marítima regular entre Brasil e Portugal, levando mensagens e encomendas e reforçando o caráter unilateral do fluxo. A extinção do correio-mor aconteceu logo depois, com a reivindicação da administração dos correios pela Coroa Portuguesa.

Com a chegada da Família Real ao país e a mudança da sede de Lisboa para o Rio de Janeiro³, a ligação marítima do serviço postal passa a ser efetuada por Londres. Em 5 de março de 1829 foi decretado o Regulamento à Administração Geral dos Correios, um documento que versava sobre normas, como salários e procedimentos de transportes das correspondências (ROSÁRIO, 1993). Na época, o transporte era feito por homens que iam a pé de uma cidade a outra ou entre vilas, aumentando a lentidão das entregas que chegavam pelos barcos. O uso de cavalos

² Em 25 de janeiro é comemorado o Dia do Carteiro no Brasil.

³ A Coroa Portuguesa fugia da invasão de Portugal por Napoleão.

era feito normalmente apenas na linha entre Rio de Janeiro e São Paulo. Em todos os casos, as entregas eram dificultadas pelos fenômenos da natureza e inimigos que cruzavam o caminho. O inglês R. Walsh, em visita ao país, comentava em seu livro *Notices of Brazil* de 1830, trecho traduzido por Rosário (1993, p.76):

A mala postal é despachada do Rio e, a cada dez dias, para as diferentes localidades do interior. Não existem, como é natural, os chamados carros de posta, mas frequentemente encontrei o correio pelas estradas. A mala é transportada por dois negros que levam um porta-manta às costas e uma saca à mão. Andam a pé, fazendo uma légua ou quatro milhas por hora.

Neste primeiro período da história postal, a função desempenhada pelos correios é voltada para os fins externos. A intenção era garantir, exclusivamente, a comunicação entre a metrópole e a colônia, sem a intenção ou interesse de integrar internamente o país.

O primeiro selo postal adesivo, o *Penny Black*, foi criado por Rowland Hill, na Inglaterra, em 1840, durante a Reforma Postal Inglesa. A invenção repercutiu nos correios de todo o mundo e criou um sistema de pagamento por correspondência em que o remetente pagava para o envio da carta ou encomenda e não mais o destinatário, como era feito até então. A novidade não calculava mais o valor das correspondências pela distância e adotava uma tarifa única, conforme a variável de peso da encomenda.

O Brasil foi o segundo país a adotar o sistema, em 1843, com os chamados selos *Olho-de-Boi*, nos valores de 30, 60 e 90 réis. Na época, o governo imperial tentava modernizar o país, com a organização dos serviços postais e, além da inserção dos selos, atribuía novas exigências como a adoção do endereço completo do destinatário com o nome da rua, número da casa e andar para a entrega de correspondências (BARROS, p.28). Além das reformas no sistema postal, foram introduzidos o telefone e o telégrafo no território. Para Venceslau (2017, p.56), “a criação do selo postal é um marco importante na história do correio, pois assinala a transformação do objeto postal em mercadoria⁴” – anteriormente, o pagamento da correspondência não era obrigatório e nem padronizado e, em caso de recusa do recebimento, ninguém pagava pelo serviço prestado.

⁴ O sistema econômico do Brasil abandonava gradativamente o trabalho escravo para incorporar a mão-de-obra assalariada e transformava a terra em mercadoria com a Lei de Terras, de 1850. O mercado na época teve influência para a mercantilização do objeto postal.

Com as primeiras convenções internacionais que adequaram as tarifas postais no mundo e oficializaram o princípio de inviolabilidade das correspondências, no Congresso de Paris da União Postal Universal (UPU), em 1879, os correios brasileiros passaram a demandar transformações na organização interna. Em 1861, o correio ficou subordinado à Secretaria dos Negócios e da Agricultura; após a Proclamação da República, tornou-se parte do Ministério da Indústria Pública, Correios e Telégrafos e, posteriormente, ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, em 1909. A organização atingiu os trabalhadores e a partir do Decreto nº 255 de 1842, as entregas passaram a ser ordenadas por horários definidos e pela quantidade de carteiros nomeados. Barros Neto (2004) aponta que também é na segunda metade do século XIX que tem início a organização de um sistema de triagem das correspondências.

O novo período também foi marcado pela invenção do telégrafo. Criada em 1840, por Samuel Morse, nos Estados Unidos, a nova tecnologia começou a ser utilizada no Brasil, em 1852, por influência dos britânicos, para o combate ao tráfico de escravos no Oceano Atlântico. As linhas criadas ligavam a capital do império brasileiro à Petrópolis, e mais tarde, a Salvador, Belém e Recife. Da última cidade, os cabos foram para Fernando de Noronha, Cabo Verde, Ilhas da Madeira e Europa. O telégrafo, com a instantaneidade da transmissão de informações, diminui a entrega de correspondências de meses para semanas e permite a conexão entre as cidades mais importantes do país.

No início do século XX, o Brasil recebe novas tecnologias que iriam alterar e impactar o tempo do serviço postal. O primeiro deles foi a máquina de franquear correspondências, criada em 1924, e que imprimia estampas sobre os envelopes, superando a necessidade do selo adesivo e acelerando o processo de postagem das encomendas – embora o selo ainda continue sendo largamente utilizado. Logo em seguida, com a invenção e uso regular do avião, que começou a ser utilizado nos serviços postais, em 1925, no Brasil (VENCESLAU, 2017). A tecnologia do transporte aéreo para as correspondências e encomendas significava a superação das invenções obsoletas do século XIX e do abandono do navio a vapor. Era uma nova fase do correio no mundo.

Em um contexto de mudanças políticas, com o esgotamento da República Velha, o *crash* da Bolsa de Nova Iorque e o golpe da Revolução de 30, Getúlio Vargas assume a presidência e tem como missão a reorganização e ocupação do

território nacional com novas estradas e sistemas de comunicação (MORAES, 2005). O correio torna-se parte desta política, com ações governamentais voltadas à integração do território, consolidando-o nas regiões onde foram introduzidos os serviços e estendendo-o até as áreas de fronteira.

O projeto foi posto em prática no novo Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), criado em 1931, e nas linhas de correios áreas, com o Correio Aéreo Nacional (CAN). O sistema aéreo ligava o Distrito Federal, na época, no Rio de Janeiro, às capitais e países vizinhos como Paraguai e Bolívia. Porém, Venceslau (2017, p.66) relembra que o sistema ainda era concentrado na área de maior poder político-econômico do país:

No terceiro período, o correio assumiu uma nítida função de integração das áreas mais afastadas ao núcleo econômico e político do país, sua área core, tornando-se parte de um projeto geopolítico de consolidação das fronteiras nacionais. (...) O uso do território para fins político-militares, nesse período, aponta para a centralização do poder em escala nacional e a produção de desigualdades regionais, com prevalência de fluxos numa área geográfica privilegiada.

No âmbito da organização do trabalho, surge a Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos, em 1934, com a sistematização da mão de obra em escala nacional. Os novos investimentos e tecnologias permitiram uma grande aceleração nos prazos de entrega, que caíram de semanas para alguns dias.

Sob o comando da ditadura militar e logo após a criação do Ministério das Comunicações, a DCT foi transformada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT, ECT ou Correios) pela Lei nº 509 de 20 de março de 1969. A transformação do correio em uma empresa coroou a mudança do objeto postal em mercadoria, iniciada com a adoção do selo. A partir deste marco, o correio passa a operar perseguindo ganhos de produtividade, redução de custos e aumento da receita (BOVO, 1997). Neste ponto, cria-se uma tensão entre a função social dos correios e o objeto postado, como mercadoria.

A Lei 6.578 de 22 de junho de 1978 ou a chamada Lei Postal foi uma intervenção do Estado neste conflito entre a prestação de um serviço público e a sua operacionalização nos moldes empresariais. O novo regulamento unificava as legislações existentes até o momento, que até então eram estaduais, e padronizava os preços e padrões em escala nacional. Em relação ao avanço do mercado, ela

regulamentou o monopólio postal, assegurando o uso exclusivo dos serviços de correio à União através da ECT (BRASIL, 1978):

Art. 9º - São exploradas pela União, em regime de monopólio, as seguintes atividades postais:

I - recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de carta e cartão-postal;

II - recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de correspondência agrupada;

III - fabricação, emissão de selos e de outras fórmulas de franqueamento postal.

Do monopólio de serviços ficou excluído o segmento de encomendas, o que se tornou um conflito, mais tarde, com a discussão da privatização da estatal. Por fim, o texto institui a universalização dos serviços postais, ao declarar no artigo 4º que: “É reconhecido a todos o direito de haver a prestação do serviço postal e do serviço de telegrama, observadas as disposições legais e regulamentares”, o que, de certa forma, orienta o próprio Estado a oferecer o serviço em todos os municípios e a todos os cidadãos do país. É neste cenário que a integração nacional se torna completa com as ações da empresa para a expansão do número de agências e postos de atendimento (VENCESLAU, 2017).

A formação da mão-de-obra continuou a ser desenvolvida em outras regiões e, em 1971, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro formou técnicos especializados, chamados de administradores postais, e treinou funcionários de nível médio. Outros centros de treinamento foram criados no Rio de Janeiro, Recife, Bauru (SP) e em Porto Alegre. Na época, os Correios já atingiam o número de dez mil funcionários qualificados pelos cursos ofertados. Em 1978, o processo de especialização culminou na criação da Escola Superior de Administração Postal (Esap), em 1978, na cidade de Brasília.

Bovo (1997) revela que, após a criação da ECT, o correio passou por uma reestruturação a fim de fortalecer a racionalização do trabalho. Entre 1971 e 1977, os conceitos empresariais de fordismo, taylorismo e fayolismo foram incorporados na rotina organizacional dos correios, com base em uma cooperação técnica com o governo francês, que realizou quatro operações no Brasil. Bovo (1997) aponta ainda que é nesse momento que surge o trabalho motorizado do carteiro, com o uso de carros ou motos para as entregas a domicílio, o que diminui o tempo das entregas.

Neste momento, a capilaridade do serviço dos correios no país se torna ainda mais evidente, com a instalação de caixas de coletas nas capitais e em grandes cidades. Da mesma forma, a mudança para o transporte rodoviário ao invés das ferrovias, promovem a integração mais rápida entre as capitais e as cidades pequenas no interior. No ar, o modal aéreo foi substituído pela Rede Postal Aérea Noturna, que articulou a capital de todos os estados com as novas demandas por qualidade e velocidade de entrega de encomendas e cartas urgentes.

A rapidez, entretanto, só pode ser consolidada com a criação da máquina de triagem que automatizou os procedimentos de separação de objetos por destino, sem a necessidade de leitura e categorização manual. A utilização da máquina só foi possível graças a um novo sistema de organização territorial, o Código de Endereço Postal ou CEP⁵. As condições técnicas e as novas tecnologias empregadas no processo permitiram o encurtamento das entregas para cerca de um dia útil em várias cidades.

O serviço do Sedex foi criado em 1982, a fim de articular as principais capitais brasileiras em um prazo de 14 horas, por meio do modal aéreo. Ele é usado em formato de envelope (com as cartas) e como pacote (de encomendas), respeitando os limites de peso⁶, tamanho e volume transportados pelos correios. O sistema possui um código de barras que permite localizar rapidamente o objeto e acompanhá-lo durante todo o trajeto. Essa etiqueta possui um valor semelhante a do selo postal no século XIX, com a comprovação da postagem, mas com a inovação de informações no formato digital, como peso, preço e destino.

Com o avanço das tecnologias da informação, surge o rastreamento de objetos no espaço e a possibilidade de postagens eletrônicas, este último, um serviço disponível para grandes clientes que podem imprimir a etiqueta de seus escritórios, sem a necessidade do atendimento em balcão. A automação, iniciada na década de 1970, ganha fôlego e atinge as agências de atendimento no Sistema de Automação de Rede de Atendimento (Sara), permitindo o fluxo integrado de informações e o rastreamento de objetos em todas as etapas, da postagem até a entrega.

⁵ O Código foi criado em 1972 por Moacyr Alves da Graça, diretor dos Correios no Brasil, em conjunto com um grupo de funcionários da empresa.

⁶ O peso máximo para postagem nos Correios é de trinta quilos.

No âmbito destas transformações, o trabalho do carteiro foi modificado com o uso de *smartphones* para a transmissão instantânea das informações sobre a distribuição domiciliária. Em relação aos transportes, o modal aéreo e o modal rodoviário, já consolidados em anos anteriores, são intensificados. A novidade, entretanto, é a criação da Rede Fluvial da Amazônia, que promove a conexão de cidades ribeirinhas da Região Norte do país. Graças à instantaneidade da informação e à coordenação sistemática de todos os processos realizados pelos correios, os prazos de entrega foram drasticamente reduzidos, passando a ser contados em horas. O Relatório Integrado dos Correios de 2020 aponta que, todos os dias, mais de 14,5 milhões de cartas e 1,5 milhão de encomendas internacionais e nacionais foram entregues. Nas unidades de tratamento, 27,5 milhões de objetos eram separados por dia (CORREIOS, 2020).

A influência do mercado se torna ainda mais evidente com a ampliação dos serviços, principalmente no segmento expresso. Em 2001, foi lançado o Sedex 10, com a garantia de entrega em até dez horas do dia útil seguinte à postagem; em 2004, foi a vez do Sedex Hoje, com entrega garantida no mesmo dia da postagem, e o Sedex Mundi, serviço expresso internacional; por fim, o Sedex 12, lançado em 2013, foi uma alternativa de entrega até 12 horas do dia seguinte à postagem para aquelas localidades onde o prazo do Sedex 10 não conseguia ser cumprido (CORREIOS, 2016).

Neste momento, a rede postal se torna um elemento em que o Estado se faz presente em todos os municípios do país. Além da zona urbana, os Correios começaram a entregar cartas e objetos na área rural, a partir de 1985. As vilas e povoados com população de até 500 habitantes ou de difícil acesso passam a contar com as caixas postais comunitárias, a partir de 1998, permitindo aos moradores a utilização de um endereço único e a retirada na agência comunitária.

Com a consolidação da rede postal em escala nacional, o Estado se tornou mais presente e o mercado passou a tirar proveito da infraestrutura criada. O conflito entre as duas entidades começou a se manifestar nas políticas neoliberais que marcaram a década de 1990 no Brasil. Empresas públicas foram privatizadas, além da abertura de mercado para a exploração de serviços públicos, inclusive aqueles relacionados às comunicações. Neste momento, apesar das tentativas de projetos e articulações políticas para a venda dos Correios, o patrimônio continuou como uma empresa pública.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) as estratégias políticas para o setor postal estavam alinhadas ao projeto neoliberal e visavam a diminuição da presença estatal, a partir da tentativa de liberalização do mercado. Nos mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), com Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) as propostas visam o fortalecimento institucional e mercadológico da empresa, prevendo sua internacionalização (TEIXEIRA, 2013).

Em 2009, as empresas internacionais como FedEx, UP e DHL iniciaram o processo de tentativa de entrada no mercado nacional e pediram a quebra de monopólio estatal da União, junto ao Supremo Tribunal Federal. A decisão, na época, foi a manutenção da exclusividade dos serviços pelos Correios – todavia, se tornou mais claro como o serviço postal no território brasileiro é atrativo para empresas privadas.

Desta forma, o surgimento dos serviços expressos no Brasil pode ser compreendido como uma resposta à modernização técnica, científica e informacional do mundo. Os fluxos atingem uma velocidade inédita na história postal brasileira e atualizam os serviços postais no território do país.

1.2 O CORREIO BRASILEIRO NA ESTEIRA DA PRIVATIZAÇÃO

O surgimento de estatais no Brasil, no formato em que conhecemos, remete à transição dos anos de 1930 para 1940, com a ideia de que o Estado deveria intervir na economia para corrigir e preencher as lacunas do mercado que inibiam o processo de industrialização no país. Estas estatais foram criadas a fim de oferecerem estrutura para a operação dos agentes privados, atuando em setores interligados à segurança e à soberania nacional, assim como, realizando serviços que não eram viáveis ou de interesses de empresas privadas, seja pelo custo alto ou pelo elevado tempo para retorno de investimentos (WAHRLICH, 1980). De acordo com os autores Saurin e Pereira (1998) é, a partir de 1930, que as elites empresariais passam a pressionar o Estado para assumir o processo mais difícil e caro da industrialização brasileira, política que se estendeu até a década de 1950.

Deste esforço nasceram o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Nacional de Álcalis (CNA), a Companhia Hidrelétrica do São

Francisco (Chesf) e a Fábrica Nacional de Motores (FNM). O crescimento industrial com apoio do Estado continua em ascendência e, durante os anos 1950, surgiram empresas pertencentes aos estados da federação, como, por exemplo, a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (WAHRLICH, 1980). Em 1953 foi criada a Petrobras, empresa estatal que teria o monopólio na exploração e refino de petróleo (VICENTINO; DORIGO, 2001).

De 1960 ao final de 1970 foram criadas: a Eletrobrás, o Banco da Amazônia (Basa), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Telebrás (KLIASS, 2018). O período com maior criação de estatais federais se iniciou em 1967 e em 1970 o Brasil era proprietário de mais de 200 empresas (WAHRLICH, 1980).

A condução de todo o aparato estatal, entretanto, criou problemas. O endividamento do setor público, causado principalmente pela contenção de tarifas e pela captação de recursos no exterior, tornou as empresas deficitárias e, conseqüentemente, dependentes da União (SAURIN; PEREIRA, 1998). A partir de 1979, o governo tentou ter maior controle sobre suas empresas com a criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest). A lógica do Estado como promotor de bens e serviços começou a ser alterada.

Em 1981, foi instituída a comissão Especial de Desestatização, primeiro flerte com a privatização, ainda que a expressão não tenha sido utilizada. A medida, apesar de não ter resultados práticos, deu eco às demandas do empresariado e da imprensa por uma diminuição da presença do Estado nas atividades produtivas (ALMEIDA, 1999). Os anos 1980 foram decisivos para os novos rumos do Brasil. De acordo com Leme (2011), fatores internos e externos e a pressão de diferentes atores acabaram convergindo e resultando em reformas estruturais e nas privatizações. Para Siqueira (2008), neste período o Estado apenas devolveu à iniciativa privada algumas empresas que haviam sido incorporadas pelo poder público por situação de falência. Saurin e Pereira (1998) destacam as mudanças ocorridas na legislação, em 1986 e 1988, que já indicavam o que aconteceria na década seguinte.

Em 1990, com o governo de Fernando Collor (1990-1992), entrou em vigor a Lei nº 8031/1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND). A

intenção do governo era privatizar grandes empresas em um curto período de tempo, o que efetivamente não aconteceu. Porém, o PND alcançou resultados maiores do que os obtidos em toda a década anterior (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 2000). Neste período foram privatizadas empresas do ramo siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes (SIQUEIRA, 2008; ALMEIDA, 1999). Para Pinheiro e Giambiagi (2000), a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o processo de privatização iniciou sua fase mais abrangente. As mudanças na legislação possibilitaram a quebra de monopólios, a venda de estatais e a concessão de serviços públicos federais e estaduais de várias naturezas. Segundo os autores, do final de 1991 ao início de 1999, 115 empresas foram vendidas. De acordo com Biondi (2003), Telebrás, CVRD, CSN e empresas e bancos estaduais fazem parte da grande lista de estatais privatizadas no período.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) houve uma diminuição na intensidade das privatizações, porém houveram órgãos incluídos no programa. De acordo com números do BNDES, entre 2003 e 2015 foram incluídos no programa, dentre outros, o IRB, bancos estaduais e aeroportos, além de um grande número de concessões nas mais variadas áreas.

No governo de Michel Temer (2016-2018) houve incentivo e uma intenção declarada da privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com a justificativa de que o lucro da empresa não era suficiente para compensar os déficits. Nenhuma proposta, entretanto, foi levada para discussão nas casas legislativas. No entanto, com a eleição de Jair Bolsonaro (PL), foi enviado em 24 de fevereiro de 2020 à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) nº 591, que dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP). Segundo o então Ministro da Economia, Paulo Guedes, e das Comunicações, Fábio Faria, os objetivos da proposta eram de aumentar a qualidade dos serviços postais, garantir a prestação do serviço universal, ampliar investimentos privados no setor e facultar a desestatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).⁷ O projeto propõe a criação de um sistema postal em que todos os serviços — inclusive os que estão em regime de monopólio pela

⁷ Mensagem no 402/2020, ao Presidente da República. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=node0k061to2n7tg26wy6z9niufww19941562.node0?codteor=1972837&filename=PL+591/2021

ECT — poderiam ser explorados pela iniciativa privada. À União caberia a garantia de prestação do serviço postal universal, por meio de concessão, e as tarefas de organizar e regular o Sistema Nacional de Seguros Privados, por intermédio da Anatel — Agência Nacional de Telecomunicações e Serviços Postais. Já a ECT, uma empresa 100% pública, seria vendida e passaria a se chamar Correios do Brasil. Na época, a proposta foi considerada inconstitucional pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras.⁸ O documento ainda prevê uma fase de transição para o novo modelo privado de negócios, em que a futura Correios do Brasil preservaria o monopólio atual na área de correspondências por no mínimo três e no máximo cinco anos.

Segundo o governo vigente, a justificativa para uma transformação tão radical no setor de serviços postais brasileiro era que a ECT é incapaz de se manter competitiva e prestar serviços de qualidade, sobretudo porque não consegue efetuar os investimentos necessários para acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas. Essa suposta perda de competitividade, somada ao alto comprometimento das receitas da empresa com despesas correntes, seria, também, um risco às contas públicas, na medida em que a empresa poderia acabar se tornando dependente do Tesouro. Outro argumento para justificar o projeto é que a privatização do setor postal seria uma tendência majoritária mundial.

Apesar dos argumentos governistas, a estratégia de privatização da ECT e a liberalização ampla do mercado postal é uma ação maior, avalia a nota técnica emitida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos: “A privatização faz parte de um projeto maior de enxugamento do Estado e mercantilização de direitos, que começou no Governo Temer e agora é aprofundado” (DIEESE, 2021, p. 03). Os sindicatos estaduais e a Federação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Correios, Telégrafos e Similares (Fentect) também se posicionaram contra o projeto criado pelo governo Bolsonaro e defendem que a privatização iria ocasionar a perda de direitos trabalhista, desempregar funcionários e esvaziar os serviços sociais prestados pela empresa pública no território nacional. A discussão foi levada pelos trabalhadores em greves e no diálogo nas casas legislativas municipais, estaduais e federais.

⁸ Notícia da CNN Brasil:
<https://www.cnnbrasil.com.br/business/augusto-aras-reforca-oposicao-a-venda-de-100-dos-correios-pelo-governo/>

1.2.1 O Projeto de Lei nº 591/2021

A primeira mudança, proposta na versão original e mantida na substitutiva, é em relação ao conceito de serviço postal. No projeto de lei, ele passa a ser definido como: “conjunto de atividades econômicas e serviços que tornam possível o envio de correspondência ou de objeto postal de um remetente para um endereço final certo e determinado, com ou sem indicação de destinatário.” (PL nº 591/2021, Artigo 2º, inciso VIII). A incorporação do termo “atividades econômicas” dá um novo sentido ao serviço público e coloca os termos da livre iniciativa e da livre concorrência como ordenadoras da atividade postal no país. De acordo com o projeto, a União deve, ainda, manter para si uma parte dos serviços, chamada na proposta de “serviço postal universal”, que inclui encomendas simples, cartas e telegramas. O motivo, segundo o governo, é que a Constituição obriga a União a ter serviço postal e correio aéreo nacional. O serviço postal universal poderá ser prestado pelos Correios, transformado em sociedade anônima com o nome de Correios do Brasil S.A., ou por empresa privada que receber a concessão.

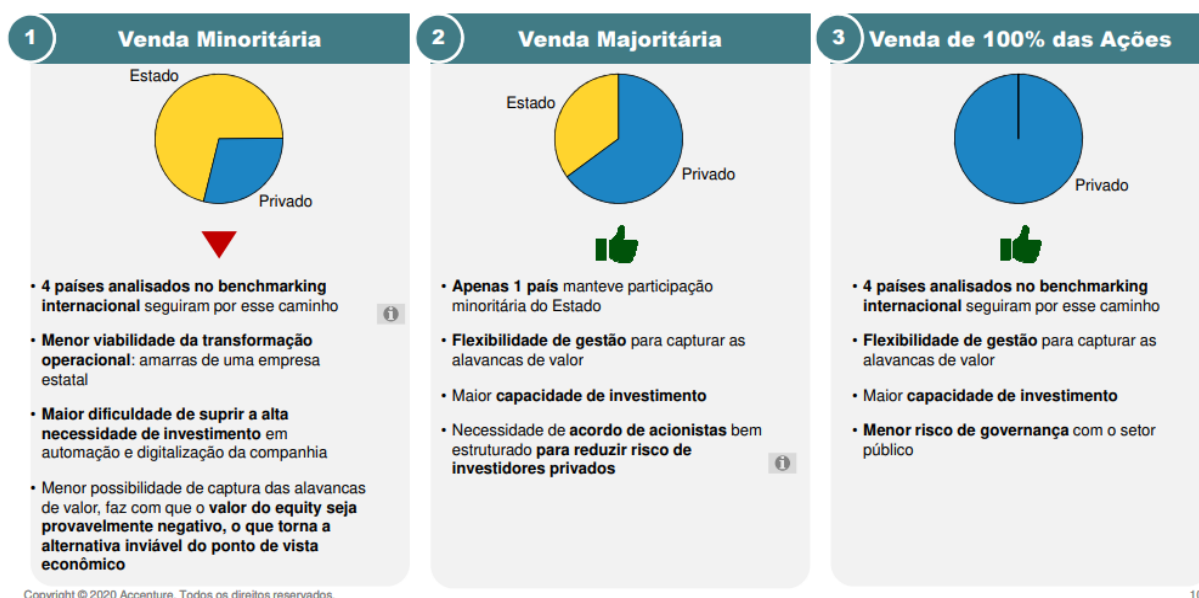
O novo operador será obrigado a praticar a modicidade de preços e cumprir metas de universalização e de qualidade definidas pelo governo dentro da política postal brasileira. A proposta abre a possibilidade de haver mais de um operador por região. O projeto também estabelece que a Anatel será a reguladora do mercado de serviços postais no Brasil e propõe regras para a fixação e a cobrança dessas tarifas: a) possibilidade de haver um regime tarifário específico para cada uma das modalidades de serviço universal, acompanhado de tarifas diferenciadas geograficamente, com base no custo do serviço, na renda dos usuários e nos indicadores sociais; b) criação de “tarifa social” para atendimento dos usuários que não tenham condições econômicas para pagar pelo serviço; c) fixação de regra de reajuste anual das tarifas, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-IPCA, podendo incluir um fator de desconto (estimativa do aumento da produtividade futura do setor, por exemplo); d) previsão de revisão tarifária anual, se necessário.

Em relação à prestação dos serviços de interesse social, o único aspecto ressaltado é que estes também deverão ser prestados pelos operadores designados sempre que o órgão regulador determinar e deverão ser remunerados conforme critérios a serem definidos em regulamento. Os operadores designados também

poderão prestar serviços postais em regime privado. Nesse caso, serão observados os princípios constitucionais de livre concorrência e o disposto nos artigos 128 e 129 da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997) que consagram a liberdade econômica, inclusive relacionados aos preços.

Embora a tentativa de privatização tenha sido uma surpresa para alguns setores da sociedade, o Governo Federal já havia incluído a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Projeto Nacional de Desestatização, no Decreto nº10.674, de 13 de abril de 2021. O artigo 1º explica que a estratégia de desestatização segue a diretriz de “alienação do controle societário em conjunto a concessão dos serviços postais universais (...)” (Decreto nº10.674, Art. 1º de 2021). Enquanto a minuta estava em tramitação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conduzia um estudo sobre as opções de desestatização da ECT⁹. Das opções, o documento exclui a venda minoritária da empresa.

QUADRO 1 - “Dentre as opções de grau de desestatização, excluímos a opção de venda minoritária: resumo da fase 1 dos estudos”



Fonte: Produzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e publicado em 18 de março de 2021.

A possibilidade, entretanto, da transformação da estatal em economia mista com extinção dos benefícios tributários, presentes originalmente no artigo 23 do PL, é excluída no Substitutivo. Fica mantida, porém, a previsão de uma fase de

⁹ O documento completo pode ser acessado no link: <https://portal.ppi.gov.br/resumofase1correios>

transição para que a empresa se adapte ao novo modelo privado de negócios, durante a qual será preservada sua exclusividade na prestação dos serviços postais de atendimento, coleta, triagem, transporte e distribuição no território nacional e expedição para o exterior de cartas, cartões postais e correspondência agrupada, além do serviço de telegrama.

Mesmo tendo sido aprovada na Câmara dos Deputados, com destaques, o projeto perdeu força no Senado e não foi votado. Com a eleição do novo governo Lula (PT), em 2022, a privatização dos Correios foi retirada do radar e, em 2 de janeiro de 2023, o presidente assinou um decreto para revogar as privatizações de oito estatais, incluindo a ECT. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União¹⁰.

Após esse relato descritivo e contextual de aspectos da história dos correios no Brasil e das recentes tentativas de privatização da empresa governamental, passa-se à parte teórica desse documento, que foca no âmbito do jornalismo, em especial a grande reportagem no formato de livro, produto escolhido como suporte e gênero desse TCC.

¹⁰ Despacho: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-455351891>

2. A GRANDE REPORTAGEM COMO UM NOVO OLHAR

A grande reportagem é uma modalidade essencial do jornalismo que oferece aos profissionais a liberdade de apresentar novas abordagens, vozes, contextos e olhares para os fatos que cercam o nosso cotidiano, sejam eles acontecimentos de grande impacto ou pautas de rotina. Com um tempo mais alargado de produção e a característica de procurar por assuntos poucos comentados ou tratados por um único viés, o gênero permite a abordagem de conteúdos que não são possíveis de vivenciar no jornalismo diário, que, por sua natureza, é mais apressado e com um *deadline* corrido. Nesta prática as técnicas de coleta de informações e entrevistas, encontram os personagens do cotidiano, que se fundem com a memória e a subjetividade, para construir uma narrativa mais profunda com pinceladas literárias, aqui e ali.

No processo de cobertura de um fato, a reportagem pode ter mais ou menos espaço para tratar sobre o tema, passando pela estratégia editorial e pelo tempo. “A arte de tecer o presente”, como categoriza Medina (2003), sobre o trabalho do repórter, é o resultado de um jornalismo diário, seja no rádio, na televisão ou na internet, que persegue o *hard news* e as reportagens instantâneas do dia a dia, com a intenção de dar a informação mais quente possível ou o “furo jornalístico” antes de outros veículos de comunicação. Entretanto, a velocidade da informação faz com menos olhares sejam agregados em um fato:

O modelo de produção industrial da notícia, a concorrência e as novas tecnologias impõem um ritmo alucinante, reduzindo o tempo da apuração da informação e, como consequência, a diversidade, a problematização de questões e a contextualização do fato. (SANTOS, 2009, p. 25 e 26).

Neste contexto, o jornalista ao aprofundar a reportagem para grupos e temáticas pouco exploradas, abre a janela para o que está ou que esteve fora das manchetes. A pesquisadora Marli dos Santos (2009) aponta que, em grandes reportagens, o procedimento de “expansão” começa na pauta.

Segundo Edvaldo Pereira Lima (2004) há liberdades praticadas nesse gênero: a liberdade temática, que permite o jornalista ir além da notícia quente; a liberdade de angulação, em relação aos “filtros na redação” e ao tempo limitante, que permitem a exploração de novos ângulos de um acontecimento; liberdade de

fontes, indo além das institucionais; liberdade temporal; liberdade de propósito para resgatar, discutir e refletir sobre o acontecimento do presente e do passado. A partir disso a abordagem da grande reportagem dá fôlego ao fato e entra em questões mais essenciais e perenes. Quanto à técnica, a extensão da reportagem atinge um jornalismo que capta, pelas entrevistas, uma “história viva” das pessoas e dos grupos pela memória (SANTOS, p. 26, 2004).

Ao ter essa liberdade em vista, o jornalismo na grande reportagem é uma oportunidade para mostrar vozes, saberes, realidades, grupos e suas identidades e histórias de vida. Medina (2003, p. 52-53) defende que “a ação coletiva da grande reportagem ganha em sedução quando quem a protagoniza são pessoas comuns que vivem a luta do cotidiano”. Lima explica que a reportagem se torna “grande” ao incorporar elementos que permitem uma compreensão do tema no tempo e no espaço, “ao estilo do melhor jornalismo interpretativo” (LIMA, 2004, p.26). O leitor, assim, amplia o conhecimento a partir de dados quantitativos (extensivo ou horizontal) e qualitativos (intensivo ou vertical), em uma fusão de ambos. No extensivo, ele tem acesso aos números, informações e detalhes, enquanto no intensivo possibilita “uma análise multiangular de causas e consequências, de efeitos e desdobramentos, de repercussões e implicações” (LIMA, 2004, p.40).

A grande reportagem está na mídia impressa, muitas vezes, em “cadernos especiais” ou por meio do suporte do livro-reportagem. De forma recorrente, muitos autores apontam *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, como um exemplo que se origina a partir de uma grande reportagem. Estampadas em jornais e revistas nacionais estão produções jornalísticas como *Enfrentando os Xavantes*, de *O Cruzeiro* (Ano XVI – nº 35, 24/06/1944), de autoria de David Nasser e fotografias de Jean Manzon, quando pela primeira vez indígenas foram retratados em imagens; e *Favela Amazônica* (2015), de *O Estado de S. Paulo*, com abordagem sobre comunidades que vivem nas beiradas das cidades amazônicas. Ainda na linha ilustrativa dos exemplos, no jornalismo internacional, temos a obra *A Sangue Frio* (1965), do jornalista Truman Capote, também recorrentemente apontada como marco de grande reportagem no formato de livro e com características literárias acentuadas. Os títulos indicados são apenas amostras de um grande número de produções nacionais e internacionais na linha de grandes reportagens, também chamadas de jornalismo extensivo, ou *longform*, nas páginas de livros, jornais ou

revistas, embora o formato seja caro em termos de recursos financeiros e de tempo investido na investigação e produção textual.

Com a convergência midiática, o formato passou a existir também nas páginas web dos jornais com uma produção significativa em termos de conteúdo especial multimídia, ganhando cada vez mais espaço com a diversidade de recursos. Segundo a pesquisadora Cíntia Silva da Conceição (2020), no ambiente da internet estas reportagens de fôlego ganham outra nomenclatura: “O *jornalismo longform* vem ocupando um espaço importante na web, recebendo financiamentos milionários e conquistando leitores ao apostar em jornalismo aprofundado e de qualidade” (CONCEIÇÃO, 2020, p.55). Este tipo de reportagem conquistou no espaço digital online um formato longo que é usado em grandes redações do País, como as da revista *Piauí*, *UOL Tab*, *The Intercept Brasil*, *agência Pública* e a revista *AzMina*, por exemplo.

Os textos da categoria apresentam maior aprofundamento, dialogam com vários componentes do mesmo tema, não são perecíveis e fazem uso de recursos multimidiáticos. Como um elemento da grande reportagem, o termo ainda se refere ao maior tempo de produção, apuração, contextualização e aprofundamento da atividade jornalística (CONCEIÇÃO, 2020).

Na criação de grandes reportagens brasileiras chamam atenção os temas de pautas etnográficas, denúncias, retratos de grupos marginalizados e de investigação histórica. Nos cadernos especiais ou nas páginas da internet, os temas de relevância social ganham destaque por profissionais que rompem as barreiras do mero registro dos fatos. A socióloga Gaye Tuchman (1983, p.222) reflete que “os informadores são um grupo com mais poder que a maioria para construir a realidade social”, sendo assim, o respeito pela diversidade, a procura por vozes invisibilizadas ou esquecidas deve pautar o trabalho jornalístico, seja nas grandes reportagens ou no trabalho diário das redações.

2.1 LIVRO-REPORTAGEM: CONSTRUÍDO PELA MEMÓRIA E REVELADO PELO JORNALISMO LITERÁRIO

A construção do produto deste trabalho de conclusão de curso se utiliza, embora com parcimônia, das ferramentas do jornalismo literário para, além da objetividade jornalística comprometida com a realidade dos fatos, trazer liberdade e profundidade à narrativa e assumir a subjetividade presente em todo olhar jornalístico. Ao ter como base os estudos de Felipe Pena e Edvaldo Pereira Lima, a aproximação das duas áreas desaguam na produção de um livro-reportagem que carrega dados e fatos, mas também nuances e emoções de entrevistados. Em seu estudo “Jornalismo Literário”, Pena (2008) explica que a fusão do jornalismo com a literatura permite:

(...) potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lead, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. (PENA, 2008, p.13).

A partir do desenvolvimento da teoria da estrela, Pena destrincha as características do jornalismo literário em “sete pontas”, ou sete pontos definidores do gênero. São eles: potencializar os recursos do jornalismo; ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano; proporcionar visão ampla da realidade; exercitar a cidadania; romper com as correntes do lide; dar voz às fontes anônimas; buscar a perenidade, ou seja, a publicação não pode ser efêmera ou superficial (PENA, 2006).

O gênero que teve seu nome cunhado nos Estados Unidos, em meados da década de 1930, se tornou uma quebra do paradigma do jornalismo tradicional. Lima, em seu livro “Páginas Ampliadas”, entende que o jornalismo literário se torna diferente e destacado: “Não é a forma de jornalismo mais popular, nem a mais constante. Tampouco é o estilo dominante na imprensa. Como não é o maior, resta-lhe ser diferente” (LIMA, 2010, p. 09).

O encontro entre jornalismo e literatura aconteceu, segundo Ciro Marcondes Filho (2000), entre o Primeiro e o Segundo Jornalismo conforme a sua definição. Entre o século XVIII e XIX, os escritores de prestígio passaram a fazer parte da produção de conteúdo para os jornais e inseriram novos elementos de escrita, tendo

como destaque o folhetim¹¹, uma publicação ficcional. Após o aparecimento do folhetim, a linha entre jornalismo e literatura foi recriada em outros formatos como a crônica, o perfil, a crítica literária ou resenha, modalidades fortalecidas com o surgimento dos cadernos literários na grande imprensa.

A fronteira entre jornalismo e literatura ficou mais clara, entretanto, com o movimento chamado de *New Journalism*, uma das fases do jornalismo literário. Antes do século XX, a relação entre as duas áreas ficou conhecida como “fase literária do jornalismo”. Nos anos 1920, com o surgimento da revista *The New Yorker*, o gênero se concretizou com a publicação de perfis e textos literários, fugindo do jornalismo tradicional. O veículo lança, ainda, grandes autores do jornalismo literário: Joseph Mitchell, Truman Capote, Norman Mailer e Lilian Ross, sendo um dos marcos o lançamento da grande reportagem *Hiroshima (1946)*, de John Hersey, que ocupou uma edição inteira da *The New Yorker* antes de ser publicada no formato livro. Tom Wolfe foi um dos grandes idealizadores teóricos do movimento com o lançamento do livro *The New Journalism*, em 1973, onde descreveu e defendeu as características do movimento.

O *New Journalism* ou Novo Jornalismo deu às reportagens um ar mais literário, por privilegiar aspectos subjetivos e romper com o jornalismo diário objetivo e rápido, termos de estilo e conteúdo. Pena (2006) entende que o advento do movimento na década de 1960 foi gerado pela insatisfação de jornalistas mas também de escritores com o método de trabalho da grande imprensa. Eduardo Belo (2013) considera que o surgimento da corrente já estava em ebulição nos Estados Unidos desde 1830, com reportagens que tendiam para o romance (BELO, 2013).

Lima (2004) aponta que o movimento contracultural dos anos 1960, com questões comportamentais e sociais a partir de novos olhares, também influenciaram em técnicas narrativas mais sensíveis e revolucionárias:

[...] descobrem que não há como retratar a sociedade senão com cor, vivacidade, presença. Isto é, com mergulho e envolvimento total nos próprios acontecimentos e situações, os jornalistas tentando viver, na pele, as circunstâncias e o clima inerente ao ambiente de seus personagens. (LIMA, 2004, p. 123)

¹¹ Os folhetins eram narrativas seriadas, parecidas com as novelas, em prosa de ficção ou romance. Eles surgiram na França, no século XIX, e se popularizaram em nomes como Manoel Antônio de Almeida, Raul Pompéia, Aluísio de Azevedo, Euclides da Cunha e Visconde de Taunay.

As quatro características fundamentais do Novo Jornalismo, segundo Wolfe (1973) eram: reconstruir a história cena a cena, registrar diálogos completos, apresentar diversos pontos de vista e registrar hábitos e características das personagens (WOLFE, 1973). O autor ressalta ainda que a reportagem teria de ser desenvolvida com a participação mais profunda do jornalista no local e com as fontes. Monólogos e fluxos de consciência, vistos apenas na área literária, também foram incorporados às reportagens (LIMA, 2004).

O Novo Jornalismo e o Jornalismo Literário resultaram no ressurgimento e dinamização das grandes reportagens, um aprofundamento da reportagem em si, e no livro-reportagem, uma das maiores relações entre jornalismo e literatura, que pela extensão do conteúdo necessita uma plataforma específica (LIMA, 2004). O suporte do livro permite a reunião de um maior número de informações que os textos de reportagens de jornais e revistas e, por estar conectado a literatura, não se detém somente ao factual que deu origem ao enredo, mas também a outros temas paralelos que têm influência e são influenciados pelo acontecimento.

Lima ainda destaca a distinção do livro-reportagem das demais categorias de livro a partir de três condições: 1) o objeto sobre o que a obra trata corresponde ao real, ao factual; 2) o livro-reportagem é um produto jornalístico que obedece às particularidades de precisão, exatidão, clareza e concisão, mas permite flexibilidade de linguagem; e 3) as funções do livro-reportagem podem estar alinhadas ao jornalismo informativo, opinativo, da procura por causas e consequências, assim como, enquadrar-se ao gênero diversional ou investigativo. Em resumo, é aquele que tipo de jornalismo que apresenta informações detalhadas, além do imediato e do superficial, e se torna um objeto de interesse com maior profundidade:

Veículo de comunicação jornalística não periódica, o livro-reportagem é um produto cultural contemporâneo bastante peculiar. De um lado, amplia o trabalho da imprensa cotidiana, como concedendo uma espécie de sobrevida aos temas tratados pelos jornais, pelas revistas e emissoras de rádio e televisão. De outro, penetra em campos desprezados ou superficialmente tratados pelos veículos jornalísticos periódicos, recuperando para o leitor a gratificante aventura da viagem pelo conhecimento da contemporaneidade (LIMA, 1993, p.7).

Na produção de *O que é do povo não se vende*, o jornalismo foi a base de toda a construção da obra, pois a captura, percepção e a pesquisa de material

baseiam-se nas técnicas jornalísticas empregadas para a escrita de uma grande reportagem. Contudo, em alguns capítulos do livro, como aqueles em que há perfis de trabalhadores e no texto sobre colecionismo de selos, foram utilizados elementos do texto literário, a fim de transcrever diálogos, recriar cenas do passado e detalhar a personalidade e os aspectos subjetivos dos entrevistados.

A apresentação dos envolvidos nos acontecimentos de panorama nacional possibilitam, como uma tendência do *New Journalism*, a construção de uma imagem mental das pessoas e uma aproximação da realidade com os leitores. A literatura no livro-reportagem também é o caminho para traduzir um aspecto indispensável para a produção da grande reportagem proposta: a reconstrução da memória, que é usada como uma ferramenta de retorno à história de uma vida dedicada ao trabalho nos Correios e da própria constituição da empresa pública brasileira.

2.1.1 A memória no trabalho jornalístico

O trabalho jornalístico construído com a coleta de testemunhos e dados e a realização de entrevistas traz o elemento factual combinado à memória de um grupo de indivíduos que fornecem elementos essenciais para entendermos sua dinâmica e organização. A pesquisadora em memória social e bens culturais, Tanira Rodrigues Soares, define memória como:

Memória é vida, fragmentos, particularidades, trata-se de uma ação motivada no presente e que permite reconstruir peculiaridades de um passado, uma percepção sobre um tempo e um espaço pretéritos, é afetiva e sensível aos interesses individuais e/ou coletivos, é uma construção em permanente processo de reelaboração e/ou transformação, e associada ao esquecimento. Com base nisso, pode-se dizer que a memória se configura num elemento presente nas sociedades, uma vez que, por seu intermédio, são transmitidas informações, tradições, manifestações culturais, ritos, entre outros, de geração a geração (SOARES, 2019, p. 55).

Essa recordação do passado é colocada sob a perspectiva de um grupo de pessoas por Maurice Halbwachs ao apontar que a memória do coletivo manifesta-se nas memórias individuais por meio de símbolos compartilhados: “O funcionamento da memória individual não é possível sem estes instrumentos que são as palavras e as ideias, as quais não são inventadas pelos indivíduos, mas eles as empregam no

seu meio” (HALBWACHS, 2006, p. 36). Sendo assim, em contato com a memória de comunidades e armado da ética jornalística, de compromisso com os fatos, o livro-reportagem tem potencial para reunir e codificar esses símbolos, formando em sua produção a narrativa de uma memória coletiva e caracterizando um grupo social (OLIVEIRA, A. S; BERND, Z., 2021, p.11).

De acordo com Halbwachs, a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, pois são constituídas no interior de um grupo e são lembradas pelos outros, mesmo que apenas nós as tenhamos vivido: “Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias” (2006, p.25). Ou seja, a memória é um dos elementos para a construção da identidade. As narrativas da memória, por meio do livro-reportagem, oferecem a capacidade de, a partir do tempo presente, reconstruir e compreender o passado. Com ela, o jornalismo colhe depoimentos de pessoas ligadas diretamente ao fato em questão, que vivem os acontecimentos narrados na obra, e que relatam, em suas perspectivas, a experiência naquele círculo social.

Como evidencia Halbwachs (2006), a memória do indivíduo necessita das palavras de outros, de registros, histórias lidas ou contadas, de produções literárias ou artísticas, ou seja, a memória depende da linguagem e dos significados construídos socialmente; o sujeito deve fazer parte, de alguma maneira, do meio em que as lembranças acontecem. Desta forma,

(...) não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram ou continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 2006, p.34).

Para que o jornalista faça a reconstrução desse passado é preciso, no entanto, ir além de fontes oficiais, e entrar em contato com pessoas que não são comumente retratadas no jornalismo cotidiano e que são invisibilizadas nas narrativas – memórias apagadas e esquecidas –, também como uma característica do livro-reportagem (OLIVEIRA, A. S; BERND, Z., 2021). É preciso pontuar, no entanto, que a narrativa é um documento representativo do seu tempo, sem a

pretensão de fazer História. Ela atua como um elemento jornalístico que pode servir como fonte de pesquisa histórica ao se pautar em situações e personagens reais e contextualizados. Halbwachs destaca que a escrita foi encarada pelo homem como a maneira de se conservar lembranças, porque "as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem" (2006, p. 80).

A memória, neste caso, não é apenas uma lembrança fiel ou uma gravação fidedigna de tudo que vivemos, mas uma seleção de experiências com influência do presente. Neste contexto, o livro-reportagem entra em cena a fim de demarcar a dinâmica e a mudança nas memórias e, principalmente, notar aquilo que foi mais marcante na história daquele que conta. Os fatos, dados e as informações históricas, geográficas e políticas têm destaque, justamente, para que o processo de reconstrução da memória seja contextualizado e possamos construir elementos para entender a situação e os acontecimentos mais recentes.

3. METODOLOGIA E PLANEJAMENTO DE UM PRODUTO JORNALÍSTICO

3.1 O JORNALISMO COMO MÉTODO

Em um mundo veloz, com o crescimento das cidades, das populações, das migrações, do mercado e do mundo virtual, as referências tornam-se mais tênues e a apreensão do mundo que nos cerca é mais complexa (MELLUCI, 2001). Nessa sociedade, o jornalismo ocupa um espaço de organizar e permitir percepções, se tornando uma das atividades que, ao interpretar a realidade social, torna o mundo mais compreensível para as pessoas, construindo sentido, e, consequentemente, uma referência para entender o que é complexo e, sobretudo, com a preocupação de evidenciar aquilo que não é discutido (GANDOUR, 2020).

Por não ser uma ciência em si, o jornalismo se apropria de outras disciplinas para construir informação e, nesta atividade multidisciplinar, se apoia em três pilares: a atitude, o método e a narrativa (GANDOUR, 2020). Com a definição destes fundamentos, o jornalista e pesquisador Ricardo Gandour (2020) diferencia o jornalismo da simples difusão de informação ou boato. Neste memorial teórico, a discussão de Gandour nos orienta para a construção de um produto jornalístico que tenha o rigor jornalístico como princípio norteador.

Quando fala sobre *atitude*, o autor se concentra na liberdade e na insatisfação dos jornalistas, um movimento constante para que os profissionais encontrem o que é possível sobre um determina tema, fato ou situação, no sentido de "(...) saber mais e melhor sobre o que é originalmente exposto." (GANDOUR, p. 46, 2020). A atitude é aquilo que faz o profissional da área questionar sobre o que não é dito e o que os poderosos não querem que seja publicado e/ou discutido.

Para se manter relevante, entretanto, o jornalismo não pode abrir mão daquilo que tem de mais caro: o *método* de trabalho. Portanto, só a insatisfação não é suficiente: "É o método estruturado que dá corpo e trilho para que a atitude jornalística se transforme e resulte em algo de interesse público, e sobretudo palatável ao público." (GANDOUR, p.46). O método é aquilo que requer a prática da percepção da notícia, da apuração, do cruzamento de dados, da seleção de entrevistas e fontes, tornando-as compreensíveis. São técnicas que garantem a

clara diferenciação entre a informação tratada como notícia ou reportagem por um profissional e a mera disseminação de informações sem rigor ou desinformações.

O trabalho do método irá desaguar, mais à frente, na *narrativa*. Ela é a concretude da atitude, com a estrutura do método, que tornará a informação relevante e útil aos cidadãos. No prefácio do livro, *Jornalismo em retração, poder em expansão: a segunda morte da opinião pública*, de Gandour (2020), Eugênio Bucci acentua a atividade jornalística:

Com efeito, o modo de proceder, o modo de se comportar em sociedade, o modo de processar as informações, o respeito aos fatos (ou à verdade factual), com ênfase na checagem dos fatos, além da atitude e do modo de se expressar, isso tudo distingue o profissional de jornalismo em relação aos praticantes de outras atividades. Para se manter relevante, entretanto, o jornalismo não pode abrir mão daquilo que tem de mais caro: o método. (BUCCI, Eugênio. In: GANDOUR, 2020).

A racionalidade teórica produzida por Gandour apoia a investigação jornalística e o produto deste trabalho. A *atitude*, definida pelo pesquisador, se refere ao interesse em encontrar as principais questões em torno da privatização da Empresa Brasileira de Correios, identificar a importância e a relevância da estatal para o Brasil, assim como, trazer à tona as dificuldades e a vivência da classe trabalhadora dos Correios.

O *método* serve como base e oferece tratamento rigoroso na seleção de dados a partir de fontes institucionais; pesquisas acadêmicas produzidas nas áreas de economia, história, ciências sociais, geografia, direito, comunicação etc; realização de entrevistas e acompanhamento da rotina com/de trabalhadores envolvidos desde a postagem até a entrega de correspondências e encomendas; com cientistas dedicados aos temas dos Correios, da privatização e do trabalho; e com personagens ligados à memória da ECT no país.

A *narrativa* se constitui como cerne do produto, a partir da grande reportagem e do suporte do livro-reportagem. Ela serve para apresentarmos e colocarmos no centro da discussão a voz dos trabalhadores da empresa e apresentar para o leitor, de forma organizada, um entendimento sobre o papel da estatal no Brasil.

3.2 A METODOLOGIA DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA E DO LIVRO

A construção deste trabalho de conclusão de curso em Jornalismo e a elaboração do livro-reportagem, como produto da pesquisa, foi feito a partir de uma reunião de saberes acumulados na graduação e as leituras e pesquisas feitas na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I. O percurso metodológico se concentrou na procura por referenciais, na revisão bibliográfica, em documentos para preparar entrevistas, na procura pelas fontes e criação de vínculos, até se chegar nas entrevistas em si e nas imersões no material recolhido, o que permitiu a redação do conteúdo do livro.

A primeira etapa se deu pela busca e identificação de teses e dissertações relacionadas aos Correios, ao serviço postal e à privatização de estatais no Brasil. Foram utilizadas como base para a produção deste documento teórico-metodológico três referências principais: a tese de mestrado *Correios, logística e uso do território: o serviço de encomenda expressa no Brasil*, de Igor Venceslau (2017); o livro fruto do trabalho de doutorado *Os Correios em transformação: reestruturação, organização do trabalho e políticas de gestão do trabalho*, de Tadeu Gomes Teixeira (2013); e o Relatório da Administração, de 2021 e 2020, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Houve ainda a necessidade de pesquisa em materiais sobre a história do serviço postal, como de Irari Rosário (1993), em *Três séculos e meio da história postal brasileira*; de João Barros Neto (2004), com *Administração pública no Brasil: uma breve história dos correios*; e o trabalho de Cassiano Bovo (1997), *Os Correios no Brasil e a organização racional do trabalho*. Ainda foram consultados documentos disponibilizados pela União Postal Universal (UPU) em seu site institucional.

Aspectos sobre trabalho, terceirização e privatização foram baseados nos estudos das doutoras Maria da Graça Druck e Isabela Fadul de Oliveira (2021), em *O debate conceitual sobre terceirização: uma abordagem interdisciplinar*; de Valter Saurin e Breno Pereira (1998), *O Programa Nacional de Desestatização: aspectos relevantes da política de privatização*; e na análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (Dieese) (2021), *O PL 591/2021 e a privatização dos Correios: péssimo negócio para o povo brasileiro*.

Em relação às características do gênero jornalístico grande reportagem foram consultados e usados como base o artigo da doutora em comunicação, Marli dos Santos (2009), *Histórias de vida na grande reportagem: um encontro entre*

jornalismo e história oral; no trabalho da pesquisadora Cremilda Medina (2003, em *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*; no livro *Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*, de Edvaldo Pereira Lima (2004); e na tese de mestrado da jornalista Cíntia Silva da Conceição (2020), *Gênero híbrido em metamorfose: análise das características jornalístico-literárias nas edições da plataforma digital UOL Tab (2014 – 2018)*.

Os cruzamentos com a literatura e a memória foram desenvolvidos a partir do trabalho de Felipe Pena, em *Jornalismo literário* (2006); e no livro citado anteriormente de Edvaldo Pereira Lima (2004) sobre *New Journalism*. As reflexões sobre a contribuição da memória para o trabalho jornalístico foram trazidas com base na pesquisa da doutora em memória social, Tanira Rodrigues Soares (2019); no artigo produzido pelas mestras Adriana Seibert de Oliveira e Zilá Bernd (2021); e na tese sobre memória coletiva de Maurice Halbwachs (2006).

3.2.1 A produção do livro-reportagem

A primeira etapa para a produção do livro-reportagem *O que é do povo não se vende* foi conduzida a partir das bases de pesquisa e apuração usadas nesse documento teórico-metodológico e em notícias produzidas pela imprensa sobre os fatos relacionados ao tema. As leituras foram utilizadas para a pesquisa de fontes e personagens e para a elaboração de pré-entrevistas, com roteiros de perguntas direcionadas.

Neste primeiro momento foram levantados os nomes de pesquisadores e especialistas em áreas como história, administração e serviço postal e representações sindicais de trabalhadores dos Correios. Também foram feitos contatos com colecionadores, por meio da Sociedade Filatélica de Curitiba. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos também foi contatada em Brasília, São Paulo e Paraná, a fim de consultar a oportunidade de entrevista com representantes ou gestores e para uma visita na sede.

A segunda etapa foi dedicada às entrevistas, feitas entre outubro e dezembro de 2022. Nesta parte, além de reunir informações, opiniões e depoimentos, foram estabelecidos contatos com trabalhadores e cidadãos, por meio de recomendações entre os próprios funcionários e das representações sindicais. Foram feitas 20

entrevistas, que variaram entre uma e duas horas e, no final, atingiram cerca de 22 horas de material. Na Tabela 1 é possível consultar a lista de fontes:

TABELA 1- Lista de fontes

Igor Venceslau	Doutorando e mestre em geografia humana pela Universidade de São Paulo (USP). Autor da tese de mestrado sobre os Correios no Brasil.
Tadeu Gomes Teixeira	Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2013) e autor do livro sobre trabalho e gestão na ECT.
Beth Ortiz	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicações Postais, Telegráficas e Similares do Paraná (Sintcom-PR) e atendente dos Correios.
José Rivaldo	Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Correios, Telégrafos e Similares (Fentect) e carteiro.
Alexsander Menezes	Técnico dos Correios, Administrador e especialista em Gestão de Pessoas. Secretário do Sintcom-PR e colunista.
Fábio Chaves	Carteiro na cidade de Manaus (AM)
Luciano ¹²	Trabalhador de empresa terceirizada dos Correios
Danielly Passaglia Leal	Atendente dos Correios em Candió (PR)
Ana ¹³	Ex-carteira e atendente dos Correios em Curitiba (PR)
Marcos Rogério Inocencio	Carteiro em Curitiba (PR)
Antônio Cruz	Carteiro e atendente aposentado em Ourinhos (SP)
Mayra Guapindaia	Doutora em História e pesquisadora na

¹² Foi criado um nome fictício no livro para proteger a identidade do trabalhador.

¹³ Foi protegido o nome original da funcionária.

	ECT
Luiz da Silva	Funcionário da educação na cidade de Jordão (AC)
Luiz ¹⁴	Trabalhador terceirizado de Pinhais (PR) que faleceu em 2021
Ricardo Dal Paschoal	Presidente da Sociedade Filatélica de Curitiba e colecionador
Leandro Barros	Membro da Sociedade Filatélica de Curitiba e colecionador
Leonardo Barros	Membro da Sociedade Filatélica de Curitiba e colecionador mirim
João Alberto Correia da Silva	Membro da Sociedade Filatélica de Curitiba e colecionador
Hermes Peyerl	Membro da Sociedade Filatélica de Curitiba e colecionador
Sociedade Filatélica de Curitiba	Entrevistas em grupo com outros colecionadores de selos da sociedade

Fonte: organizada pela autora.

Por estarem em regiões e cidades mais distantes de Curitiba, onde vive a autora do trabalho, as entrevistas de pessoas que não viviam no Paraná e em São Paulo foram feitas por meio do *Google Meet* e gravadas com autorização das fontes. O Sindicato do Paraná foi visitado três vezes para entrevistas e coleta de informações e a Sociedade Filatélica de Curitiba quatro vezes, para aproximação com entrevistados e conversas no local. A entrevista com a historiadora da ECT foi feita após um pedido de autorização que concedeu apenas a conversa com a pesquisadora, por meio da Universidade dos Correios. A assessoria nacional e paranaense da estatal informou que não há liberação de entrevista com gestores e superintendentes e, após quatro remarcações de visitas na sede dos Correios de Curitiba, não houve permissão.

A terceira parte do trabalho foi dedicada à decupagem, organização de capítulos e redação do material. A divisão do livro-reportagem foi feita em sete partes. A produção inicia-se com um prefácio. O capítulo um, chamado de *O seu*

¹⁴ Não foi revelado o sobrenome do terceirizado a pedido da família.

sobrenome agora é Correios, é a parte dedicada ao perfil do aposentado dos Correios, Antônio Cruz, trabalhador da mesma cidade em que viveu a autora do livro. O capítulo dois, *Há 360 anos, o primeiro carteiro do Brasil*, é construído a partir dos marcos históricos e as mudanças do serviço postal brasileiro. No capítulo três, de título *Ninguém mais vem aqui*, apresenta-se relato e discussão sobre os serviços sociais e políticas públicas prestadas pelos Correios no território nacional. O quatro, *Se é público, é para todos*, evidencia o projeto de privatização da ECT. O quinto capítulo, *A vida vale mais que o lucro*, é dedicado aos depoimentos de funcionários e terceirizados sobre as condições de trabalho na estatal. O último capítulo, *Uma janela para o mundo*, é construído pelas histórias de colecionadores de selos. Por fim, o livro traz uma mensagem aos leitores feita pelo técnico e colunista do jornal *Brasil de Fato*, Alexsander Menezes.

O projeto gráfico-editorial iniciou-se com conversas com o diagramador Leonardo Cruz. Junto com a autora do trabalho foram definidas a identidade visual, inspirada nos cartazes de greves e fotos de manifestações cedidas pelo fotógrafo profissional e funcionário dos Correios de Minas Gerais, Luiz Rocha. As fotografias foram usadas na capa e aberturas de capítulos com a intenção de dar foco à luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Também foram usadas imagens de arquivo pessoal e outras feitas pela autora, com a intenção de dar rosto aos personagens do trabalho.

O livro-reportagem foi produzido em formato de e-book tradicional e impresso em pequena tiragem, a ser distribuído para os envolvidos e entrevistados. O formato do livro é de uma folha A5 (14,8 x 21 cm), a fim de ter um fácil manuseio e comportar o texto e as fotografias. O design foi elaborado por Leonardo Cruz com inspirações nas cores características dos Correios, com predominância para o azul e detalhes em amarelo.

3.2.2 Materiais que inspiram

Dentre as grandes reportagens idealizadas dentro do suporte do livro, é possível citar duas obras marcantes que inspiraram a produção deste trabalho. Foram eles *O Livro Amarelo do Terminal*, de Vanessa Barbara (2008) e *Olho da Rua*, de Eliane Brum (2008).

Na reportagem escrita por Vanessa Barbara, que ainda era estudante de jornalismo na época, a autora passou seis meses percorrendo passarelas, corredores e portões da rodoviária do Tietê para construir *O Livro Amarelo do Terminal*. Levantou ainda artigos sobre o período de construção do local, as mudanças e reformas antes mesmo da inauguração. Em seu projeto de conclusão de curso, além de trazer dados, estatísticas e um extenso trabalho de apuração, que atraem a atenção nas notícias, a jornalista encontra também personagens em meio ao tumulto da cidade de São Paulo. O livro-reportagem é escrito com um texto leve e bem-humorado, preenchendo as informações com histórias e conduzida pelo jornalismo literário. O diálogo com os entrevistados, os conflitos de interesses no terminal, a história e o papel dele na metrópole são pontos que inspiraram a produção do livro-reportagem aqui proposto.

Eliane Brum é uma grande jornalista e suas obras influenciam, orientam e encantam estudantes ainda na graduação. Em *O Olho da Rua* são resgatadas as histórias daqueles que passam despercebidos, ao passo que são revelados discussões de grande importância para o país. Produzidas para a revista *Época*, entre 2000 e 2008, a coletânea de reportagens é conduzida a partir do olhar de Brum, como “escutadeira” e observadora de jornadas, dificuldades, dilemas, emoções, desigualdades e subjetividades. Há ainda elementos que enriquecem ainda mais a experiência do leitor, como os bastidores e as fotografias. O livro-reportagem da premiada jornalista influencia a escuta atenta e o poder de observação do repórter e, sobretudo, ensina como costurar a notícia com a vida das pessoas.

3.2.3 Relato da experiência ¹⁵

A criação de um livro-reportagem sobre os Correios me deixava ansiosa: ao passo que sabia a importância de revelar as histórias de trabalhadores que, muitas vezes, permanecem invisíveis no cotidiano, o volume de informações e as diferentes áreas que eram necessárias para dialogar sobre o assunto causava um certo receio. Não tinha certeza se iria conseguir atingir todos os pontos que o tema demandava. Sobretudo, a ansiedade era causada pela sensação de que havia um esquecimento

¹⁵ A narrativa aqui privilegia a primeira pessoa do singular, como forma de expressar de maneira mais intimista a trajetória dessa experiência jornalística e acadêmica.

ou um desconhecimento de que, além da entrega rápida de uma encomenda, havia por trás desse trabalho cerca de 100 mil funcionários que conviviam com a revolta, as dores e o esforço de dar conta de um serviço essencial. Ela existia ainda pela dificuldade em explicar as origens, interesses, motivos e a importância de uma empresa com 360 anos de história.

A ansiedade ainda me capturava pela impressão de que o tema do livro poderia ser “sério demais”, em um sentido institucional e político do termo, para chamar a atenção de leitores. Mesmo com todas as inseguranças, as histórias que ouvia de Antônio, um dos personagens do livro, continuavam me motivando. Sabia que, assim como no caso dele, poderia encontrar ainda mais relatos que permaneciam fora dos jornais. O noticiário, durante a produção do trabalho, se concentrava em dar atualizações sobre a privatização e, na maioria das vezes, discutia se a empresa pública dava lucro ou perdia dinheiro. Enquanto as greves e manifestações eram tratadas para saber quando iam acabar, a fim de que as entregas chegassem até as pessoas – os motivos dos protestos, por sua vez, não estavam entre as informações.

Pouco a pouco as entrevistas permitiram mais alívio pessoal. A cada passo, a percepção era de que as fontes, fossem elas especialistas, sindicalistas ou funcionários, queriam – e precisavam – falar. Só esperavam por uma oportunidade. Em todos os casos, tive a sorte de encontrar pesquisadores que viram o potencial de um trabalho jornalístico sobre o assunto e se disponibilizaram para contribuir, seja com entrevistas ou no envio de materiais de estudo. Entre os trabalhadores e os sindicatos, a união deles costurou uma narrativa à outra e, assim, consegui encontrá-los como fontes que se completavam. Todos me receberam com sua história na ponta da língua, como se a memória de dez, vinte ou trinta anos de trabalho estivesse muito viva. Ainda tinha receio da distância de algumas conversas, já que não conseguia chegar ao Acre ou ao Amazonas, por exemplo, regiões essenciais para a produção do livro. O interior do País e os locais de menor interesse do mercado e da imprensa, precisavam fazer parte do livro-reportagem pois, era lá que a importância dos Correios chamava ainda mais atenção.

Por sua vez, não tive sorte com tudo. A gestão mais fechada do Governo Federal (2018-2022) e os temas espinhosos sobre condições de trabalho e pandemia, fecharam as portas para uma visão que era de suma importância para o livro, a da própria empresa. As tentativas para discutir o assunto, pedir um

posicionamento ou conhecer o espaço físico da empresa pública – à moda de O Livro Amarelo do Terminal (BÁRBARA, 2008 – não foram aceitas. E, apesar da falta dessa perspectiva, o trabalho prosseguiu graças aqueles que também faziam parte da empresa e pelos documentos públicos dos Correios.

O contato com uma memória do serviço postal, o selo, foi um ponto de encantamento que quis trazer para o livro, para ir além de uma discussão mais “dura”, e dando outra perspectiva, fora da curva, sobre o tema. A Sociedade Filatélica de Curitiba me recebeu de braços abertos e em todas as visitas, os colecionadores estavam dispostos a passar horas contando sobre algo que amavam e a que dedicaram a vida.

O outro desafio no processo foi a decupagem das entrevistas e a organização das informações em uma linha que fizesse sentido e conduzisse a narrativa. Foram semanas, dias e madrugadas pensando se, de fato, a escrita conseguiria entregar de forma clara e precisa, e com interesse, o conjunto de informações e histórias. As fotografias surgiram pela gentileza de um funcionário dos Correios e complementam de forma ainda melhor o objetivo de dar foco aos trabalhadores da empresa.

Por fim, apesar do trabalho ser individual e solitário em muitos momentos, a colaboração coletiva de fontes e pessoas que se envolveram com a proposta foi essencial para que fosse entregue ainda melhor do que havia imaginado. A oportunidade de construir um trabalho jornalístico do começo ao fim, com uma complexidade que ainda não havia experimentado, me fez sentir motivada e preparada para contar outras histórias no jornalismo, como havia sonhado quando entrei na universidade em 2018. Desta vez, me sinto mais completa para encerrar um ciclo e começar um caminho na profissão que escolhi para a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de apuração, pesquisa e entrevistas revelou que os Correios representam uma atividade essencial para o atendimento de diversos serviços à população brasileira – o que se refere não apenas no ramo de encomendas, mas também na implantação e logística de políticas públicas, a fim de diminuir a desigualdade entre as regiões do País. Esse aspecto, trazido no livro-reportagem e no documento teórico-metodológico, foi fundamental para apontarmos uma discussão sobre a preservação da empresa pública, de forma a ultrapassar o viés de mercado e agregar uma nova visão dos cidadãos mais afetados e dos trabalhadores, que devem ser levados em consideração quando se discute cenários futuros do Brasil.

A partir destes pontos, a grande reportagem surge como um elemento, que pela possibilidade de combinar informações, dados, relatos e memória, entrega um conteúdo com mais profundidade e com perspectivas mais amplas ou desconsideradas em relação à abordagem habitual sobre a temática. Por meio do factual, a narrativa jornalística constrói um entendimento sobre o que aconteceu no passado, assinala os problemas e urgências do presente e o que deve ser levado para o futuro. A reportagem ainda entra em cena para alertar sobre a precariedade do trabalho e a urgência de ouvir as demandas e necessidades dos funcionários que enfrentam uma rotina exaustiva e desgastante.

As histórias e os relatos de memória de trabalhadores e filatelistas no trabalho jornalístico, com base nos referenciais sobre o assunto, contribuíram para a identificação de grupos sociais que compartilham experiências semelhantes entre si. Os aspectos da memória foram importantes para ampliar a subjetividade dos personagens e, nesse caso, para conhecer outras áreas da vida que estão entrelaçadas com o foco da reportagem, o trabalho nos Correios.

A produção, por sua vez, não encontra aqui o seu fim. A partir do documento teórico-metodológico, o livro-reportagem aponta narrativas que devem ser levadas em consideração quando falamos sobre a venda ou o fortalecimento de uma empresa estatal. Ele reúne informações e organiza registros importantes para o futuro desta discussão e para que as pessoas conheçam a relevância dos serviços postais para a cidadania. A proposta é que o livro *O que não é do povo não se*

venda amplie o conhecimento e dê visibilidade para trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. DE. Negociando a Reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil. **Dados**, v. 42, n. 3, p. 421–451, 1999.

BARBARA, Vanessa. **O Livro Amarelo do Terminal**. São Paulo: Cosac Naify, 2008

BARROS NETO, João. **Administração pública no Brasil**: uma breve história dos correios. São Paulo: Annablume, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Câmara Legislativa. **Projeto do governo autoriza entrada da iniciativa privada na exploração de serviços postais**. Brasília, 28 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/730622-projeto-do-governo-autoriza-entrada-da-iniciativa-privada-na-exploracao-de-servicos-postais/>. Acesso em 12 de abril de 2022.

_____. Decreto-lei nº 10.674, de 13 de abril de 2021. Dispõe sobre a inclusão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Programa Nacional de Desestatização. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10674.htm. Acesso em: 20 de abril de 2022.

_____. Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978. **Dispõe sobre os serviços postais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6538.htm. Acesso em: 18 de fev. de 2022.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOVO, Cassiano. **Os Correios no Brasil e a organização racional do trabalho**. São Paulo: Annablume, 1997.

CONCEIÇÃO, Cíntia Silva. **Gênero híbrido em metamorfose**: análise das características jornalístico-literárias nas edições da plataforma digital UOL tab (2014–2018). Dissertação (Mestrado em Comunicação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020. In: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/68529/R%20-%20D%20-%20CI%20NTIA%20SILVA%20DA%20CONCEICAO.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 de dez de 2022.

CARNEIRO, Maria Neuenschwander Escosteguy. **Uma nova visão do setor postal brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juri, 2006.

CORREIOS. **História dos Correios no Brasil**. Disponível em: <https://www.correiosbrasil.org/historia-dos-correios>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

_____. **Pesquisas de Imagem Institucional e Satisfação com os Correios**. 2021. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/pesquisa-de-imagem-institucional-e-satisfacao-com-os-clientes>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

_____. **Relatório da Administração - Exercício 2021**. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/relatorios/relatorio-de-administracao/relatorios-de-administracao>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

_____. **Relatório Integrado Correios 2020**. 25 de junho de 2021. Disponível em: <https://www2.correios.com.br/arquivos/PrestacaoDeContasAnuais/2020/relatorio-integrado-correios-2020.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

CRUZ, Daniella. **Estratégia de produção no setor de serviços**: um estudo de caso na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital informação**: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). O PL 591/2021 e a privatização dos Correios: péssimo negócio para o povo brasileiro. **Nota Técnica** nº 260. São Paulo: 3 de agosto de 2021. In: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec260correios.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2022.

BRUM, Eliane. **O Olho da Rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008.

ÉPOCA NEGÓCIOS. Amazon ultrapassa FedEx e é o terceiro maior serviço de entrega dos EUA. **Época**, 25 de out. de 2021. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2021/10/amazon-ultrapassa-fedex-e-e-o-terceiro-maior-servico-de-entregas-nos-eua.html>. Acesso em: 17 de abril de 2022.

GANDOUR, Ricardo. **Jornalismo em retração, poder em expansão**. São Paulo: Summus Editorial, 2020.

_____. **Jornalismo literário para iniciantes**. São Paulo: Clube de Autores, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri: Manole, 2004.

MARIN, Jorge. Privatização: Magalu, Amazon, FedEx e DHL têm interesse nos Correios. **Tecmundo**, 17 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/mercado/183706-privatizacao-magalu-amazon-fedex-dhl-tem-interesse-correios.htm>. Acesso em: 18 de abril de 2022.

MARTINS, Mariângela Kretzer. **Responsabilidade social na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Diretoria Regional de Santa Catarina: um estudo do clima organizacional e do balanço social na percepção dos stakeholders internos**. 2007. 215 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu-SC, 2007.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. Summus Editorial, 2003.

OLIVEIRA, A. S; BERND, Z. **Livro-reportagem: um produto cultural a serviço da memória: uma análise da obra Uma Questão de Justiça da jornalista canadense Isabel Vincent**. Interfaces Brasil/Canadá, São Paulo, v. 21, 2021.

OLIVEIRA, I. F. de; DRUCK, G. (2021). O debate conceitual sobre a terceirização: uma abordagem interdisciplinar. **Caderno CRH**, 34, e021029. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45309>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

OLIVEIRA, Priscila Natividade Dias Santos. Jornalismo Literário: como o livro-reportagem transforma um fato em história. **Anais... XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade de Brasília, Brasília: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2006.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PAIXÃO, Fernanda. Privatização dos Correios na Argentina deixa exemplo a não ser seguido para o Brasil. **Brasil de Fato**, 16 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/16/privatizacao-dos-correios-na-argentina-d-eixa-exemplo-a-nao-ser-seguido-para-o-brasil>. Acesso em: 18 de abril de 2022.

PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (Ed.). **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2000. 370 p.

ROCHA, Paula; XAVIER, Cintia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **Rumores**, São Paulo, v. 7, n. 14, julho-dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69434/72014>

ROSÁRIO, Irari. **Três séculos e meio da história postal brasileira**. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1993.

SANTOS, M. dos. Histórias de vida na grande reportagem: um encontro entre jornalismo e história oral. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 12, n. 2, p. 21–32, 2010. DOI: 10.5216/c&i.v12i2.12266. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/12266>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. 7 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012b.

SAURIN, V.; PEREIRA, B. A. D. O Programa Nacional de Desestatização: aspectos relevantes da política de privatização. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 0, p. 43–59, 1 jan. 1998.

SILVA, Moacir. **Geografia dos transportes no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

SILVEIRA, Márcio Rogério (org) **Circulação, transporte e logística**: diferentes perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011, 331-354.

SOARES, Tanira Rodrigues. **Tessituras da memória**: lembrar, narrar e ressignificar. 2019. 203 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Bens Culturais) - Universidade La Salle, Canoas, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11690/1253>. Acesso em: 12 dez. 2022.

TEIXEIRA, T. **Comércio Eletrônico**: conforme o marco civil da internet e a regulamentação do e-commerce no Brasil. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

TEIXEIRA, Tadeu Gomes. **Os Correios em transformação**: reestruturação, organização do trabalho e políticas de gestão do trabalho (1994-2011). 2013. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

VENCESLAU, Igor. **Correios, logística e uso do território**: o serviço de encomenda expressa no Brasil. 2017. 250 f. Dissertação (Pós-graduação em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03032017-160848/publico/2017_Ig_orVenceslau_VCorr.pdf. Acesso em: 11 de fev. de 2022.

VENCESLAU, Igor. Logística postal e uso do território no sul da Bahia. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n.3, p.500-521, 2012.

VERENICZ, Marina. Falência de empresa postal argentina acende alerta sobre a privatização dos Correios. **Carta Capital**, 7 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/falencia-de-empresa-postal-argentina-acende-alerta-sobre-a-privatizacao-dos-correios/>. Acesso em: 18 de abril de 2022.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para o ensino médio**: história geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2001.

VIZEU, Alfredo Eurico; SANTANA, Adriana. O lugar de referência e o rigor do método no jornalismo: algumas considerações. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 22, p. 38- 48, janeiro/junho 2010. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/9997/8690>. Acesso em: 21 de abril de 2022.

UPU. Doha postal strategy 2013-2016: the global roadmap for postal services. Berna: **Universal Postal Union**, 2012. Disponível em: <http://www.upu.int/en/the-upu/strategy/doha-postal-strategy.html>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

_____. Status and structures of postal entities in UPU member countries. Berna: **Universal Postal Union**, 2016. Disponível para acesso online em <http://www.upu.int/en/the-upu/status-of-postal-entities/about-status-of-postal-entities.html>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

_____. Integrated Index for Postal Development (2IPD), 2021. Disponível em: <http://www.upu.int/en/the-upu/status-of-postal-entities/about-status-of-postal-entities.html>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

KLIASS, P. O Debate sobre a atuação empresarial estatal no país: principais argumentos. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (Ipea). 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8626>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

WAHRLICH, B. M. D. S. Controle político das empresas estatais federais no Brasil - uma contribuição ao seu estudo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 5 a 37, mar. 1980. ISSN 1982-3134. Disponível em: . Acesso em: 21 abril. 2022.

GIOVANA FRIOLI

O QUE É DO POVO NÃO SE VENDE





O QUE É DO POVO NÃO SE VENDE

GIOVANA FRIOLI

Autor

Giovana Frioli

Orientação e revisão

Myrian Del Vecchio-Lima

Projeto gráfico

Leonardo Cruz

Fotografia

Luiz Rocha e Giovana Frioli

Livro-reportagem apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Jornalismo do Setor de Artes, Comunicação e Design (Sacod) da Universidade Federal do Paraná.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 12

**1. AGORA SEU SOBRENOME
É CORREIOS 16**

**2. OS 360 ANOS DE CORREIOS
NO BRASIL 28**

3. NINGUÉM MAIS VEM AQUI 42

4. SE É PÚBLICO É DE TODOS 56

5. A VIDA VALE MAIS QUE O LUCRO 72

6. UMA JANELA PARA O MUNDO 90

CARTA AO LEITOR 104

Agradecimentos

A produção deste livro só foi possível pelo apoio dos meus pais durante a graduação, dos amigos que sempre me incentivaram e foram minha companhia, de professores que acreditaram no meu crescimento e dos trabalhadores e trabalhadoras que, com muita gentileza, me deram a oportunidade de contar suas histórias.

Primavera

*eu que sou de onde a miséria seca as estações
vi a primavera florescer entre os canhões
e não recuar*

*eu que sou de guerra
dei o sangue na missão de regar a terra
se eu tombar vão ser milhões pra multiplicar*

*a única luta que se perde é a que se abandona e nós nunca
nunca abandonamos luta
nunca nunca*

Don L

PREFÁCIO

Por Giovana Frioli

O que é do povo não se vende é inspirado no próprio grito dos trabalhadores dos Correios e coloca em evidência o pedido por reconhecimento e em defesa de direitos do povo. O livro-reportagem foi motivado por um acontecimento factual: o projeto de lei de privatização do governo Bolsonaro para vender a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Porém, a reportagem sobre o tema, que era uma pauta da imprensa, só surgiu em meu trabalho de conclusão de curso quando um elemento foi acionado – a memória de um carteiro.

Em outras oportunidades, ele havia me contado histórias engraçadas sobre as entregas e sobre seus colegas, mas também relatos sobre as dores físicas e psicológicas da profissão. A partir daí, a discussão que eu acompanhava nas redes sociais e nos jornais me levou a perguntar se os problemas de Antônio não se estenderiam às centenas de trabalhadores da estatal e como eles ficariam em caso de venda da empresa. A dúvida motivou a apuração que encontrou uma narrativa política e econômica para a privatização dos Correios e o posicionamento de sindicatos que denunciavam a perda de direitos, a dificuldade de diálogo com o governo federal e o excesso de trabalho.

O contato com os trabalhadores evidenciou a rotina de uma atividade que chega todos os dias a casa de alguém, mas executada por pessoas despercebidas no cotidiano. Por isso, a vida dos funcionários ganhou destaque logo no início do livro com um perfil de José Antônio da Cruz, carteiro da mesma cidade em que vivi. Com os caminhos abertos por ele, me deparei com uma avalanche de informações que tornavam o assunto ainda maior, os 360 anos dos Correios. Até então, eu que conhecia a empresa pelo Sedex e pela entrega de objetos senti a necessidade de explicar o desenvolvimento de uma instituição com três séculos de história no País.

A visita aos marcos históricos me permitiu enxergar que, além da existência em todo o território nacional, os serviços dos Correios são

responsáveis por garantir um direito constitucional ao serviço postal e à implantação de políticas públicas, principalmente em pequenas cidades do Brasil. O encontro com o município de Jordão, no Acre, a quase 3 mil quilômetros de onde vivo, representou diversos outros cantos e recantos onde o povo também depende da empresa pública para o exercício da cidadania e, incluiu no debate sobre a venda da estatal, uma perspectiva que não pode ser desconsiderada: o atendimento de regiões mais pobres e afastadas dos grandes centros comerciais. Outra pequena cidade, Cândói, no Paraná, foi cenário para a trajetória de Danielly Passaglia Leal que representou os trabalhadores do interior brasileiro.

Com uma introdução necessária ao contexto factual de privatização e aos possíveis motivos que poderiam gerar interesse em torno dela, a venda dos Correios é abordada no livro-reportagem com mais um grito trabalhista – Se é público, é para todos. Os projetos de abertura de mercado e a venda da ECT, apresentada pelo Executivo em 2020, são colocados em perspectiva com motivações sobre o lucro da estatal, o comércio eletrônico e visões de especialistas, pesquisadores e representantes sindicais. Também são desvendadas as incertezas do futuro de uma classe que representa quase 100 mil trabalhadores.

Apesar das manifestações contra o projeto que amedrontava o presente dos funcionários e era votado na Câmara Federal, havia ainda uma condição urgente que se repetia entre os relatos: o trabalho nos Correios estava no limite. Com um efetivo que diminui ano após ano, sem concurso público ou valorização salarial, os funcionários vivem uma jornada excessiva com impactos físico e psicológico – refletem esse drama as histórias de Fábio Chaves, Marcos Inocencio, Ana, Luiz, Luciano e os depoimentos de representantes sindicais sobre a luta por melhores condições e direitos trabalhistas. As fotos feitas pelo funcionário dos Correios e fotógrafo, Luiz Rocha, exemplificam a resistência.

O livro é encerrado com a memória e um aspecto curioso sobre

o serviço postal. Uma nova janela é aberta na investigação jornalística a fim de conhecermos a filatelia, pesquisa e estudo por trás do ato de colecionar selos. As histórias de Leandro e Leonardo Barros, João Alberto Correia e Ricardo Dal Pasqual trazem a paixão por um item dos Correios que gerou união, identificação e troca. Os selos de diferentes lugares do mundo são incorporados na obra para dar um “gostinho” das trocas de cartas e da arte das coleções.

O que é do povo não se vende é uma produção que lhe convida a conhecer a memória e o trabalho na maior empresa pública do Brasil.

Curitiba, fevereiro de 2023



**1. AGORA O SEU
SOBRENOME
É CORREIOS**

Antônio perdeu o seu sobrenome no ano de 1985, quando se tornou funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A partir daquele momento ele seria o “Toninho dos Correios” e levaria esse apelido não apenas nos 33 anos que trabalhou nas mais diferentes funções da estatal, mas para a vida toda daqueles que o conhecem como carteiro. Antes dos 23 anos, Toninho era José Antônio da Cruz, um residente da cidade de Ourinhos, no interior de São Paulo, que desde os doze anos trabalhou onde aparecia uma oportunidade: guardinha, metalúrgico, recepcionista, vendedor, gerente ou faz-tudo. Ele sempre procurou por algo que o afastasse da pobreza que viveu na infância e na adolescência.

Quando trabalhou em um hotel da cidade, uma de suas responsabilidades era a de buscar a caixa postal e levar algum item até os Correios. Em um dia qualquer, ele aproveitou a ocasião para questionar um funcionário: “Como faz para entrar aqui?” e descobriu que deveria fazer um concurso. Na época, não se tratava de um concurso público mas uma prova, a partir de um cadastro prévio, que era aplicada quando surgia uma vaga. Toninho passou a falar com a chefe da sede todas as vezes que ia como representante do hotel até os Correios, mas era desencorajado e não conseguia fazer o cadastro. Até que um de seus colegas disse: “Olha, um chefe do Correio está aí no hotel!”. Ele foi até o quarto do homem, que lhe pediu um sabonete e perguntou se era difícil entrar na empresa. O “chefe” deu a ele um cartão assinado e disse: “Amanhã você vai lá fazer o cadastro e leva uma foto sua”. Após apresentar a recomendação do chefe, ele conseguiu um registro e, depois de um tempo, recebeu o comunicado que iria fazer a prova com mais cinquenta pessoas.

Toninho ficou em terceiro lugar e havia apenas duas vagas disponíveis. Descontente, tentou a sorte em São Paulo como vendedor em uma rede de lojas. Quando estava prestes a se mudar para Ribeirão Preto assumir o cargo de subgerente, ele foi convocado para os Correios após o

falecimento de um funcionário: “Eu escolhi os Correios para ficar mais próximo da minha família, por conta da estabilidade e porque era muito reconhecido”, lembrou. Na década de 1990, a instituição era considerada a mais confiável do país, na frente da Igreja, dos professores e dos médicos. No primeiro curso de formação que fez na empresa, ele já gravou na memória a frase: “Vocês perderam o sobrenome de vocês, a partir de agora será ‘Correios’” e, segundo Toninho, isso se tornou uma “grande verdade”.

Em quem os brasileiros confiam				
em %				
Instituições	Confiam sempre	Confiam na maioria das vezes	Confiam muito pouco	Não confiam nunca
Correios	64	25	7	2
Igreja	50	22	16	10
Professores	44	34	18	8
Médicos	34	37	21	7
Bancos	28	30	24	13
Sindicatos	24	26	25	19
Imprensa	22	27	26	18
Televisão	20	28	29	20
Justiça	19	20	28	32
Propaganda	10	20	29	37
Deputados e senadores	9	14	30	44
Empresários	9	14	29	44

No ano de 1993, o estudo do Centro de Pesquisa, Análise e Comunicação (Cepac), do Ibope, apontou que os Correios eram a instituição brasileira mais confiável pela população. Crédito: Acervo/Estadão

‘Se vira nos trinta’

Quando entrou na sede dos Correios de Ourinhos, apenas Antônio tinha carteira de motorista e foi o responsável por trabalhar com a primeira motocicleta da empresa na cidade. A partir daquele momento,

passou a usar um uniforme todo azul para a entrega de malotes, que são agrupamentos de correspondências ou pequenos objetos, a pessoas jurídicas. Toninho ficou durante anos trabalhando com a moto e ali já começou a sentir dores mais fortes nos joelhos.

Em 1986, enquanto trabalhava como carteiro, Antônio conheceu Ida Carolina, sua esposa há 30 anos. Ela era funcionária de um escritório da cidade e um dia viu o entregador passando pela rua em frente ao seu trabalho. A secretária se interessou e começou a comentar com suas amigas – que a chamavam todas às vezes que o carteiro passava pela rua. O assunto passou a ser esse: a vista da janela do escritório. Por ser uma cidade pequena, não demorou para que alguém soubesse quem era o funcionário dos Correios e, logo, eles se encontraram e passaram a namorar. Juntos construíram uma casa e tiveram dois filhos, Guilherme e Leonardo, que acompanhavam o pai nas ações de Natal dos Correios e ia, uma vez ou outra, até mesmo dentro da perua da empresa. Do trabalho de Antônio, os três lembram de coisas em comum: Toninho era conhecido em toda a cidade, sabia o nome das ruas de cor e sempre trabalhava além do expediente.

Por conta das dores no joelho e da aposentadoria de um funcionário, ele passou a fazer entregas de perua, desta vez, com o uniforme amarelo e azul dos carteiros. Em sua rotina, ele entrava às 9h da manhã e estendia as tarefas até às 20h quase todos os dias. “As encomendas chegavam, nós colocávamos em uma mesa para fazer a triagem com a numeração dos pacotes e a lista das ruas de destino, com os endereços escritos um por um à mão. Eu tentava ganhar tempo durante o expediente, mas ia até à noite para conseguir entregar tudo”, explica. Com a perua, Toninho andava mais de 130 km por dia e saía de manhã com cerca de 250 encomendas para entrega. Segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estatísticas (IBGE), Ourinhos possuía cerca de 100 mil habitantes e 296 km² no início dos anos 2000. Além de cumprir as entregas, as horas

extras eram feitas para bater as metas determinadas pela empresa: “Você tinha uma análise de desempenho e, por isso, muita gente ficava mais horas para conseguir atingir os números. Meu chefe dizia ‘o problema é seu, você é responsável pelo setor’ e a gente tinha que se virar. Eu lembro que dava 19h e se a outra perua não tinha terminado as entregas nós íamos lá ajudar”. Antônio frisa que o tempo era a principal dificuldade do trabalho – um espelho da falta de pessoal. “Nós já ficamos muitos dias sem conseguir almoçar”, diz ele.

A alta carga de trabalho passou a prejudicar a saúde física e emocional do carteiro. Com 27 anos de empresa e 52 de idade, Toninho, que já havia passado por uma cirurgia no joelho aos 19, passou a sentir o impacto do descer e subir da perua, da embreagem e do peso que carregava com as cargas. “Em algumas empresas fazíamos entregas de 30 kg ou mais, em muitas tendo que subir vários lances de escada. Às vezes tinha tanta carga que dava vontade de chorar”, lembra Antônio. Como trabalhava com a perua, o carteiro demorou mais tempo para procurar um médico, mas quando a dor se tornou insuportável não tinha mais jeito: “O seu joelho está todo comprometido, teremos que colocar uma prótese e você não pode mais trabalhar nessa função”, contou ele sobre a consulta. Antônio relembra de outros amigos carteiros que tiveram problemas nos joelhos, nas costas, nos pés e até mesmo doenças psicológicas pelo trabalho.

Quando foi ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) com o atestado de afastamento em mãos, a primeira coisa que Toninho ouviu foi: “Aposentar você não vai”. Ele, por sua vez, tinha uma “palavra mágica” na manga e pediu a readaptação, uma mudança de função dentro da empresa de acordo com sua capacidade de trabalho. O processo levou um ano e ele foi enviado para a área de atendimento comercial na cidade de Canitar, um município com 5,2 mil habitantes e cerca de 10 km de Ourinhos.

Na única agência da cidade trabalhava Antônio, o carteiro, a ajudante, a funcionária da limpeza e o segurança. Lá ele cuidava da burocracia, do financeiro, do atendimento e até da falta de produtos para os outros trabalhadores; por vezes, se tornava eletricitista quando a agência tinha problemas e ninguém era enviado para consertar. Toninho lembra, por outro lado, que havia uma parte valiosa na sua rotina: “Eu conheci muita gente, ouvi muitas histórias e fiz grandes amizades. Essa com certeza era a melhor parte”. Ele conta que a agência era um ponto de encontro e um lugar em que as pessoas pediam ajuda nos mais diferentes assuntos.

Depois de seis anos em Canitar e uma despedida com festa, Antônio voltou para a sede de Ourinhos e ficou lá por mais três anos, quando entrou com o pedido de aposentadoria e aderiu ao Plano de Demissão Incentivada (PDI), uma modalidade de desligamento de funcionários apresentada pelos Correios. Mesmo aposentado, ele paga até hoje pelo rombo deixado na empresa que complementava os benefícios previdenciários dos trabalhadores, a Postalís, que foi alvo da Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) dos Fundos de Pensão, em 2015, após uma fraude de R\$ 250 milhões.

O aposentado vive em Ourinhos com sua esposa e é muito dedicado às suas atividades manuais, como o preparo de receitas e produção de objetos em madeira. Na cidade ainda é chamado por Toninho dos Correios e conta quantas histórias você estiver disposto a ouvir sobre sua vida como carteiro – seja da vez que desarmaram uma bomba na encomenda; quando o confundiram com filho falecido do cliente; ou quando uma maritaca simulava que era o destinatário.

Dentre todas, uma das entregas, Antônio lembra com emoção. Em certa ocasião, uma mulher havia acabado de falecer em um acidente de carro que comoveu toda a cidade. Ela era noiva e estava com o casamento marcado para breve. O carteiro realizava o serviço diário até que

chegou em uma casa, bateu no portão e foi recebido com muitas lágrimas. O pedido entregue era o vestido de noiva que a família recebeu com muita dor.



Crédito: Arquivo pessoal

Uma história: O mapa do carteiro

Já era costume Toninho fazer entregas em um consultório da cidade. Ele chegava, cumprimentava a secretária e descarregava os envios. Num dos dias, apenas um homem estava sentado no sofá da recepção.

— Onde está a menina que fica aqui? — perguntou o carteiro.

— Entra lá. — respondeu o homem.

— Não posso, é antiético né?! Depois eu volto. — disse Antônio já sentindo um frio na espinha.

Ele pegou a encomenda e ia voltar para a perua, mas, quando colocou a mão na porta, o homem já travou-a com o pé. Os dois iniciaram uma briga que durou cerca de um minuto, até que o suposto paciente sacou uma arma.

— Você tá louco, cara? — disse Toninho.

— Entra, entra! — gritou o homem o empurrando pela porta interna do consultório.

Antônio foi levado até a casa do médico que era junto ao local de atendimento e lá deu de cara com mais um assaltante. Segundo a memória do carteiro, esse tinha a cara do Rei da Lambada, Beto Barbosa¹, era bem barbeado e usava a camisa da Lacoste:

— Hora errada, lugar errado hein... Vai lá ajoelha e desova essa encomenda aí — falou o homem.

Antônio foi amarrado e ficou ajoelhado durante um tempo até que o primeiro assaltante voltou a questioná-lo:

— Onde é o banco BCN?² — e deu um tapa na cara do carteiro.

— Desce essa rua e fica perto da praça.

— Eu não sou daqui cara, faz um mapa! — entregando um papel e uma caneta.

Tremendo, Toninho fez o mapa.

— E o Banespa?

De novo, desenhou o caminho e o nome das ruas. Por sorte dos assaltantes, ou de Antônio, ele conhecia todas as esquinas da cidade.

1 Raimundo Roberto Morhy Barbosa é um cantor e compositor brasileiro considerado o “Rei da Lambada”. Ele surgiu nos anos 80 com o grande sucesso “Adocica”, que vendeu três milhões de discos.

2 O Banco de Crédito Nacional ou BCN era um banco paulista, fundado em 1929, que foi comprado pelo Bradesco nos anos 1990.

— Eu vou lá, hein?! Se não for, você está ferrado.

Após uma hora e meia, eles apareceram com o dinheiro comemorando o sucesso do assalto e avisaram antes de fugir:

— Se nós formos pegos, sabemos onde você trabalha e vamos lá na sua casa! — o carteiro concordou com a cabeça.

Com a saída dos homens, Antônio ficou tentando se soltar até que rompeu a fita cinza dura que amarrava os braços. Ele foi pela casa procurando os outros reféns e encontrou, em um quartinho de ferramentas, o médico com a secretária amarrada no colo dele. Os dois foram desamarrados e desataram a chorar.

Depois de chamar a polícia, Toninho ligou para os Correios para alguém ir buscar a perua que havia sido revirada pelos assaltantes em busca da identificação do trabalhador. Por sua vez, a carteira havia caído embaixo do banco e eles não encontraram-a. Na delegacia, apareceu o chefe de Antônio:

— E aí, quando você vai acabar isso para continuar as entregas?



2. OS 360 ANOS DE CORREIOS NO BRASIL

Uma carta chega ao rei de Portugal. Após a atracar no “novo mundo”, o fidalgo Pero Vaz de Caminha escreve sobre a terra que tudo dá, a fauna, a flora e o povo que habitava em terras desconhecidas. As impressões enviadas ao rei Manuel I foram consideradas a primeira correspondência escrita na Terra de Santa Cruz – o território que seria futuramente o Brasil. Para chegar em solos lusitanos, ela enfrentou o mar e, em maio de 1500, foi entregue pelas mãos de um mensageiro: o navegador Gaspar de Lemos, que voltava carregando também as cartas de Pedro Álvares Cabral e do físico João Faras; amostras da vegetação local e itens indígenas. As outras que vieram após Caminha se perderam pelo tempo e, apenas em 1663, podemos notar a existência de um correio na colônia portuguesa, com a instituição daquele que seria considerado o primeiro carteiro do Brasil.

João Cavalheiro Cardozo³ foi nomeado Correio-Mor com a responsabilidade de gerir as funções postais e herdou o cargo do seu avô, Luiz Gomes da Matta, Correio-Mor do Reino e Correio-Mor das Cartas do Mar. O alferes devia manter a ligação direta e estrita da colônia com a metrópole, a fim de garantir o envio de ordens e a chegada de informações. As cartas saíam de poucas cidades do litoral brasileiro e por meio de um navio à vela chegavam exclusivamente em Lisboa pelas mãos de mensageiros do reino. Internamente, o papel de carteiro era desempenhado também por pessoas escravizadas e indígenas.

A doutora e historiadora da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Mayra Guapindaia, explica que os povos originários faziam o serviço de entrega a pé e acompanhavam o estafeta (correio a cavalo) pois conheciam o território como nenhum outro europeu. Em seu livro, *Três séculos e meio da história postal brasileira*, o pesquisador Irari de Oliveira Rosário traduz um trecho escrito pelo inglês R. Walsh no seu livro

³ No dia 25 de janeiro é comemorado o Dia do Carteiro em homenagem ao oficial.

* Foto de introdução mostra o Prédio do Centro Cultural Correios, no Rio de Janeiro. Créditos: Correios

Notices of Brazil, de 1830: “A mala postal é despachada do Rio e, em cada dez dias, para as diferentes localidades do interior. Ela é transportada por dois negros que levam um porta-manta às costas e uma saca à mão. Andam a pé, fazendo uma légua ou quatro milhas⁴ por hora”.

Os “carteiros”⁵ deviam lidar durante o seu trajeto com a imprevisibilidade dos fenômenos da natureza, a vazão dos rios e as guerras no mar. Durante a colônia e o império, o prazo de entrega de uma carta ou encomenda era contado em meses e quem pagava pela correspondência era aquele que recebia; o destino ainda era feito de uma cidade à outra, sem entrega domiciliar. Mayra lembra que a discussão sobre o lucro do correio era uma problemática desde àquela época e “quando não havia lucro para pagar os mensageiros as forças do exército eram usadas no serviço”.

Foi no fim do século XVII que a coroa portuguesa extinguiu o correio-mor e reivindicou para si a administração postal – o início do que se pode considerar o correio público no país. A chegada da família real portuguesa e a declaração da Independência do Brasil exigiram uma norma para o correio que já possuía maior demanda e, assim, foi decretado em 1829 o Regulamento à Administração Geral dos Correios, que organizava desde os salários dos funcionários até procedimentos no transporte.

A carta não é a mesma sem o selo

Para ir até o destinatário a carta deveria ser levada até a residência dos representantes do Correio-mor nas capitanias, era carimbada e precisava ser paga por aquele que a recebia, variando o preço de acordo com a distância. Isso mudou até a criação de um pequeno papel impresso,

o selo. O primeiro selo do Brasil completa 180 anos em 2023 e pode ser encontrado à venda hoje por cerca de R\$ 50 mil em sites de colecionadores. Os olhos-de-boi de 30, 60 e 90 réis são os itens mais raros da filatelia⁶ e é a marca da mudança do pagamento da correspondência pelo remetente e não pelo destinatário. O Brasil foi o segundo país a adotar o selo postal, três anos depois da Inglaterra com o famoso Penny Black de 1840, e não estampava a figura de Dom Pedro II, como a Rainha Vitória no país britânico, a fim de não marcar o rosto do monarca com o carimbo. “Há livros que apontam, todavia, que a questão era o desenvolvimento da impressão; a gente não tinha máquinas para desenhos muito complexos”, explica Mayra.

O doutor e mestre em geografia humana, Igor Venceslau, argumenta que a criação do selo marca a transformação da carta ou da encomenda em uma mercadoria e permitiu garantir a rentabilidade do serviço postal. O item também foi responsável pela regulamentação de trocas de correspondências internacionais com a fundação da União Geral dos Correios, em 1874, que passou a se chamar União Postal Universal (UPU) cinco anos depois. A organização tinha por objetivo harmonizar as tarifas entre os países e oficializar o princípio básico do correio – a inviolabilidade da correspondência.

Junto com o selo, outra tecnologia que marcou o período e que é mais distante das gerações atuais é o telégrafo. Ele foi criado nos Estados Unidos por Samuel Morse, em 1840, e chegou ao Brasil doze anos depois por influência do interesse inglês de combater o tráfico de escravizados no mundo. “Nós temos contradições típicas desse momento, já que a primeira linha telegráfica foi construída no Rio de Janeiro com trabalho escravo”, explica a historiadora. O sistema feito por código morse e cabos permitia a instantaneidade na transmissão de informações e passou por um processo de separação do tradicional “correio”, já que o serviço postal

⁴ Cerca de cinco quilômetros.

⁵ Ainda não havia a denominação de carteiro naquela época.

⁶ Hábito e gosto de colecionar selos, significado do dicionário Aurélio.

ainda continuava lento, mesmo com a diminuição do prazo de entrega de meses para semanas na época. Em sua pesquisa, Vasconcelos aponta que, apesar das novas tecnologias que surgiam no mundo, como os navios a vapor, a construção de mais agências, linhas telegráficas e postais no interior do país, o serviço postal ainda era concentrado no litoral, com exceção do estado de Minas Gerais pelo ouro e metal.



Legenda: O selo olho-de-boi tem esse nome pois as pessoas da época acharam o desenho similar ao olho do animal. | Foto: Blog de Filatelia dos Correios

A empresa pública do Oiapoque ao Chuí

No século XX o mundo passou por inovações tecnológicas que mudaram completamente o trabalho dos correios. A primeira mudança foi a máquina de franquear correspondências que imprimia estampas sobre os envelopes e dispensava a disposição manual do selo postal – apesar do item ter continuado a ser utilizado. Por sua vez, as cartas se tornaram mais rápidas enviadas pelo ar e o avião foi aquele que deixou para trás a obsolescência e a lentidão do serviço postal e revolucionou o tempo das encomendas.

Na política, o Brasil passava por uma transformação na admi-

nistração pública que é definida pelos historiadores como a “burocratização do Estado”, com a Era Vargas (1930-1945). Em 1931, foi criado o Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) pelo governo de Getúlio Vargas, após o golpe de Estado deflagrado na Revolução de 30. Por iniciativa estatal, o correio passou a ser difundido pelo país com a consolidação da sua presença nas regiões centrais e estendendo-se até as fronteiras. O aumento do fluxo postal foi possível graças aos trabalhos do Correio Aéreo Nacional (CAN) que chegou a mais capitais e cidades menores durante o trajeto até os países vizinhos na América do Sul. Se as correspondências demoravam semanas para se locomover no território, a partir daí levavam dias para a entrega nos voos semanais.

Em seu site oficial, os Correios ainda sinalizam como marco a criação da Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos, em 1934, que deu início ao treinamento e a sistematização da mão-de-obra. No fim da década de 1960, o DCT passa a ser subordinado ao Ministério das Comunicações e, logo depois, torna-se uma estatal, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, ECT ou simplesmente Correios – em plena ditadura militar. Neste momento, o correio passa a perseguir a produtividade: “Apesar da entrada de muitas multinacionais no país, havia determinadas áreas que os militares consideravam estratégicas, e o serviço postal era uma delas. A transformação em uma empresa visava o lucro e se adequava a lógica de mercado”, sinaliza a pesquisadora. Além disso, é possível observar uma integração dos Correios por todo país, marcando também a existência de uma mão do estado em todo o território nacional.

A Lei Postal decretada em 22 de junho de 1978, que continua em vigor, foi responsável por unificar as legislações existentes nos estados e definir padrões de tamanho, peso e tarifa para os objetos postados. Foi nesse momento que a prestação do serviço se tornou um monopólio da União por meio da ECT, definido no artigo 9º do texto. As encomendas

ficaram fora da exclusividade e, mais adiante, se tornou o assunto central e alvo da disputa para a privatização dos Correios.

“São exploradas pela União, em regime de monopólio, as seguintes atividades postais:

I – recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de carta e cartão-postal;

II – recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de correspondência agrupada;

III – fabricação, emissão de selos e de outras fórmulas de franqueamento postal.”

Igor Venceslau, pesquisador sobre o serviço postal brasileiro, relembra que nesse momento da história, o correio se espalhou ainda mais pelas cidades com a criação de mais de cinco mil caixas de coletas e a substituição dos Correios Aéreos pela Rede Postal Aérea Noturna (RPN), que em 1974 passou a realizar diariamente voos noturnos para a entrega de encomendas e correspondências urgentes. Durante a década de 1970, houve ainda o aperfeiçoamento da força de trabalho com centros de treinamento espalhados pelo país e a criação, em 1978, da Escola Superior de Administração Postal (Esap), em Brasília.

Uma grande revolução que permitiu o aceleração do trabalho postal é um número que muitos não sabem como surgiu ou o porquê de decorarmos: o Código de Endereçamento Postal (CEP). O CEP foi inspirado em um modelo elaborado pelo correio francês para a organização das divisões administrativas de Paris. Aqui no Brasil, ele foi implantado em uma lógica espiral, acompanhando o formato do território: os números começam na cidade de São Paulo – a Praça da Sé é o ponto zero – e seguem em ordem crescente para o interior do estado, Rio de Janeiro e, assim, sucessivamente pelas regiões até o último chegar ao Rio Grande

do Sul. “Antes do CEP os operadores de triagem tinham que decorar cerca de 360 códigos referentes a diversos pontos do país. Com a tecnologia e a campanha dos Correios para as pessoas preencherem o número corretamente, o processo se tornou muito mais rápido e a leitura pelos equipamentos mais eficiente”, diz Mayra Guapindaia.

Amanhã na sua porta!

É bem possível que aqueles que esperaram semanas por cartas não imaginaram que um dia nos comunicaríamos no mesmo instante por mensagens ou que encomendas seriam pedidas pela internet e, se fosse da vontade do comprador, entregues no mesmo dia ou logo no próximo. A criação que acompanhou as necessidades urgentes do mundo globalizado no serviço postal surgiu em 1978, o Sedex.

Segundo a ECT, o serviço expresso nasceu para articular as principais capitais do país entre si num prazo máximo de quatorze horas por meio do transporte aéreo. No Sedex podem ser enviados envelopes e pacotes que respeitem o peso máximo de 30 quilos e o máximo de 200 centímetros (somando altura, largura e comprimento) de tamanho. Desta vez, o indispensável é a etiqueta com código de barras e não mais o selo postal; com ele se tornou possível qualquer pessoa rastrear e acompanhar o seu pedido.

As tecnologias da informação permitiram ainda a postagem eletrônica para grandes clientes, reduzindo o tempo de espera nos balcões, e mais tarde, os carteiros passaram a usar os *smartphones*, fazendo com que os dados sobre entregas domiciliares fossem instantâneas. Nos anos 2000, o tempo das entregas já havia sido reduzido para horas. O telegrama já havia obtido prazo máximo de duas horas em 2003, o que exigiu uma velocidade ainda maior dos trabalhadores e dos veículos para fazer as entregas.

Em 2001, foi lançado o Sedex 10, com entregas até às dez horas do dia útil seguinte à postagem; em 2004, foi o Sedex Hoje, com entrega garantida no mesmo dia; o Sedex Mundi, serviço expresso internacional; por fim, o Sedex 12, lançado em 2013, foi uma alternativa de entrega até 12h do dia seguinte à postagem para aquelas localidades onde o prazo do Sedex 10 não conseguia ser cumprido.

Neste período, a Empresa Brasileira de Correios estendeu sua presença a todo o território nacional e consolidou a existência de agências em todos os municípios do Brasil. O geógrafo Venceslau registra que a entrega na zona rural iniciou em 1985, enquanto vilas e povoados de até 500 habitantes ou áreas de difícil acesso passaram a ter, desde 1998, caixas postais comunitárias para os moradores utilizarem um único endereço para retirada de correspondências na agência comunitária. Ou seja, foi garantido um serviço postal mínimo em cada um dos cantos do Brasil.

As informações sobre a história dos Correios foram levantadas por entrevistas com a doutora e historiadora dos Correios, Mayra Guapindaia, e com o mestre e geógrafo, Igor Venceslau, que indicou também sua dissertação de mestrado “Correio, logística e uso do território: o serviço de encomenda expressa no Brasil”. Também foi utilizado o trabalho acadêmico do estudioso Irari de Oliveira Rosário e a página “História” dos Correios disponível online.

LINHA DO TEMPO

CARTA DE CAMINHA

1500

1808

1º regulamento postal com a chegada da família real no Brasil



Selo impresso no início do século XX

1941

Criação do Correio Aéreo Nacional (CAN)

SURGE A ECT

1969

1971

Lançamento do Código de Endereçamento Postal (CEP)

1971

Promulgação da Lei Postal 6.538

1835

Entrega domiciliar de correspondências

1840

CRIAÇÃO DO SELO

1852

Instalação do telégrafo elétrico no Brasil

1921

Realização do primeiro transporte de malas postais via aéreo

1931

CRIADO O DCT



Selo que circulou entre os anos 50 e 60

2001

Distribuição com o Programa Nacional do Livro Didático no país

2001

Apoio ao Programa Fome Zero

2004

Lançamento do Sedex Hoje e do Sedex Mundi

CONCURSO PÚBLICO

2011



Selo lançado nos anos 90

2023

Revogação da privatização dos Correios

1978

IMPLANTAÇÃO DO SEDEX



Selo da década 1980

2009

STF garante a exclusividade da ECT na prestação dos serviços postais

2013

Lançamento do Sedex 12

2013

Início do uso de smartphones pelos carteiros

2021

PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO

2021

Aprovação na Câmara dos Deputados



**3. NINGUÉM MAIS
VEM AQUI**



Entrada da agência dos Correios na cidade de Jordão em 2023
Crédito : Luiz da Silva

O rio das tronqueiras, dos tocos e das correias batizada de Jordão pelo povo Caxinauá dá nome a cidade de 8,5 mil habitantes no estado do Acre. O município que foi considerado o 7º pior no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), na pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2013, só possui uma agência dos Correios para dar conta das entregas de objetos, cartas, livros didáticos, medicamentos, emissão de documentos e do então Banco Postal – antes de ser extinto em 2019. Luiz da Silva, de 52 anos, é *jordãoense* e define o lugar como “isolado”. O município que faz fronteira com o Peru recebe encomendas pelo trajeto de barco, de cerca de 250 km, por não haver estradas: “Antigamente vinha um avião para a região com o que o município precisava, mas hoje o trajeto é feito de barco pelo rio Jordão

com saída do município de Tarauacá. Mesmo demorando mais que anos atrás, se não fossem os Correios a cidade não teria como manter nenhum contato”. Por vezes, o trajeto pela água fica comprometido já que o rio é agitado e com risco de enchente.

O morador da cidade conta que não há carteiros e os cidadãos se deslocam até a casinha de madeira, próximo à margem do rio, para buscar seus objetos: “Já houve carteiro para a entrega nas casas das pessoas e, mesmo hoje tendo que ir até a agência, nós agradecemos pois não há mais ninguém que vem até aqui”. Assim como em centenas de municípios brasileiros, as transportadoras privadas não fazem entregas em Jordão. Luiz teme que um dia não exista o serviço dos Correios no município e destaca que a extinção do Banco Postal, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, já foi sentida por todos os cidadãos: “Aqui nós temos uma lotérica e um caixa do Banco do Brasil em uma farmácia. Às vezes as pessoas vêm dos seringais para tirar dinheiro e não tem. Quando existia o Banco Postal esperávamos no máximo um dia”. O educador que trabalha com pessoas indígenas e de baixa renda ainda resalta que a falta deste serviço afetou os mais pobres: “quem mais sentiu foi aqueles que recebiam Bolsa Família já que os pagamentos eram todos nos Correios”.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não é a única apenas em Jordão. Em cerca de 40% das cidades brasileiras, somente a empresa presta serviços de envio de encomendas – um número que representa mais de dois mil municípios brasileiros. A instituição mais antiga do Brasil está presente em todas as 5.570 cidades do país e tem uma importância não só no envio de cartas e pacotes. Em um mundo globalizado, o correio possibilita o acesso das pessoas a novos produtos, serviços e tecnologias, porém, para além da sua função original, a empresa também é essencial para a implantação de políticas públicas. “O Brasil se destaca no mundo porque é muito grande, mas ao mesmo tempo

muito desigual. Apesar de não ter sido instituído especificamente para a integração territorial, os Correios cumprem esse papel diante da escassez e da dificuldade e preenchem uma lacuna para conectar pequenas cidades, como as ribeirinhas no Amazonas, Amapá, Pará e Acre”, explica o pesquisador e geógrafo Igor Venceslau.

Há dezoito anos o carteiro Fábio Chaves trabalha na cidade e na região de Manaus, no Amazonas. Ele explica que, assim como em qualquer outro canto do país, os Correios entregam produtos importantes para os cidadãos, porém, a região Norte e Nordeste possui um atendimento quase exclusivo da estatal: “Em lugares com boa urbanização, bom trajeto e sinalização, como no Sul e no Sudeste, as empresas privadas vão, mas aqui elas não vem; em parte do Centro-oeste, no Norte e no Nordeste não é da mesma forma que os outros lugares”. Fábio comenta que a FedEx, por exemplo, tem uma filial na capital, mas faz a postagem dos objetos nos Correios, já que “é o carteiro que sabe onde fica aquele ‘beco’, se a pessoa mora na casa da frente ou na de trás; uma relação familiar que as privadas não tem”. Na região, os funcionários fazem entregas a pé, de carro ou moto e também por barco em lugares que é necessário o transporte pelo rio.

A presença dos Correios em bairros, ruas e vielas pelo Brasil é uma ferramenta que possibilita o exercício da cidadania e do acesso aos serviços básicos pelo povo. A empresa postal, juntamente com as prefeituras, é aquela que concede o número do CEP e permite aos moradores terem um endereço formal, para que, assim, possam ser solicitados o abastecimento de água, saneamento e eletricidade, abertura de conta bancária, cadastramento em programas sociais etc. Outro elemento importante é a produção do Cadastro de Pessoa Física (CPF) que era emitido somente pela Receita Federal e no Banco do Brasil e passou a ser feita em todas as agências dos Correios. A ação ampliou o alcance do serviço para todos os municípios do país e permitiu o acesso universal ao

documento – além da emissão, regularização e pedidos de segunda via, a empresa também faz a entrega domiciliar do CPF. Segundo a própria ECT, em 2020 o número de emissões do cadastro aumentou 20% em relação ao ano de 2021, devido ao registro para o recebimento do Auxílio Emergencial e do início da vacinação de adolescentes.

A fim de atender a população mais pobre do país, os Correios também participaram do Programa Fome Zero, iniciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em sua primeira gestão. Em 2003, as agências de todas as cidades se tornaram postos de arrecadação e entrega de 615 toneladas de alimentos, segundo o site da estatal. As eleições com urnas eletrônicas, iniciadas em 1996, também só foram possíveis graças à grande operação logística dos Correios com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As máquinas, formulários, placas e materiais necessários para o dia da votação só chegam, com sigilo e segurança, ao mesmo tempo em todos os lugares do Brasil com o serviço postal.

“O principal serviço que os Correios deixaram de fazer e que se voltasse seria de grande utilidade para o município, é a volta do Banco Postal”, afirma Luiz da Silva. A falta do serviço bancário que era oferecido pela empresa postal é um dos mais sentidos pela população, já que até agosto de 2021 mais de 40% dos municípios brasileiros não possuíam agências bancárias à serviço da população, segundo o Banco Central. Desse número, 384 não tinham qualquer tipo de atendimento presencial ou caixa eletrônico. “Um problema no Brasil que foi identificado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso foi a baixa bancarização. Porém, isso não ficou para trás e foi escancarado com a pandemia de Covid-19, devido ao número de pessoas que não tinham conta para receber o auxílio, por exemplo”, explica o pesquisador Venceslau.

Em 2000, o Banco Postal foi criado a partir de uma resolução do Banco Central que autorizou os bancos a utilizarem as agências dos Correios como correspondentes bancários na prestação de serviços bá-

sicos à população. Entre 2002 e 2011, quem compôs a parceria com a ECT foi o Bradesco, consolidando sua presença em todo o território nacional. Na segunda fase do Banco Postal quem daria seguimento ao projeto seria outra instituição pública, o Banco do Brasil. Segundo Igor, a capilaridade dos Correios é o que o distingue de qualquer instituição pública ou privada do país, sendo a “única capaz de levar a cabo essa iniciativa do Estado num prazo imediato, com tamanho êxito”. Em parceria com o BB, a estatal postal também colocou em prática, em 2003, o programa Exporta Fácil, para a realização de exportações de remessas de até 30 quilos de qualquer lugar do país para todo o mundo.



Crédito: Governo do Acre

A maior operação de distribuição de livros didáticos do mundo é feita pelo serviço postal em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que, integrando o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), distribui anualmente cerca de 137 milhões de livros e dicionários para mais de 140 mil escolas públicas brasileiras, de acordo com a ECT. “O sistema de Correios ajuda a solidificar um sistema de ensino nacional com uma base comum e garante que todas as escolas, em todos os municípios, tenham acesso ao material”, comenta a doutora em História, Mayra Guapindaia. Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a empresa também permite a realização dos exames nacionais de educação, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), a Provinha Brasil, entre outros, em todo território nacional simultaneamente. Em 2022, foram entregues 45 mil malotes contendo as provas do Enem em 12.062 pontos. A ação contou com 10 mil empregados dos Correios, 4.608 veículos e 24 aviões cargueiros. A parceria da ECT com instituições que aplicam concursos públicos também é o que permite a logística antes, durante e depois da aplicação destas provas.

A empresa pública é parceira do sistema judiciário brasileiro com o serviço de troca de documentos entre cartórios, fóruns e tribunais pelo país. Em qualquer julgamento no Brasil, somente o Aviso de Recebimento dos Correios – comprovante de que a documentação foi entregue às partes notificadas ou convocadas – é considerado como comprovação válida de troca de mensagens entre pessoas físicas e jurídicas.

Em relação ao atendimento prestado para a área da saúde, a empresa postal faz desde a distribuição de cartazes das campanhas do Ministério da Saúde aos postos e hospitais até a de pequenos equipamentos ou materiais cirúrgicos. Algumas vacinas também só chegam às pequenas cidades e comunidades do Brasil por transporte especial providenciado pelos Correios. Operações para distribuição de donativos

em casos de desastres, como enchentes, deslizamentos, secas, incêndios, entre outros, também são feitas pela estatal. Em acontecimentos como estes, as agências podem servir como postos de arrecadação de alimentos, roupas, medicamentos, brinquedos e outros produtos de necessidade.

A presença dos Correios em todo o território nacional e a universalidade deste serviço explicam a importância econômica, política e social da empresa pública para o país. A existência da estatal é defendida por trabalhadores, especialistas, políticos e setores da sociedade civil pois, além de beneficiar o mercado com uma logística pronta em todos os municípios do Brasil, a ECT garante o exercício da cidadania e a inclusão de pessoas e lugares localizados nas periferias brasileiras. Por esse motivo, o morador da pequena cidade de Jordão afirma: “A privatização seria um crime para nós”.

No interior, é preciso uma faz-tudo

A atendente Danielly Passaglia Leal é muito jovem – tem apenas 30 anos, mas já trabalha nos Correios há dez. Ela é a única nesta função na cidade de Candói, no interior do Paraná, que possui apenas 15 mil habitantes. A funcionária fez o último concurso realizado pela ECT em 2011 e entrou como volante ou “tapa-buraco”, como ela define, em 2013. Seu irmão é carteiro e os dois prestaram provas juntos. Logo no início na empresa, Danielly precisou dominar várias funções, já que cobria férias ou outras necessidades em cidades do estado. Quando foi para Candói, eram quatro pessoas dentro da unidade, mas atualmente apenas ela tem que dar conta de todas as tarefas, menos da limpeza e do carteiro. “Todo mundo foi saindo, porque pediram transferência, outros pediram a conta e nunca mais ninguém foi substituído. Aí fiquei sozinha”. Hoje, ela dá conta do atendimento, venda, expedição, cofre, gestão e qualquer outra necessidade que surja na agência.

Sua rotina é uma correria desde às 8h da manhã: ela inicia os procedimentos internos da unidade, confere se há telegramas⁷, habilita a agência no sistema, separa as postas-restantes⁸ ou as cartas e checa a devolução – tudo isso em meia hora, pois às 8h30 a filial de Candói é aberta. Danielly permanece no atendimento até o horário da chegada do caminhão para buscar e trazer as entregas. “Eu deixo tudo postado⁹ no dia anterior, pois não tenho tempo no próximo dia. Na hora que eu abro a porta as pessoas já correm para a agência e quando o caminhão chega todo mundo pergunta se a encomenda está ali, como se ainda não tivesse que fazer a triagem e conferir se está tudo certo!”, explica a funcionária em tom de brincadeira. Enquanto atende, ela separa algumas das encomendas para conseguir dar conta dos prazos estabelecidos. Às 13h a atendente vai almoçar e retorna às 14h para o atendimento que encerra às 16h. No fim, sobra apenas um hora para ela se deslocar até uma agência bancária e depositar o dinheiro excedente do limite definido para o cofre e fazer a expedição¹⁰ dos itens. Se uma lâmpada quebra ou um extintor vence, ela também é a responsável por administrar a troca.

Apesar de achar graça da pressão em sua rotina, Danielly entrou em depressão quando começou a trabalhar sozinha na unidade e precisou começar a tomar remédios. “Eu sempre trabalhei de forma muito correta e não dar conta do serviço me consome por dentro. Eu conversei com a doutora que me passou um remédio. Ela dizia: ‘Você não é a dona dos Correios. Tem oito horas de trabalho por dia, se eles não dão condição, você não pode fazer tudo ao mesmo tempo’ e agora fico um pouco mais tranquila, não posso abraçar tudo”, conta a atendente. Ela chegou a

relatar o quadro de saúde para a coordenação da sua filial que incentivou a procura de ajuda. A atitude, no entanto, teve que ser por conta própria já que não houve apoio da empresa ou dos gestores para lidar com a situação.

A falta de pessoal é uma das dificuldades repetidas pelos trabalhadores dos Correios, porém, no interior a situação fica ainda mais difícil: “Em capitais e cidades maiores cada um tem a sua função, mas aqui e em pequenos municípios ao redor cobrimos vários cargos ao mesmo tempo. Tá muito complicado de trabalhar. Nos últimos anos ainda tivemos o aumento de pedidos de produtos da China ou por conta da pandemia, por exemplo, e a equipe continua a mesma”. Danielly relata que é comum que ela precise ficar sem almoçar ou além do horário definido para conseguir dar conta de todo o trabalho na agência.

Além de suas funções definidas pela ECT, a atendente acaba ainda sendo um apoio para a população local. “É nítida a importância social aonde só os Correios chegam”, diz. Ela define a agência como um ponto para as pessoas se informarem e sente a confiança do povo, principalmente dos mais velhos que recebem a aposentadoria ou o benefício de saúde na unidade. “Eles têm um carinho muito grande. Dizem ‘ah lá o povo do Correio’. Quando chega a caixinha nós guardamos para eles”, conta Danielly. Na visão da funcionária, a população não sente defasagem no serviço, pois os dois trabalhadores da unidade “se viram nos trinta”, mas que percebe que há muitos anos há sucateamento do serviço postal.

Como em outras cidades do interior, ela teme que uma privatização da estatal acabaria com a unidade em Candói e ficaria concentrada apenas em grandes centros urbanos. Apesar de existir transportadoras que possam assumir a entrega na cidade, Danielly ressalta que eles não prestam os mesmos serviços da ECT: “O pessoal reclama ‘ah, porque a transportadora é muito mais rápida’, mas eles não conseguem ver a logis-

7 Os telegramas têm prazo máximo de entrega de quatro horas pelos Correios.

8 O Serviço de Posta-Restante acontece quando o objeto tem como destino um local em que não há distribuição domiciliar ou quando as tentativas de entregas ao destinatário não foram possíveis, ficando disponível para retirada na unidade mais próxima.

9 Quando a encomenda ou correspondência é enviada ao destinatário.

10 Registro de que o item foi entregue ao serviço postal.

tica do atendimento; eles querem apenas agilidade, mas a segurança na entrega é importante, além de tantas outras funções que a empresa tem”.

Nestes dez anos, a atendente também se sente feliz pela troca com clientes e com a possibilidade de ajudá-los no dia a dia. Ela garante que “a melhor parte do trabalho é o carinho” E conta que as pessoas “vêm me agradecer com frutas ou doces e isso me motiva”. Nos últimos dez anos, ela explica que desenvolveu o seu lado de vendedora e, pela estabilidade do cargo, conseguiu se formar no curso de licenciatura em matemática. Apesar de vir de uma família pobre, conseguiu atingir novos objetivos e metas que eram mais complicadas quando ela ainda trabalhava no comércio: “Eu só tenho a agradecer porque eu consegui comprar meu apartamento, meu carro e me formar na faculdade. A passos lentos, mas consegui. Realizei meu sonho de falar inglês. Gosto de lembrar dessa parte também”. A próxima meta de Danielly é realizar um intercâmbio, que foi prorrogado por conta da pandemia.



Crédito: Arquivo Pessoal



4. SE É PÚBLICO É DE TODOS

A privatização de estatais começou a ser discutida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) quando ele ainda era candidato às eleições de 2018. Dias antes do pleito, ele declarava em *lives* no Facebook que, entre suas propostas, estava a venda de “no mínimo cinquenta empresas públicas no primeiro ano de mandato”. Na mira estavam grandes estatais, sendo a Eletrobrás, a Petrobrás e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos as mais visadas pelo governo. Após quatro anos sob o comando da gestão bolsonarista, o objetivo de privatizar a gigante do setor elétrico foi concluído, enquanto a empresa postal chegou muito próxima de ser vendida e a petroleira continuou sob estudo.

Em contraste com a proposta econômica de Bolsonaro, foi determinado¹¹ pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tomou posse em janeiro de 2023, já no seu segundo dia de governo, a revogação de processos envolvendo a privatização de oito estatais, incluídas a Petrobras e os Correios. “Vão acabar privatizações nesse país. Já privatizaram quase tudo e vamos provar que algumas empresas públicas vão poder mostrar a sua rentabilidade”, declarou Lula em 13 de dezembro de 2022. A decisão do petista foi comemorada pelas organizações de trabalhadores, enquanto o mercado reagiu mal à notícia.

A disputa pela venda da ECT não surgiu, por sua vez, por iniciativa bolsonarista ou petista. O correio brasileiro é alvo de interesses e discordâncias empresariais e públicas desde os anos 1970 e a criação da empresa durante a ditadura militar. Nos primeiros anos do regime, havia um esforço para a proteção do monopólio postal dos Correios, contando inclusive com a força policial para coibir empresas que funcionavam como um “correio paralelo”, sem autorização, no Brasil. Na década de 1980, por sua vez, as multinacionais passaram a se interessar pela estrutura postal no país, principalmente, nas remessas internacionais

¹¹ O despacho com a determinação do presidente Lula foi publicado no dia 02 de janeiro de 2023 no Diário Oficial da União.

e pressionaram o governo brasileiro e o Senado Federal para a liberalização do serviço – a International Express Carriers Conference (IECC), uma associação mundial que reunia empresas como a DHL, a FedEx e a TNT¹², tentou inclusive exigir retaliações dos governos dos Estados Unidos e da Europa, acusando o Brasil de ser contrário ao livre mercado. Por uma década, o Brasil resistiu à pressão até que com o presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), as empresas conseguiram vitória para atuar no segmento internacional.

Na década de 1990, o projeto de privatização de empresas estatais se tornou mais forte no Brasil devido a uma visão neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). “A privatização dos Correios se torna mais sólida dentro de uma concepção de liberalizar o mercado, eliminar os monopólios e de criar um arranjo que permita que os operadores privados possam entrar no mercado postal, assim como aconteceu em outras áreas no Brasil; temos a Vale do Rio Doce como exemplo”, explica o professor doutor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, Tadeu Gomes Teixeira¹³. O modelo econômico é inspirado em recomendações do Consenso de Washington, um encontro ocorrido na capital dos EUA, em 1989, que pretendia desenvolver e ampliar o neoliberalismo em países da América Latina através da disciplina e da reforma fiscal, assim como da privatização de estatais para garantir o domínio da iniciativa privada em todos os setores.

12 As três empresas internacionais são especializadas no ramo de logística e transporte. A DHL é sediada na Alemanha e nos Estados Unidos, fundada em 1969; a FedEx (ou Federal Express) é americana e surgiu em 1971; a TNT (Thomas Nationwide Transport) é da Austrália e nasceu em 1946.

13 O doutor em Ciências Sociais e mestre em Administração é autor de um dos únicos livros sobre o sistema postal brasileiro, intitulado Os Correios e as Políticas Governamentais: mudanças e permanências.

A privatização da Vale

A Vale S.A, chamada até 2009 de Companhia Vale do Rio Doce, é uma mineradora multinacional e uma das maiores do mundo fundada em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas como uma estatal. No ano de 1997, a empresa teve o seu controle acionário leilado por R\$ 3,3 bilhões que, na ocasião, representava menos de um quarto do seu capital total. A Vale tem valor de mercado de cerca de R\$ 450 bilhões em 2022. A empresa que já foi eleita a pior do mundo em 2012 no que se refere a direitos humanos, pela premiação Public Eye People's da Greenpeace e Declaração de Berna, é responsável por tragédias socio-ambientais como os rompimentos de barragens em Minas Gerais, nas cidades de Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019.

No primeiro ano de governo, o presidente filiado ao PSDB apresentou o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (Paste), que tinha a intenção de modernizar o setor postal para, depois, privatizá-lo. A modernização baseava-se no aumento da oferta de serviços, no desenvolvimento tecnológico e na consolidação dos Correios como um agente de serviços públicos. Após finalizar o Paste, o governo FHC fez um projeto de lei para a criação de um Sistema Nacional de Correios, formado por empresas privadas, pelo correio estatal e por uma agência reguladora a ser criada, a Agência Nacional de Serviços dos Correios. Ou seja, uma proposta para a liberalização do mercado postal e a eliminação do monopólio da ECT. Neste projeto, todavia, os operadores postais deviam passar por concessão, permissão e autorização para atuar no país, além disso haveria uma frente social voltada para o atendimento da população de baixa renda ou de localidades distantes.

“Eu considero um desenho institucional interessante esse desenvolvido na gestão FHC. Hoje nós temos inúmeras empresas que fazem

serviços postais nos grandes centros econômicos, atuando sem nenhuma regulação. No formato atual não temos instrumentos para cobrar qualidade ou prazos de entrega, por exemplo. Os Correios estão submetidos a uma legislação postal, mas os operadores privados não”, opina Teixeira. No entanto, a proposta não foi bem recebida pelos empresários do setor na época, já que o projeto de transição garantia o monopólio dos Correios por dez anos até a liberalização. Ao contrário da substituição gradual que acontecia em países da União Europeia, no Brasil a exigência era de uma abertura imediata e, por fim, o PL não foi aprovado.

Com a chegada do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, houve uma mudança sobre o entendimento do papel das empresas estatais e um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) foi criado, a fim de modernizar a empresa para fortalecê-la diante da competição de mercado. Os estudos do grupo trouxeram recomendações para a corporativização da empresa que foram implementadas na gestão Lula e, depois, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), entre 2011 a 2016. Durante este momento, o objetivo petista era trazer estratégias utilizadas em empresas privadas e de economia mista com a expectativa de aumentar a eficiência da estatal.

No ano de 2003, a Associação Brasileira de Empresas de Distribuição acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para o reconhecimento da atividade postal como de natureza econômica e, por isso, devendo ser prestado por empresas privadas. A análise foi até o ano de 2009, quando o tribunal decidiu garantir o monopólio dos Correios para cartas, cartões postais e correspondência agrupada (malote) e as encomendas e impressos (incluindo os jornais e as revistas) ficariam permitidos à livre concorrência. A abertura de mercado continuou a ser alvo de disputa política e, em 2008, o Projeto de Lei nº 3677/08, do na época deputado Régis de Oliveira (PSC), queria mudar o conceito sobre o objeto carta, que passaria a incorporar apenas a comunicação social entre

pessoas físicas, eliminando o monopólio.

O escândalo dos Correios

No ano de 2005, os Correios tornaram-se o centro de uma crise no governo federal. Um escândalo envolvendo supostos desvios de dinheiro por políticos e funcionários da estatal tomou a cobertura dos jornais após a revelação pela revista Veja de uma fita de vídeo que mostrava o chefe do Departamento de Contratação e Administração Material dos Correios, Maurício Marinho, negociando propina com empresários interessados em licitações da empresa. Na época, o diretor apontou que o esquema era gerido pelo então presidente do PTB, Roberto Jefferson¹⁴, a fim de engordar o caixa do partido. A partir da denúncia, lideranças da oposição propuseram a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar denúncias de corrupção na ECT e em outras estatais do país. O caso, por sua vez, cresceu e tornou-se uma das maiores investigações do país com o chamado Mensalão. No mesmo ano, Jefferson deu uma entrevista à Folha de S. Paulo acusando o Partido dos Trabalhadores, na figura do tesoureiro, Delúbio Soares, de comprar votos de congressistas por uma mesada (mensalão) de R\$ 30 mil para a aprovação de projetos do interesse da legenda.

Após a crise do governo com o Mensalão que se iniciou por uma denúncia de propina nos Correios, a ECT passou a ter uma deterioração na sua imagem pela queda na qualidade dos serviços operacionais: “Houve ali entre os anos de 2005 a 2010 um prejuízo dos serviços postais. A empresa passou a ter mais cobertura por conta dos escândalos e isso acabou de certa forma influenciando a percepção da população, porém

¹⁴ O político havia sido condenado em 2005 por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, mas cumpria prisão domiciliar. No ano de 2022, ele voltou aos holofotes após incitar crimes contra ministros do Supremo Tribunal Federal e trocar tiros com agentes da Polícia Federal que cumpriam a ordem de prisão na casa do ex-deputado.

houveram também crises com a Rede Postal Noturna que levou ao atraso nas cargas e, principalmente, por um Plano de Demissão Voluntária que fez com que os Correios perdessem muito do seu efetivo de trabalho”, explica o especialista Teixeira. No ano de 2009, a gestão no Ministério das Comunicações com Hédio Costa (PMDB) e de Carlos Henrique Custódio, como presidente da ECT, aplicou uma lógica empresarial a estatal e lançou um programa para reduzir a folha de pagamentos e despesas com funcionários.

Trabalhadores aposentados ou aqueles que tivessem mais de 50 anos de idade e trinta anos de exercício na ECT poderiam aderir ao programa. Ou seja, a intenção era demitir aqueles que fossem mais velhos e com maiores despesas em benefícios sociais. Os Correios declararam em seu Relatório de Gestão que dos cerca de 45 mil elegíveis na época, 5.912 aderiram ao Plano de Demissão. Devido à escassez de funcionários, a Federação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Correios, Telégrafos e Similares (Fentect) passou a fortalecer as greves e as denúncias de problemas nas condições de trabalho e a terceirização de funções de operação e triagem. “Nos governos do PT nós vimos o fantasma da privatização saindo de cena, tínhamos problemas, mas não a ameaça de um projeto como esse. Com a saída da gestão da Dilma isso voltou a nos assombrar e, com Bolsonaro, ainda pior”, opina o presidente da Fentect, José Rivaldo.

A preço de banana

Com a chegada de Michel Temer (MDB) na cadeira da presidência, o lucro dos Correios passou novamente a ser assunto de disputa no governo federal. Desde os anos 2000, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos apresentava resultados positivos sobre o seu lucro, entretanto, com problemas de gestão, teve um déficit entre 2013 a 2016

e passou a ser visada por um plano de desestatização: “O recurso de falar sobre o lucro da ECT é um discurso. Em 2017, Temer argumentava que se não tivesse o rendimento necessário era preciso privatização. Porém, a empresa deu lucro todos os outros períodos. Muitas privadas têm anos de prejuízo e nem por isso elas fecham”, argumenta o pesquisador em serviço postal Igor Venceslau. Entre 2016 a 2018, houve um estudo do governo para a abertura de capital dos Correios e a mudança da estatal para o setor de logística, entretanto, a proposta não teve nenhuma ação efetiva.



Créditos: Luiz Rocha, funcionário dos Correios e fotógrafo profissional

Apesar de criticar as privatizações feitas por Fernando Henrique Cardoso quando ainda era um parlamentar, o ex-presidente Bolsonaro afirmou que a empresa postal estava “na reta” para ser vendida. No mes-

mo ano em que a ECT teve lucro recorde de R\$ 3,7 bilhões, o presidente bolsonarista em conjunto com o ex-ministro da economia, Paulo Guedes, e o ex-ministro das Comunicações, Fábio Faria, entregou para o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), em 24 de fevereiro de 2021, um projeto para que os serviços postais, inclusive aqueles de monopólio dos Correios, fossem explorados pela iniciativa privada, o PL 591/21.

A proposta enviada pelo Executivo previa um modelo de desestatização com a venda de 100% da empresa, por meio de leilão, a abertura completa do serviço postal para o mercado e regras de concessão dos “serviços postais universais”, aqueles que são garantidos pela Constituição. Os universais englobam encomendas simples, cartas, telegramas e seriam feitos pela empresa privada que ganhasse a licitação. O projeto também estabelece que a Anatel seja a reguladora do mercado de serviços postais no Brasil, com a responsabilidade de fiscalização. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados com 286 votos a favor, 173 contra e duas abstenções, em 05 de outubro de 2021.

A versão que foi enviada ao Senado – e ficou engavetada por lá – determina que, em relação a venda, a empresa privada não pode fechar agências essenciais à prestação do serviço postal universal em regiões “mais remotas” do país e deve fazer serviços de interesse social, recebendo remuneração. Quanto aos trabalhadores dos Correios, a proposta é que eles não poderão ser demitidos sem justa causa por um ano e meio (dezoito meses) e terão um Plano de Demissão Voluntária (PDV) dentro de quatro meses (180 dias), com indenização de 12 meses de salário, pagamento do plano de saúde por um ano e plano de requalificação profissional. Por sua vez, o carteiro de Curitiba, Marcos Inocencio, que trabalha na estatal há 28 anos, avalia que a estabilidade pelo período determinado não é suficiente: “Um cara como eu, por exemplo, de 48 anos e quase 30 de empresa, com os cabelos brancos, vai ser contrato por quem?

É desumanizar o trabalhador”, desabafa. Entre os destaques negados no projeto estava o do PT que pretendia retirar a proposta de privatização e concessão dos serviços e outra de aumentar de 18 para 60 meses (cinco anos) a garantia de emprego para trabalhadores

Durante o governo de Jair Bolsonaro, a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier, afirmou ao UOL que os Correios seriam vendidos por “um valor simbólico” e defendeu que a empresa não poderia manter-se lucrativa se continuasse sob gestão pública. O economista Paulo Guedes citou, em 2022, que era “inadmissível” o governo não privatizar a estatal antes das eleições e argumentou que os Correios iriam precisar de cerca de R\$ 2 bilhões de investimentos ao ano, com risco de entrar em uma “situação de dependência dos recursos do Tesouro Nacional”. Ainda em 2020, Fábio Faria anunciou que gigantes do setor de logística e entrega estavam interessadas na venda dos Correios, revelando o nome da Magazine Luíza, Amazon, DHL e FedEx. O Mercado Livre também confirmou interesse, mas voltou atrás e disse, em coletiva de imprensa, que não gostaria de participar do processo de privatização da ECT.

“O governo mostrou ao mercado que precisava se reeleger por mais quatro anos para fazer, justamente, o que não foi possível nos outros, usando como barreira a pandemia e a Guerra na Ucrânia. Todas as vezes que foi tentado vender é porque tinha interesse de compradores, mas em nenhum momento essa vontade foi maior do que recentemente. Principalmente, após a experiência da pandemia”, opina o pesquisador Venceslau. O comércio eletrônico triplicou em 2020, segundo dados do Serasa. Durante a crise sanitária, a população começou a fazer mais compras pela internet e de itens domésticos por aplicativos e plataformas por conta das restrições de circulação. Em 2021, o Brasil foi o segundo país com maior crescimento do comércio eletrônico no mundo (26,8%), apenas atrás da Índia com 27%.

Segundo dados atualizados até março de 2022 do Relatório Integrado dos Correios, a estatal faz por dia a entrega de 14,2 milhões de objetos postais, sendo 2,3 mi de encomendas, nacionais e internacionais, e 11,8 mi de mensagens. Diariamente trata 27 milhões de objetos e carrega 300 toneladas de carga aérea. O professor de administração, Tadeu Teixeira, avalia que aquele que comprasse os Correios teria uma grande vantagem de mercado: “O Brasil está em crescimento quando falamos em comércio eletrônico, tem a 6ª maior população do mundo e é um grande poder econômico na América Latina. Quem comprar os Correios, caso o projeto seja colocado em prática, tem a presença em todo o território brasileiro, coisa que nenhuma privada jamais conseguiu”.

Quando se compara com outros países, os especialistas também apontam que, apesar de existirem a abertura de mercado, grandes nações como Canadá, Rússia e até mesmo os Estados Unidos mantêm empresa de correio estatal. O United States Postal Service (USPS) tem 34 mil agências no país americano e cerca de 500 mil funcionários. Outros países como Alemanha e Portugal optaram por privatizar o serviço, mas no segundo país o modelo é alvo de críticas, como possibilidade de retornar ao estatal, pela péssima qualidade dos serviços prestados e pelas altas tarifas. A Argentina é um dos exemplos que acende alerta sobre a desestatização. No país, o serviço postal foi entregue à Socma, empresa da família do ex-presidente Mauricio Macri (2015-2019), entretanto, após quatro anos o Correo Argentina S.A decretou falência por não pagar as dívidas para exploração dos serviços ao Estado e precisou ser reestatizado.

Apesar da vontade do Executivo em privatizar a estatal brasileira, a visão de trabalhadores e especialistas contrários ao modelo de privatização de Bolsonaro avaliam que o projeto não foi aprovado por ineficiência do governo federal e/ou pela organização sindical dos funcionários. “Os Correios não foram privatizados porque a gestão era in-

capaz de se articular politicamente em qualquer um dos campos que ele pretendia atuar. É uma questão de incompetência administrativa severa”, avalia o técnico dos Correios e administrador Alexsander Menezes. Também compartilha da mesma visão o professor Tadeu Teixeira: “Você tinha apoio político para a aprovação da privatização, tinha legitimidade para isso ser feito. Mas o que houve foi uma inépcia de levar adiante a pauta. Do ponto de vista do desenho da privatização, era confuso e feito muito às pressas”, explica.



Créditos: Luiz Rocha, funcionário dos Correios

Para além da estratégia do governo, os trabalhadores dos Correios se organizaram em greves e manifestações por diversas cidades do país, posicionando-se contra a privatização sob o lema “O que é essencial para o povo não se vende”, além de pedir melhores condições de trabalho e

remuneração e aumento no número funcionários. A Fentect passou a atuar na esfera política, pedindo diálogo com deputados e senadores em Brasília. “Quando o governo aprovou o projeto na Câmara, nossa atenção se voltou para uma discussão mais qualificada com lideranças do Senado Federal. No dia que o relator Márcio Bittar (MDB) colocou em votação, nós estávamos lá para argumentar”, conta o presidente da Federação.

A articulação também foi levada para os municípios do país e, no Paraná, os trabalhadores foram até 399 cidades do estado: “Nós fomos em cada uma das câmaras municipais conversar com aqueles que são os representantes da população, os vereadores, e pedir apoio contra a privatização. Esse trabalho foi feito em três meses e conseguimos 139 ações, em diferentes lugares”, lembra o técnico da empresa.

Os trabalhadores argumentam que a privatização causa um risco tremendo ao atendimento de serviços em pequenas cidades do Brasil: “Nem todos os municípios dos Correios dão lucro, nós trabalhamos a partir de um subsídio cruzado para atender os lugares mais distantes; as privadas não têm compromisso com esse viés social”, opina José Rivaldo. Segundo as informações da empresa, apenas 324 cidades dão lucro à ECT e, a partir de uma gestão que inclui todo o território brasileiro, os serviços são financiados nos outros 5 mil municípios. A precarização do trabalho e a terceirização também é um ponto de discussão, já que os funcionários relatam falta de pessoal e problemas nos equipamentos. “Na minha visão, houve um sucateamento foi feito para privatizar e desgastar a imagem da empresa”, opina Menezes.

Apesar da privatização ter ficado fora da agenda do governo Lula, como havia sido prometido ainda durante a campanha, a ameaça continua sendo discutida com relevância. “A venda da empresa não foi levantada agora, é uma tensão constante entre diferentes projetos de país”, diz Venceslau. Entre os trabalhadores há uma visão de que o risco

ficou para atrás com a eleição, entretanto, a expectativa é que a empresa receba investimentos para melhorias de serviço e em contratação de pessoal: “O nosso desafio agora é discutir a abertura de um novo concurso público e um planejamento do governo federal para levantar áreas sucateadas na empresa”, defende o representante da Fentect. A presidente do Sindicato dos Correios do Paraná, Beth Ortiz, afirma que, mesmo com a gestão petista, “a categoria sabe que a luta pelos direitos vai continuar da mesma forma”, no entanto, acredita que agora a esperança é que haja diálogo.



**5.A VIDA VALE
MAIS QUE
O LUCRO**

Os Correios são a empresa pública com maior número de funcionários do país. Segundo dados divulgados pela empresa, eram 88,5 mil trabalhadores em 2022, com cargos de nível médio e superior, administradores e dirigentes. Apesar de ocupar o posto com representantes em todo o território nacional, a ECT acumula uma diminuição no número de colaboradores ano a ano e, por consequência, a sobrecarga de trabalho é o problema mais denunciado pelos trabalhadores. Enquanto o *e-commerce* cresceu 486% em dez anos, com números da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico, fazendo girar o setor de encomendas e entregas, o número de trabalhadores na estatal caiu 32% no mesmo período – em 2013, a empresa tinha cerca de 127 mil funcionários.

NÚMERO DE TRABALHADORES NA ECT NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS	
PERÍODO	TRABALHADORES
2013	127.001
2016	115.469
2019	99.467
2022	88.535

Fonte do Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais.

Marcos Inocencio, 48, é carteiro há 28 anos e já trabalhou no litoro do Paraná, na região metropolitana de Curitiba e na própria capital paranaense. Ele conta que, desde a sua entrada na empresa, o número de funcionários vem diminuindo ano a ano e a “sobrecarga e pressão psicológica” é uma realidade diária. Em sua rotina, que começa às 8h30 e vai até às 17h30, o carteiro faz as funções de separação e organização

e, depois, entregas em cerca de 100 a 120 pontos, em um trajeto de 12 a 15 quilômetros, a pé ou de bicicleta – quando não estão impróprias para uso e quebradas, sem conserto. “Chega no fim do dia você está estourado e acabado. Aí você vai no médico, pega um atestado e a política é aquela ‘esse cara tá fazendo corpo mole para trabalhar’, esse é o problema”, relata o funcionário.

Apesar do cansaço, o carteiro que também tem participação ativa no sindicato, diz que não tem uma questão mais grave de saúde apenas porque respeita o seu limite, mas se considera uma exceção entre os trabalhadores. “Os Correios é hoje uma máquina de adoecer pessoas. Eu sigo meu horário de almoço, de saída e entrada, mas há uma ameaça para a produtividade; se você não produzir eles te dão nota baixa e pode até gerar uma demissão”, relata. Ele conta que o acúmulo e a precarização nos instrumentos de trabalho afeta todas as funções da empresa, desde o carteiro, os operadores de transbordo (triagem) até os motoristas. A fim de resistir à pressão, Marcos chama a atenção dos colegas: “Falta consciência de classe. Na questão material também falta tudo. Eu tenho que brigar porque às vezes o funcionário não tem uma cadeira para sentar, não tem bicicleta, passa do horário, não almoça. Vejo essas situações e reclamo com o gestor e também com o trabalhador que aceita essas situações”.

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicações Postais, Telegráficas e Similares do Paraná (Sintcom-PR) é o responsável por lutar pelos direitos dos funcionários da ECT e auxiliá-los em questões jurídicas. A presidente da organização e atendente dos Correios, Beth Ortiz, relata que atualmente os trabalhadores têm uma carga de serviço três vezes maior do que na época em que havia os concursos – o último foi em 2011. “A quantidade de trabalho triplicou. O que um carteiro levava antes, hoje em dia ele carrega três vezes mais; faz o serviço de duas ou três pessoas”, explica a representante. Os limites das bolsas de

entrega para os carteiros são de 10 kg para homens e oito para mulheres, entretanto, o peso pode chegar aos 20 kg, segundo o sindicato. Em sua tese de doutorado, o professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e especialista em ergonomia, Nilton Luiz Menegon, avalia que para uma distância de 5 km, o carteiro deveria carregar no máximo 11,25 kg, no caso dos homens, e 9 kg para as mulheres. Entretanto, quando o percurso é de 15 km, a carga deveria ser 3,8 e 3 kg, respectivamente. O técnico dos Correios, Alexsander Menezes, que é responsável pela gestão de equipes, explica que as pessoas são fundamentais para o serviço postal e que a empresa deixa de crescer e lucrar por falta de pessoas e material: “Nós estamos no limite do que é possível fazer”.

Por meio do cruzamento de dados da transparência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e em pedido feito pela Lei de Acesso à Informação ao órgão e à Empresa Brasileiro de Correios e Telégrafos, é revelado que a categoria de “atividades dos correios”, que envolve a coleta, a distribuição e a entrega – segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas do IBGE –, ocupou um dos dez primeiros lugares com mais acidentes de trabalho em 2018, 2019, 2020 e 2021, dentre as 1.332 subdivisões. Na classificação do INSS, os funcionários dos Correios ficam apenas atrás de atividades de atendimento hospitalar, abate de animais, transportadores rodoviários de cargas, comércio varejista de supermercados e hipermercados e restaurantes. Os números da Previdência Social mostram que apenas em 2018, quando havia 105,3 mil trabalhadores na ECT, 10,5% deles se envolveram em acidentes de trabalho naquele ano.

QUANTIDADE DE ACIDENTES DE TRABALHO NA CATEGORIA “ATIVIDADE DE CORREIOS”	
PERÍODO	TRABALHADORES
2018	11.111
2019	8.755
2020	5.698
2021	4.597

Dados do Anuário da Estatística da Previdência Social

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos informou, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), que os principais motivos para o afastamento de trabalhadores por acidente de trabalho, entre os anos de 2019 a 2022, foi assalto durante a distribuição e em agências, impacto físico sofrido por pessoa – quando ocorre uma lesão – causado por acidentes com motocicleta, queda e esforço físico excessivo. Na tabela de grau de risco de acidente de trabalho, a atividade de correios possui a classificação mais alta, de número 3, junto com serviços de transportes aéreos, rodoviários, limpeza, segurança e outros.

Por não serem regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), a representação e atuação dos trabalhadores em greves, manifestações e na esfera judicial é o meio de garantir direitos no Acordo Coletivo de Trabalho, nome dado ao contrato em que as regras trabalhistas são firmadas a partir de um consenso entre a empresa e os empregados. “Nós só conseguimos o que precisamos com muita luta e briga. Durante o governo Bolsonaro nós perdemos mais de cinquenta cláusulas de direitos e, lógico, o trabalhador ficou mais doente e menos efetivo também”, explica Beth Ortiz. No acordo feito gestão de Jair Bolsonaro, em 2020,

dentre as medidas foi reduzido o período da licença-maternidade – que permitia prorrogação por mais 30 dias, além dos 120 definidos pela CLT –, tornou o plano de saúde mais caro, com a exclusão de mais de 30 mil trabalhadores sem condições de pagá-lo, retirou o auxílio para dependentes com deficiência física – um benefício para pagamento de tratamentos especiais –, diminuiu o vale refeição e extinguiu o vale cultura, segundo o presidente da Fentect, José Rivaldo.

O sindicato avalia ainda que o governo sabe da importância da representação trabalhista para a conquista de direitos e o outro golpe usado para “enfraquecer a luta” foi a perda da contribuição sindical: “Nós somos seis mil trabalhadores no Paraná, entretanto, apenas 2,3 mil são filiados. Quando perdemos o imposto, o sindicato deu uma quebrada. Esse foi um sintoma da precarização e do sucateamento”, opina a atendente de Correios. Com a Reforma Trabalhista de 2017, aprovada no governo de Michel Temer, foi retirada a obrigatoriedade da contribuição sindical, que descontava o valor de um dia de trabalho no mês de março dos trabalhadores.

A mesma luta

Se a resistência por direitos do trabalho já é um enfrentamento diário de funcionários efetivos da estatal, aos trabalhadores das empresas privadas contratadas pelos Correios a situação parece ainda mais complicada. O técnico e administrador, Menezes, conta que os colaboradores terceirizados passaram a fazer parte de algumas áreas do serviço postal, principalmente na distribuição¹⁵, a fim de suprir a falta de mão de obra. Entretanto, esses funcionários não recebem os mesmos treinamentos¹⁶,

¹⁵ Área de triagem das encomendas e correspondências.

¹⁶ É importante destacar que os funcionários dos Correios recebem treinamentos, especializações e cursos para exercer as suas funções na estatal.

salário e benefícios dos servidores públicos e, portanto, têm perfil temporário e com menos especialização na função. “É tudo precário. A terceirização do trabalho é um formato que pode até lhe reduzir perante aos seus iguais, você não possui as mesmas garantias do outro. É visto até mesmo como inferior por aquele que deveria ser seu par”, comenta. Para fazer suas funções um operador de triagem dos Correios recebe em média R\$ 2,3 mil e mais benefícios, enquanto um trabalhador terceirizado recebia o salário mínimo – R\$ 1,2 mil em 2022; e 1,3 mil, em 2023.

Luciano¹⁷, de 19 anos, é auxiliar de produção na empresa terceirizada Go2Be, que presta serviço para a ECT no Centro Internacional de Cargas dos Correios (Ceint), em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. Lá ele é responsável por trabalhar com a paleteira, movimentando cargas para o transporte, no turno da manhã e início da tarde, entre às 6h30 às 15h – há turnos também de noite e madrugada. O trabalhador comenta que, além de ter que pegar caixas que podem chegar até 30 kg, ele e seus colegas andam cerca de 14 ou 15 km todo dia. Por ser muito jovem, Luciano não sente problemas de saúde, mas considera o serviço pesado e cansativo. “Tem pessoas que se machucam sim, tenho colegas com dor na coluna por conta do peso e outros que têm bolhas no pé por andar demais. A paleteira também às vezes tá torta ou muito pesada, fazer aquilo todo dia vai prejudicando”, conta.

O funcionário ainda diz que, se alguém se machuca e precisa apresentar atestado, a empresa só aceita o documento com a informação de Classificação Internacional de Doenças (CID), uma codificação que é anexada apenas com autorização do indivíduo. Em 2019, o Tribunal Superior do Trabalho decidiu que não se pode exigir a informação para dar abonos de faltas para empregados. O auxiliar de produção ainda relata que há problemas com os equipamentos de segurança que não são repos-

tos e que já ficou três meses com uma bota rasgada pois não forneciam outra. Pela baixa remuneração e o cansaço, Luciano diz que não pretende ficar muito tempo nesse emprego: “Eu entrei ali só para me estabilizar, conseguir ajudar dentro de casa. Mas eu não quero ser a pessoa que fica ali para sempre, quero algo melhor para mim. Eu faria o concurso dos Correios, por exemplo, pois é um trabalho que eu já conheço e tem um salário maior, mais benefícios”, explica.

O Ceint de Pinhais, onde Luciano trabalha, é o maior centro de distribuição internacional dos Correios do país e conta com 660 funcionários, dos quais 540 são terceirizados. Em junho de 2021, o sindicato dos Correios no Paraná denunciou um surto de Covid-19 no centro de tratamento, com cerca de 60 contaminados e duas mortes – um trabalhador terceirizado e a esposa de um funcionário dos Correios contaminada pelo marido – em apenas 15 dias. “Nós tivemos que entrar no Ministério Público para interditar o local, pois havia dezenas de trabalhadores com resultado positivo para a Covid-19 e a empresa obrigava-os a continuarem no serviço. Isso teve que ser judicializado. O terceirizado tinha ainda medo de ser afastado e quando voltasse perder o emprego”, explica o representante sindical e técnico, Alexsander Menezes. O sindicato pediu atuação da Secretaria Municipal de Saúde de Pinhais, a fim de que os Correios tomassem uma providência, visto que as informações de contaminação não eram fornecidas. Em nota, os Correios negaram a denúncia apresentada pela representação trabalhista e afirmaram que estavam “acompanhando a situação de saúde do efetivo e de colaboradores, prestando apoio necessário e atuando para garantir o funcionamento das atividades operacionais”.

O trabalhador Luiz¹⁸ começou no Ceint no chão de fábrica e, aos 22 anos, atuava como operador de empilhadeira para a terceirizada que presta serviços no local. Ele morava com os pais, tinha o sonho de

¹⁷ O funcionário preferiu não se identificar e, por isso, foi usado um nome fictício na reportagem.

¹⁸ Foi ocultado o sobrenome do trabalhador a pedido da família.

construir sua casa e estudar logística, depois da experiência com os Correios. Trabalhou no centro de tratamento de 2018 a 2021, sem tirar um único dia de férias, da manhã até a tarde, “com uma rotina exaustiva”, conta um familiar do rapaz. Luiz faria 25 anos no dia 14 de fevereiro de 2023, mas faleceu por complicações da Covid-19 na mesma época em que houve o surto de casos na unidade de Pinhais, em junho de 2021. “Ele começou a reclamar dos sintomas em um domingo. Na terça-feira ele foi para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e ficou por lá. Sábado foi entubado, domingo foi para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e na segunda-feira foi diagnosticado com morte cerebral”, relata o parente. Apesar de não ter comentado com a família sobre os problemas com a pandemia no local de trabalho, Luiz já havia dito que a empresa não se incomodava com os funcionários sem o uso correto da máscara. O trabalhador era considerado do grupo de risco, por ser obeso, mas a terceirizada não tomou nenhuma medida sobre sua condição. Após o falecimento, apenas a supervisora contatou os familiares para prestar condolências, “mas de maneira pessoal; a empresa não deu nenhum apoio e também não disse nada sobre o ocorrido”, conta o irmão. A prestação de serviços foi procurada, mas não houve respostas até o fechamento da reportagem.

Durante a pandemia, os trabalhadores terceirizados e efetivos do setor postal se tornaram ainda mais essenciais à entrega de produtos para a população, visto que, além da necessidade das compras on-line, os Correios prestaram apoio para a entrega de materiais importantes para o combate do vírus. Apesar de algumas funções e trabalhadores de risco terem sido adaptadas para o home-office, o sindicato afirma que houve demora para o fornecimento de máscaras e álcool em gel e que, só depois das greves e das ações judiciais, a situação começou a se regularizar. Os trabalhadores da ECT, mesmo sendo essenciais, também não fizeram parte do cronograma de prioridade da vacinação: “A pandemia foi um

momento tenso, nós perdemos muitos funcionários. Também não fomos colocados como prioridade nas vacinas. O carteiro sai com 100/120 objetos por dia, passando por cerca de cem endereços, manipulando encomendas que serão entregues para outras pessoas. Éramos um vetor e estávamos sujeitos a contrair o vírus a qualquer momento, uma situação bem desesperadora eu diria”, conta Menezes.



Crédito: Luiz Rocha

No Amazonas, o carteiro Fábio Chaves relata que a empresa também demorou para fornecer máscaras, álcool em gel e colocar medidas de distanciamento e rodízio entre os trabalhadores dos Correios. “Eram cerca de 40 pessoas no mesmo lugar sem as medidas de segurança necessárias”, relata. A esposa do profissional, Jane dos Santos Neves, era carteira há 17 anos e diretora do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Amazonas (SINTECT-AM). Ela permaneceu trabalhando na pandemia e, depois de contrair o vírus, faleceu aos 46 anos. A morte

da profissional aconteceu na mesma época em que houve uma crise por falta de respiradores no estado – “a situação era caótica e foi motivada por uma negligência do governo federal e do governo do Amazonas”, diz Fábio.

No ano de 2021, o estado viveu uma tragédia com superlotação nos hospitais e falta de insumos. Apesar do Ministério da Saúde ter sido acionado, ainda dezembro do ano anterior, o ex-ministro Eduardo Pazuello não agiu. Mesmo após a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid realizar uma investigação, ninguém foi responsabilizado ou punido pela crise no Amazonas – o governador Wilson Lima (União Brasil) foi, inclusive, reeleito em 2022. Sob o lema “Jane, presente!”, os colegas e profissionais dos Correios lamentam a morte da profissional que também deixou um filho, o Arthur, de 13 anos.¹⁹



Créditos: Arquivo Pessoal

¹⁹ Para a produção deste livro-reportagem, os Correios foram procurados pela assessoria de imprensa nacional e do Paraná no ano de 2022. Entretanto, não houve aprovação de entrevistas com representantes e superintendentes. A única entrevista permitida, por meio do órgão de educação da ECT, foi com a historiadora que é fonte deste livro.

As marcas ficaram pelo corpo

Ana²⁰ é funcionária dos Correios há vinte anos. Entrou na empresa em 2003, após um doloroso período de desemprego e segurando qualquer oportunidade que pudesse agarrar – em açougue, livraria e floricultura. De Jandaia do Sul, no norte do Paraná, veio para a capital em 1999 e prestou o concurso para ser carteira com um bebê no primeiro ano de vida para alimentar. “Eu fui demitida do último emprego bem na época que meu marido também estava desempregado, ficamos desesperados. Apareceu o concurso dos Correios e prestei pela proposta ser melhor e porque queria ser uma mãe presente. Na aplicação da prova, eu me lembro de parar para amamentar meu filho”, conta.

No novo trabalho, ela fazia entregas em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, de bicicleta ou a pé, em cerca de 15 km, e com uma bolsa que chegava aos 20 kg todos os dias. Com o esforço diário que exigia muito das suas pernas, costas e braços, Ana criou os seus filhos e conseguiu comprar uma casa, mais confortável e melhor para viver. “Os Correios me proporcionaram fazer um planejamento financeiro que eu nunca tive antes; consegui ver minha vida a longo prazo; dei boa escola aos meus filhos. Também me especializei e, por levar o trabalho a sério, tive estabilidade”. Ela se lembra que os melhores momentos na empresa foi a de conhecer novas pessoas, ter boas recordações com as equipes de trabalho e muita história para contar.

As conquistas de Ana deixaram, por sua vez, marcas do cansaço e dores irreversíveis pelo corpo. Após dez anos como carteira, ela acumulou uma infinidade de problemas – desenvolveu uma síndrome no nervo da mão, inflamação na sola dos pés e muitas dores nas costas e lombares. Hoje ela tem o movimento nos braços prejudicado, dificuldade para caminhar e para realizar tarefas básicas, tudo acumulado ao longo

²⁰ A pedido da trabalhadora, foi ocultado o seu sobrenome.

do tempo. “Eu sinto que envelheci trinta anos em dez trabalhando nos Correios. Por conta da mão, não conseguia mais prender o cabelo, colocar a roupa no varal ou cumprimentar as pessoas, qualquer coisa doía. Fiz tratamento por um ano, mas ainda tenho problemas”. A doença nos braços foi gerada por diversas batidas que ela dava nos portões quando ia entregar as cartas, por se assustar com um cachorro, por exemplo, e pelo uso das mãos na bicicleta. Enquanto a sola dos pés e as costas foram comprometidas pelo peso e pelas intensas jornadas de serviço. “Eu sempre vivia correndo para dar conta do trabalho. Um carteiro que faz a hora de almoço completa não consegue entregar tudo, eu tinha que cumprir a demanda setor. Às vezes voltava para a unidade à noite, cerca de 19h30 ou 20h”, relembra.

Depois de quatro anos com o esforço intenso, Ana precisou entrar em tratamento. Ela conta que ficou um ano fazendo cirurgia e fisioterapia, até que houve uma grande demissão de trabalhadores nos Correios. No dia em que ela estava fazendo o exame demissional, foi um representante do sindicato que questionou a presença dela e alertou-a: “Ele me disse ‘o que você está fazendo aqui? Você não pode ser demitida, está em tratamento’, foi aí que eu consegui o emprego de volta”. Com ajuda da entidade, o processo foi revertido e a funcionária passou a ter cuidados no Hospital do Trabalhador e ter o registro de acidente de trabalho pelo INSS. Após um ano de recuperação, ela retornou ao trabalho de carteira apenas a pé, por recomendação dos médicos. “As bicicletas eram horríveis de modelos antigos, muito pesadas e sempre davam problemas. Eu e muitos carteiros voltávamos para o setor no fim do dia empurrando, já teve situações que ela travava por falta de manutenção e nós caímos; os freios não funcionavam e tínhamos que usar o pé. Fui no setor há um tempo atrás e as mesmas bicicletas continuam lá”, desabafa. Ana relata que os carteiros ainda têm de ter atenção com os desníveis das calçadas e buracos e que esse é um dos motivos para acidentes. Os ani-

mais também acabam sendo um problema, já que muitas casas deixam a caixa dos Correios próximo ao alcance de cachorros que podem morder e até mesmo estragar as correspondências.

Em 2007, Ana passou por outra dor. Ela havia engravidado e trabalhou até completar 17 semanas de gravidez, mas perdeu o bebê e teve direito a dois meses afastada. Ao retornar ao posto de carteira, ainda estava com muita hemorragia e tinha que usar fraldas de criança para conseguir segurar o sangramento nas entregas a pé: “Eu usava a fralda do filho, pois um absorvente comum não segurava. Tudo isso embaixo de sol e chuva. Contava com a bondade dos setores para conseguir usar o banheiro várias vezes no dia. Esse é um ponto complicado para as mulheres”, conta ela. Ao longo dos anos, as dores no corpo foram se tornando mais insuportáveis e Ana tinha de distribuir sua carga em diversos setores, a fim de ir coletando e completando as entregas por não aguentar o peso. No ano de 2010, o gestor da unidade decidiu encaminhá-la à medicina do trabalho para que ela fizesse uma reabilitação e mudasse de posto de trabalho: “Ana, você não está dando conta do setor, não estou sendo bonzinho mas pensando na unidade também. Sei que você se esforça, mas está praticamente se arrastando”, disse à ela. Em 2012, o médico decidiu que eu não tinha mais condições de continuar nesta função.

A funcionária dos Correios passou a atuar no atendimento de uma agência no centro de Curitiba. Ela entra no trabalho às 8h45 e sai às 18h e convive com as dores à base de remédios. “Tento deslizar pelas mesas e cadeiras as caixas pesadas, pois todos os colaboradores aqui também estão debilitados. Ainda tenho dores na lombar por sentar e levantar a todo momento. Hoje vivo tomando remédios e injeções”, conta. Assim como o relato de outros trabalhadores, a atendente insiste que a falta de pessoal é uma realidade dos Correios e palpita que a empresa é uma das maiores em relação a quantidade de funcionários com problemas graves de saúde. “Eu dou graças a Deus que saí da função de carteiro, pois sofri

muito ali”, desabafa.

Ana ainda é casada e possui dois filhos. Além de carregar a pilha de papéis com exames e receitas na bolsa, ela leva um sorriso no rosto e conta com felicidade a conquista do mais velho na faculdade de engenharia. Aos cinquenta anos, transmite a simpatia e gentileza de alguém que é aberta a ajudar e que ama contar suas melhores histórias.



6. UMA JANELA PARA O MUNDO

As gerações mais novas talvez não tenham sentido a ansiosa sensação de esperar por uma carta com a mensagem de alguém de quem se sente saudade e com aquele pedacinho de papel personalizado que fazia ela chegar, finalmente, ao seu destino. Apesar de ter sido substituída por outras tecnologias que permitem nos conectarmos com qualquer pessoa do mundo em um instante, as correspondências se tornaram um objeto de lembrança que são valorizadas pelo cuidado e pela materialidade das palavras. O selo é o símbolo do serviço postal, a porta de entrada das cartas e a imagem que dava sentido ao registro. Com o passar do tempo acabou ganhando também novos significados: se tornou parte do conhecimento da história mundial e um item de colecionismo, que encanta os admiradores pela infinidade de formas, cores e representações.

A filatelia é o estudo e a arte por trás das coleções de selos postais e possui mais de 40 milhões de adeptos pelo mundo, segundo a União Postal Universal (UPU). No Brasil, todos os meses a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos recebe pedidos de ilustrações com homenagens e datas comemorativas a serem impressas pela Casa da Moeda, responsável pela fabricação e produção das estampas. Por ser o segundo país que mais emitiu selos, há clubes, associações e núcleos de colecionadores que, individualmente, escolhem temáticas ou períodos históricos para guardar, estudar e negociar. No Paraná, a Sociedade Filatélica de Curitiba (Soficur) reúne membros em encontros semanais há 78 anos. Lá eles trocam conhecimentos sobre os selos que definem como “pequenas obras de arte”. Entre os colecionadores há aqueles interessados por temas ligados à matemática, feriados, história do Brasil ou de outros lugares do mundo, borboletas, flores, aves, música, esportes e mais uma infinidade de assuntos. Há ainda os especializados na história postal que mantêm cadernos dedicados à pré-filatelia – cartas e carimbos existentes antes do pequeno papel – e aos primeiros e mais raros selos lançados no país.

Além do valor comercial, que pode passar a casa do milhão de

reais, o colecionismo se tornou uma ferramenta para conhecer a cultura de outros países do mundo: “É uma janela. Eu não pude viajar muito, mas conheci a América do Sul, Europa, Ásia, Estados Unidos através dos selos. Você sabe quem são as pessoas mais importantes daqueles lugares, a arte, o visual, fauna e flora, política, as principais informações, tudo por ele”, diz Hermes Peyerl, de 72 anos, que participa da sociedade e coleciona desde os 18 anos. O estudo e o hobby da filatelia também acaba se tornando uma atividade para ocupar a mente, “não é só juntar os selos, nós pesquisamos, mantemos atenção aos detalhes, fazemos amigos; faz o nosso cérebro se manter ativo e trabalhando”, conta o aposentado. Nas reuniões, os filatelistas se dedicam a avaliar os selos e suas variações – um erro de impressão, um formato ou um item já usado têm valores diferentes dos originais sem uso, que podem ser mais baratos ou mais caros – e trocar com outros colecionadores pelo mundo. “O filatelista é um cara chato, nós temos uma série de regras e normas. Nós avaliamos cada um dos selos e cuidamos como se fosse um item de museu”, conta Ricardo Dal Paschoal, presidente da sociedade.

A paixão pelos selos não é, por sua vez, o único motivo que mantém a reunião de colecionadores viva. Há entre os integrantes o saudosismo dos pais que colecionavam, daqueles que desejam ter um motivo e uma herança para deixar aos filhos, dos que encontraram um lugar para criar grandes amizades, os que viram uma função para dedicar seus pensamentos e, sobretudo, dos que criaram identificação e pertencimento para compartilhar memórias no grupo.



Crédito: Giovana Frioli

Minha herança

Manter a memória postal viva é uma tarefa difícil para os colecionadores que são, em sua maioria, mais velhos. Eles se queixam pela falta de interesse na família, ou por não ter alguém que herde o que passaram a vida se dedicando. Dentre os integrantes há aqueles que enxergam o fim dos grupos de filatelia, mas, na sociedade paranaense, um único jovem participa todas as semanas, ainda com o uniforme da escola. Leonardo Barros, de 13 anos, tem uma coleção de Natal, que começou a juntar depois que ganhou um selo comemorativo de um amigo do grupo. Ele pegou gosto pelos selos por influência do pai, Leandro Barros, de 57 anos, que decidiu tornar o hobby um momento de conexão com o filho. “O Leonardo foi uma surpresa muito grande para mim. Nós escutamos muitas histórias de famílias que vendiam coleções inteiras para qualquer

um, sem entender o valor. Eu pensava que isso aqui era a minha vida inteira; fiquei muito tempo construindo, não queria que acabasse assim. Quis chamar o meu filho e todo mundo criou um carinho especial por ele”, conta o colecionador.

O menino conversa com os participantes, de 50, 60 ou 70 anos, como se tivessem a mesma idade e nas reuniões se torna a pessoa favorita daqueles que querem explicar técnicas e mostrar sua coleção. Para manipular os livros e os pequenos selos, ele utiliza pinças e guarda os itens de forma organizada e protegida, a fim de que não envelheçam ou estraguem. Leonardo cuida da coleção do pai que existe há mais de trinta anos.

Leandro é metalúrgico e começou a colecionar aos 25 anos depois de uma paixão à primeira vista em Belo Horizonte. Quando estava na cidade à trabalho, visitou uma loja de filatelia e, ao olhar a infinidade de selos, se apaixonou pela arte: “Fiquei curioso e fui direto nos selos do Brasil, aquilo me chamou muita atenção. Eu ainda estava meio quebrado de dinheiro, mas comprei o que foi possível. Voltei para casa e comecei a brincar com aquilo, sem saber de nada”, relembra. Ele foi ampliando sua coleção aos poucos, avaliando, escolhendo e evoluindo. Ao se casar, pela condição financeira, teve que parar de colecionar e deixou a caixa guardada em um canto, sabendo que um dia iria continuar. Depois de passar pelo divórcio, começou a morar sozinho e se “abraçou nos selos”, como ele diz. A partir daí, mais dedicado àquilo que trazia felicidade, decidiu organizar sua coleção focada no Brasil de 1900, acumulando emissões do século.

Um novo casamento deu a Leandro um filho e uma esposa, que acolheram sua paixão. O pequeno colecionador já era curioso pelos selos do pai e ficava pedindo por um catálogo só dele: “Eu vim para as reuniões quando tinha uns 11 anos, mas eu já ficava ‘enchendo o saco’ do pai muito antes para ter um livrinho só meu. Comecei a participar e ganhar

novos selos dos outros colegas do grupo. A mãe também tem uma coleçãozinha só dela”, conta Leonardo. A arte da filatelia se tornou para os dois um momento de troca de conhecimento e uma oportunidade de amizade: “Nós conversamos de 57 para 13 anos, em um momento do dia, no mesmo patamar”, explica o pai.

A presença em um grupo de colecionistas é também um momento de socialização e da criação de novos laços. Leandro vê sua dedicação cristalizada como uma herança no filho, que será levada futuramente à sua família: “O filho do meu filho irá contar que ganhou essa memória do pai e a mesma coisa quando eu for bisavô. Isso me motiva, aproxima as pessoas e me enche de alegria poder contar sobre a filatelia”.



Crédito: Giovana Frioli

A casa de selos

Na Sociedade, em Curitiba, João Alberto Correia da Silva é rotulado como o maior colecionador de selos do Paraná. Aos 78 anos, ele vive totalmente dedicado à arte da filatelia, preenchendo suas coleções, criando exposições e organizando informações da área. O português, nascido nos Açores, se apaixonou pelos selos depois de ganhar alguns itens do avô, quando tinha oito anos. Aos onze decidiu começar a colecionar, mas, aos 17 anos, precisou parar devido a vinda da família para o Brasil: “Eu, meus pais e minha irmã viemos para o Rio de Janeiro em 1962. Nunca parei de colecionar, pegava os que ficavam colados em envelopes, porém não tinha condição de comprar. De Portugal, o que eu trouxe debaixo do braço foi a minha pequena coleção”, conta João. Na época, o país europeu vivia um regime ditatorial comandado por António de Oliveira Salazar.

Já no Brasil, ele terminou as graduações em Ciências Contábeis e Administração e, nos anos 1970, se tornou funcionário da Eletrobrás e sua condição econômica permitiu que colecionasse os temas que mais queria. “É um hobby bem elitista, não é fácil ficar comprando selos, há vários que são bem caros. Com o salário que era melhor, eu comecei a aumentar minha coleção mais um pouquinho e fazer divisões temáticas”, explica. Sua primeira exposição foi uma coleção de tema polar que foi considerada a mais bonita em competições do Rio de Janeiro, Porto Alegre e em Portugal. Com o álbum de 64 páginas, chamado “O milagre da vida nas regiões polares”, que apresentava aspectos geográficos, físicos e ambientais dos locais, ganhou prêmios, diplomas e medalhas.

A dedicação à pré-filatelia, os selos do Império e da República até os anos 2000, começou a ser construída pelo colecionista nos anos 1990, quando veio para Curitiba. “Eu dou preferência absoluta para a coleção do Brasil, devo ter uns 20 álbuns”, diz João. O material reunido

por ele é um dos mais raros, pois, além de possuir itens como o olho-de-boi e suas diversas variações, ele tem cartas da colônia portuguesa enviadas ao rei e a cópia do primeiro documento pré-filatélico do Brasil, a primeira página escrita por Pero Vaz de Caminha – João possui uma cópia da cópia autenticada que está no Arquivo Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, enquanto o original fica na Torre do Tombo, na cidade de Lisboa. Ele ainda tem álbuns sobre Portugal, Copa do Mundo, corujas, minerais, xadrez, moinhos, cascatas, girassóis, aves, meio ambiente, turismo e muitos outros.



Crédito: Giovana Frioli

Além de organizar sua coleção pessoal que toma todos os cômodos da casa, ele possui um site que atualiza frequentemente com informações, artigos, reportagens e o comércio de selo. A plataforma fica no topo quando se pesquisa sobre o assunto no Google e, por lá, muitas pessoas tiram dúvidas e se interessam pela arte. O colecionador explica que vive e respira a filatelia: “Se você chegar no meu apartamento, vai

ver uma mesa de jantar que está sempre cheia. Há coleções guardadas no corredor e em todos os cômodos, além das caixas com coisas que ainda preciso organizar. Só não tem no banheiro e na área de serviço. Diria que é 40% da casa com selos”, conta ele. A coleção de João tem um valor que pode passar da casa do milhão de reais e, apesar de não ter um herdeiro do seu mundo de selos, o colecionador é admirado e querido pelos membros que se inspiram nele.

É a minha terapia

“Eu deito a cabeça no travesseiro e durmo por conta dessa atividade. Passo o dia todo resolvendo problemas dos outros, isso aqui é uma terapia para mim”, conta Ricardo Dal Paschoal. Além de juntar selos pela paixão que vem da infância, o presidente da Sociedade de Filatelia do Paraná também usa o colecionismo como uma oportunidade de tornar a rotina menos dura e ter um projeto para se motivar. O curitibano de 48 anos começou a colecionar ainda aos oito anos de idade, após ver a coleção de seu tio – “se apaixonou” e “achou a coisa mais linda do mundo”. Ele iniciou a coleção usando as cartas que chegavam na caixinha dos Correios para a família: recortava do papel, molhava para soltar o selo do envelope e guardava em um álbum, que ainda era um caderno na época. A felicidade com os selinhos era tanta que seu pai decidiu dar a ele um álbum classificador, que organizava meticulosamente; ele aumentou a coleção conhecendo outros filatelistas e trocando cartas.

Quando entrou na faculdade, deixou o seu arquivo de selos na casa da mãe. Casou e teve sua primeira filha e, aí, se lembrou da coleção: “Com o nascimento dela, eu passei a ter vontade de colecionar de novo. Queria ensinar para ela sobre algo que eu gostava, deixar algo para minha filha”, diz o engenheiro. Ele havia ficado doze anos sem o hobby, dos 18 aos 30 anos. Ricardo retornou à coleção antiga e quis evoluir; desco-

briu a sociedade de filatelia e começou a estudar e entender o que tinha guardado. “Passei de um juntador de selos para um colecionador”, explica ele. Os seus álbuns passaram a ser organizados segundo as temáticas, em cadernos alemães e especiais para selos, com pH 7, para não enferrujarem ou envelhecerem. Sua primeira coleção foi uma clássica sobre o Brasil, entretanto, a quantidade de itens e álbuns começou a ocupar muito espaço na casa e ele teve que se desfazer.



Crédito: Giovana Frioli

Atualmente, suas únicas duas coleções são a da história postal paranaense e outra de mulheres, para aproximar a esposa e as filhas. Ele estima que os itens têm valor de cerca de R\$ 300 mil, mas diz que não se desfaz deles: “Eu acho que vale 300, mas, se você me der, eu não vendo. Talvez, é o que você precise para fazer uma coleção como essa”, explica. Os selos mais caros que Ricardo já teve foram os olhos-de-boi e os inclinados.²¹ O colecionador entende que, apesar do valor em dinheiro, o mais importante da filatelia não é visto, pois os selos são a “uma memória do País que deveria ser preservada”.

Mesmo sendo um apaixonado e coordenando a sociedade toda semana, ele tem dificuldade para ver o futuro do colecionismo de selos. Apesar das tentativas, Ricardo confessa que a família e as filhas não se interessam pela coleção – “eu perco tempo e fico por muitas horas montando isso aqui, então elas não gostam muito. Assim como eu, várias pessoas também passam por isso, dos outros não se interessarem”. Ele diz que para querer colecionar, “tem que se apaixonar mesmo” e que os mais jovens são raras exceções nos círculos de colecionadores.

21 A série de selos Inclinados foi a segunda emitida pelos Correios durante o período imperial. Foram lançados no dia 1 de julho de 1844, em substituição e complemento à série anterior, os Olhos de boi.

CARTA AO LEITOR

Por Alexsander Menezes

Técnico nos Correios e colunista no jornal Brasil de Fato

Guarapuava, 14 de fevereiro de 2023

A jornalista Giovana Frioli tem um dom, isso é fato. Estabelecida essa premissa, posso detalhar o que me leva a tamanha segurança ao proferir uma afirmação em tom quase profético. Trabalhei nos Correios por 21 anos, e nessa jornada transitei por diversas áreas da empresa, seus departamentos, e suas unidades em diversos estados de diferentes regiões do Brasil. Participei de inúmeros grupos de trabalhos, projetos, fiz parte do movimento sindical, e recentemente na batalha contra o projeto nefasto de privatização da empresa; e mesmo assim, apenas no contato com Giovana me dei conta de que no núcleo de todas essas vivências existe apenas um elemento: o trabalhador, o ser humano. As linhas escritas por ela conseguem trazer sua sólida pesquisa fundamentada em números frios e dados impessoais para a realidade daqueles que ao longo dos anos foram envolvidos na roda viva de acontecimentos que muitas vezes não tiveram a oportunidade de perceber. Fatos históricos muitas vezes são registrados nos limites do rigor científico, da precisão métrica dos ditames acadêmicos e do distanciamento temporal, porém, na melhor tradição de um bom jornalismo, Giovana traz para a frieza dos dados o calor de sentimentos e percepções daqueles que como eu vivenciamos durante anos as alegrias e agruras de fazer parte de uma instituição tão presente em nossa história. Esse é o seu dom, esse é o seu presente para todos que se aventuram em suas páginas. Tenho certeza que ao ler as páginas deste memorial, você, amigo leitor, não irá apenas aprender um pouco mais sobre a história recente do Brasil e dos Correios, mas será transportado para dentro dos sentimentos e da paixão de cada trabalhador que anonimamente construiu essa história viva, humana e pulsante.

O QUE É DO POVO NÃO SE VENDE

Seja de perua, bicicleta, moto, a pé ou de canoa, os Correios entregam as encomendas até o seu endereço. A empresa pública que completa 360 anos em 2023 está presente em cada canto do território nacional e atende todos os municípios do Brasil. Mesmo sendo conhecida pelo leva e traz de pacotes, tem um papel importante na implantação de políticas públicas e acesso à cidadania para a população. Em *O que é do povo não se vende*, o leitor conhece a relevância da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a memória dos que são, muitas vezes, despercebidos no cotidiano: os trabalhadores. Os cerca de 100 mil funcionários, efetivos e terceirizados, são aqueles que sustentam o serviço postal e enfrentam diariamente condições de trabalho que os fizeram atingir o seu limite. *Antônio, Danielly, Ana, Marcos, Ana, Luiz e Luciano* relatam as felicidades e as dores do trabalho nos Correios e representam a luta daqueles que resistem pela garantia de direitos e contra o projeto de venda da maior empresa pública do País.